



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Documento apresentado para discussão**

**II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de  
Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
DPE - DIRETORIA DE PESQUISAS  
GCC - GERÊNCIA DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS

ATIVIDADE 223 - 23/08/2006 11:00 – 12:00

RESUMO DA PALESTRA GESTÃO DO CADASTRO CENTRAL DE  
EMPRESAS – CEMPRE – USOS E PERSPECTIVAS

ANA ROSA PAIS RIBEIRO  
GERENTE DA GCC

Gestão do Cadastro Central de Empresas – CEMPRES – do IBGE : usos e perspectivas.

O Cadastro Central de Empresas – CEMPRES – do IBGE construído no início da década de noventa assumiu um importante papel quando da reformulação da produção das estatísticas econômicas. A partir da metade dessa década abandonou-se de vez a realização dos Censos Econômicos e as pesquisas estruturais das áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços passaram a adotar o CEMPRES como referência para seleção das unidades a serem investigadas. Iniciado em 1996, este novo modelo de produção das estatísticas econômicas se consolidou ao longo dos último dez anos.

O CEMPRES cujo objetivo inicial era servir de base às pesquisas, se converteu num importante acervo de informações e teve seu uso ampliado e diversificado atendendo a inúmeras demandas internas e externas. Reunindo informações referentes às empresas e outras organizações (órgãos da administração pública e instituições sem fins lucrativos) e a cada uma de suas unidade locais(endereços de atuação), desde que inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, tem suas informações organizadas segundo os níveis de detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Sua atualização é feita a partir de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (principal fonte), e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, e das pesquisas anuais do IBGE para as atividades de Indústria, Comércio, Construção e Serviços que o retroalimentam.

Os principais dados cadastrais disponíveis são: razão social, natureza jurídica, classificação da atividade principal, ano de fundação, nome fantasia e endereçamento completo. Quanto aos dados econômicos, estão armazenadas informações de pessoal ocupado total e assalariado, de salários pagos e de receitas, obtidas em diversas fontes, que permitem também a identificação do porte das unidades.

Sempre com foco na melhoria da qualidade das informações desenvolve-se tratamento permanente para sua manutenção, seja em relação à crítica dos dados, seja quanto à coerência de seu conteúdo, avaliando-se a homogeneidade de conceitos e de classificações, a cada ano e ao longo do tempo, inclusive com críticas de qualidade quanto a compatibilização dos dados entre fontes diversas.

O objetivo da palestra é, iniciando por um breve histórico da construção do CEMPRE e apresentação de seu conteúdo, mostrar os procedimentos para a manutenção e atualização, como se conjugam as diversas fontes, as verificações realizadas para garantir confiabilidade além de evidenciar que esse cuidado no tratamento da informação, associado à relevância dos dados disponíveis, faz do CEMPRE uma importante base de dados sobre a atividade econômica do país. Os usos que se fazem dessas informações vão desde a geração dos cadastros básicos de seleção das pesquisas anuais da área econômica do IBGE, e também para algumas pesquisas da área social demográfica, até a divulgação anual das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas e de estudos de segmentos específicos.

Pretende-se ainda apresentar as perspectivas futuras como incorporação de novas fontes de informação, ampliação de seu escopo de atributos e revisão do sistema informático que permitirá maior agilidade diante das crescentes demandas.



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Documento apresentado para discussão**

**II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de  
Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

# Gestão do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES

## Usos e Perspectivas

Gerência do Cadastro Central de Empresas

CONFEST

23/08/2006

# CRONOLOGIA

## I - ANTECEDENTES

- ✘ Censos Econômicos 85 → CGC  
Construção do Cadastro a partir do CGC.
- ✘ 1991 - Formação e Implantação do Sistema do Banco de Dados. Ocorre a primeira grande carga com dados do CE85.
- ✘ 1992/1995 - Atualizações Periódicas, sem integração com as Pesquisas (RAIS 92, 93 E 94 e PEE 94)

# CRONOLOGIA

## II - CONSTRUÇÃO DO NOVO MODELO

- ✘ 1993/1995 - Reformulação das Pesquisas Econômicas
- ✘ 1995 - Introdução da CNAE - Realização do Censo Cadastro
- ✘ 1996/2000 - Consolidação do Processo de Integração Cadastro x Pesquisas
- ✘ 2001/2005 - Novos avanços
- ✘ 2006 - Reformulação do Sistema

# NOVO MODELO DE PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

- cadastro como elemento central
- classificação de atividades padronizada - CNAE
- pesquisas reformuladas
- forte integração com registros administrativos

# CONTEÚDO DO CEMPRES

DADOS CADASTRAIS

HISTÓRICO CADASTRAL

HISTÓRICO ECONÔMICO

EMPRESA e UNIDADE LOCAL

## INFORMAÇÕES DE EMPRESA

- ◆ Raiz do CNPJ da empresa
- ◆ Razão Social
- ◆ Situação cadastral
- ◆ Seção CNAE
- ◆ Classificação CNAE IBGE
- ◆ Classificação CNAE RA (RAIS)
- ◆ Faixa de PO (pessoal ocupado)
- ◆ Natureza jurídica
- ◆ Tipo de empresa
- ◆ Ano/mês de fundação
- ◆ Motivo para fundação
- ◆ Ano/mês de fechamento
- ◆ Motivo para fechamento
- ◆ Pesquisa/ano origem da última atualização

## INFORMAÇÕES DE UNIDADE LOCAL

- ◆ Raiz CNPJ da empresa
- ◆ Sufixo do CNPJ
- ◆ Situação cadastral
- ◆ Nome fantasia
- ◆ Endereço completo
- ◆ UF
- ◆ Município
- ◆ Seção CNAE
- ◆ Classificação CNAE IBGE
- ◆ Classificação CNAE RAIS
- ◆ Tipo de UL
- ◆ Ano/mês de abertura
- ◆ Motivo para abertura
- ◆ Ano/mês de fechamento
- ◆ Motivo para fechamento
- ◆ Pesquisa origem da última atualização

## **HISTÓRICO CADASTRAL**

- ✓ Últimas alterações via GCC comandadas nos dados cadastrais das empresas e das unidades locais.
- ✓ Seu conteúdo é idêntico ao das tabelas de DADOS CADASTRAIS.

## **HISTÓRICO ECONÔMICO**

Informações de pessoal ocupado, salários pagos e classificação de atividades das unidades, segundo as diversas fontes que atualizam o Cadastro, a partir do ano de 1994.

## FONTES DE ATUALIZAÇÃO

- ❏ Pesquisas Econômicas Anuais de Indústria, Comércio, Construção, Serviços
- ❏ RAIS, CAGED (novas), CNPJ
- ❏ Revistas Especializadas
- ❏ Fontes específicas  
(CVM, Seguros, Bancos, INEP, FGV)

**Dados das pesquisas sempre prevalecem sobre os das demais fontes.**

## UTILIZAÇÃO DOS R.A. NA PRODUÇÃO DAS ESTATÍSTICAS

- RAIS e CAGED:
  - Atualização de dados cadastrais de empresas/unidades locais;
  - Identificação de novos e mortos;
  - Geração de Cadastros Básicos para Seleção de Amostras das Pesquisas;
- IRPJ:
  - compatibilização cadastral;
  - confronto de valores para composição do sistema de contas nacionais.

## VANTAGENS NA UTILIZAÇÃO DA RAIS COMO FONTE DO CEMPRES

- redução de custos de levantamento;
- cobertura quase 100% do emprego e das unidades formais;
- utilização de mesma unidade de informação e número de identificação e tabelas de códigos comuns (município, CNAE, Nat.Jur);
- variável de porte para o universo, fundamental para seleção amostral;

## TOTAIS CEMPRE

- ◆ 9,1 MILHÕES DE EMPRESAS
- ◆ 10 MILHÕES DE UNIDADES LOCAIS
- ◆ 5,4 MILHÕES DE EMPRESAS ATIVAS

# PROCESSO PERMANENTE DE CRÍTICA DOS DADOS DO CEMPRES

- RAIS
  - CAGED
    - PESQUISAS
      - CAD
        - CEMPRES

# PROCESSO PERMANENTE DE CRÍTICA

## PRINCIPAIS CAMPOS VERIFICADOS:

- CNAE
- Razão Social
- Natureza Jurídica
- Endereço, CEP, Município
- Emprego/salário

# PROCESSO PERMANENTE DE CRÍTICA

## CNAE

**Cnaes especiais e selecionadas;**

**Maiores empresas;**

**Prefeituras e órgãos governo;**

**Palavra chave na razão social;**

**Confronto ano a ano.**

# PROCESSO PERMANENTE DE CRÍTICA

## RAZÃO SOCIAL

**Numérica;**

**Menos de 5 posições;**

**Informações suspeitas**

**Razões diferentes entre UL's**

# **PROCESSO PERMANENTE DE CRÍTICA**

## **ENDEREÇO/UF/MUN**

**Menos de 5 posições**

**Validação CEP x UF/município**

**Confronto ano a ano**

**Informações suspeitas**

# **PROCESSO PERMANENTE DE CRÍTICA**

## **EMPREGO/SALÁRIO**

**Rank dos maiores (geral/por atividade)**

**Crítica de razões emprego/salário**

**Confronto com valores de pesquisas**

**Confronto ano a ano**

## CICLOS DE ATUALIZAÇÃO

- ❏ Pesquisas Econômicas ano N:
  - ❏ 1a. Versão: dezembro N+1
  - ❏ Versão Final: maio N+2
  
- ❏ RAIS ano N: dezembro N+1
  
- ❏ CAGED: maio/dezembro (só inclusões)
  
- ❏ Demais fontes: CNAE e dados econômicos - a qualquer momento

## OBJETIVOS DO CEMPRE

- ▶ Instrumento de controle e de coordenação no processo de produção de estatísticas econômicas
- ▶ Listagem para geração de cadastros básicos para seleção de amostras para as Pesquisas Econômicas
- ▶ Fornecimento de estatísticas para a sociedade
- ▶ Universo de Referência das unidades existentes - detalhamento ao nível municipal

## COMO INSTRUMENTO DE COORDENAÇÃO

- ❌ Base referencial das unidades produtivas e na identificação do código de atividade CNAE.
  - ☹️ Secretarias de Fazenda (Federal, Estadual, Municipal)
  - ☹️ Órgãos de Pesquisa (FGV, Seade, IPEA, etc.)
  - ☹️ Entidades privadas e governamentais - Federações, Bancos, SEBRAE, etc

**"Elemento central para obtenção dos cadastros básicos de seleção, amostras e informações cadastrais para a pesquisa de qualquer empresa e/ou unidade local no país".**

## **GERAÇÃO DE CADASTROS BÁSICOS DE SELEÇÃO PESQUISAS ECONÔMICAS:**

**PIA, PAC, PAS, PAIC, PIMES, SINAPI, SNIPC**

## **PESQUISAS SOCIAIS:**

**AMS, PNSB, SINDICAL, PEAS**

# CBS PESQUISAS ANO BASE 2004

<b>PESQUISAS</b>	<b>TOTAL DE EMPRESAS</b>	<b>TOTAL DA AMOSTRA</b>
PAC	2 138 896	54 951
PAS	1 454 765	76 357
PIA	155 786	42 371
PAIC	120 525	11 741

## PESQUISAS ECONÔMICAS ANUAIS 2004 - NUMERO DE EMPRESAS POR PROCESSO DE SELEÇÃO

<b>PESQUISAS ANUAIS ANO BASE 2004</b>	<b>SELEÇÃO DE INFORMANTES VIA CBS</b>	<b>TOTAL DA AMOSTRA POR ESTRATO</b>	<b>TOTAL GERAL DA AMOSTRA</b>
<b>PIA INDÚSTRIA</b>	<b>AMOSTRA 5 a 29 PO</b>	<b>30 672</b>	<b>42 371</b>
	<b>ESTRATO CERTO mais de 30 PO</b>	<b>11 699</b>	
<b>PAIC CONSTRUÇÃO</b>	<b>AMOSTRA 1 a 29 PO</b>	<b>4 591</b>	<b>11 741</b>
	<b>ESTRATO CERTO mais de 30 PO</b>	<b>7 150</b>	
<b>PAC COMÉRCIO</b>	<b>AMOSTRA 0 a 19 PO</b>	<b>16 135</b>	<b>54 951</b>
	<b>ESTRATO CERTO mais de 20 PO</b>	<b>38 816</b>	
<b>PAS SERVIÇOS</b>	<b>AMOSTRA 0 a 19 PO</b>	<b>29 426</b>	<b>76 357</b>
	<b>ESTRATO CERTO mais de 20 PO</b>	<b>46 931</b>	

## **BASE DA PUBLICAÇÃO**

**Anualmente, é gerado um Cadastro Ano Base (CAD) contendo as unidades ativas no ano, extraído do CEMPRE, para servir como base para geração de estatísticas.**

**Os “CAD” são criticados e após tabulação dos resultados, ficam congelados.**

## **CRITÉRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ATIVOS/INATIVOS**

**São consideradas ativas empresas e unidades locais com situação CNPJ ativa ou inapta que apresentaram declaração da RAIS no ano base, bem como aquelas em operação nas pesquisas IBGE. Além destas, são consideradas também unidades extintas que tenham alguma informação econômica no ano base.**

# SITUAÇÃO CADASTRAL



O código de situação cadastral no CEMPRE é composto de 2 dígitos, sendo o primeiro atribuído à situação verificada em uma das pesquisas do IBGE ou no CNPJ; o outro, a situação da unidade na RAIS.

<b>Primeiro dígito IBGE</b>	<b>CNPJ</b>	<b>Segundo dígito</b>
0 - Ativo	2 - Ativo	0 - Não é informante RAIS
1 - Em implantação	6 - Suspenso	1 - É informante RAIS
3 - Paralisado	7 - Inapto	
4 - Não localizado	8 - Baixado	9 - Situação desconhecida
5 - Extinto	9 - Cancelado	

# INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS - 1

## Básicas

Número de Empresas

Número de Unidades Locais

Pessoas Ocupadas

Total; Assalariadas; Proprietários ou sócios

Salários e Remunerações

# INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS - 2

## Derivadas

Distribuição das Empresas segundo  
faixas de número de pessoas ocupadas

Concentração Econômica

Diversificação de atividades

Diversificação espacial

Salário Médio em número de  
salários- mínimos

## METAS INSTITUCIONAIS

- Primeiro Semestre - Cadastro Básico de Seleção(CBS) - CBS Pesquisas 2005 - Disponibilizado em fevereiro
- Segundo Semestre - Estatísticas do Cadastro Central de Empresas. Prevista a divulgação das informações relativas a 2004 em outubro.

**Tabela 1 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo seção CNAE  
Brasil - 2003**

Seção CNAE	Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações ( 1 000 R\$)
		Total	Assalariado	
<b>Total</b>	<b>5.185.573</b>	<b>35.674.496</b>	<b>28.472.834</b>	<b>340.789.684</b>
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	34.608	423.582	361.297	2.544.090
Pesca	2.516	18.239	14.137	71.917
Indústrias extrativas	13.803	128.276	106.672	1.885.236
Indústrias de transformação	481.441	6.434.735	5.704.925	76.707.365
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	2.097	233.111	230.496	6.228.092
Construção	126.693	1.248.193	1.027.878	9.564.602
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	2.535.540	8.269.835	4.901.495	35.422.513
Alojamento e alimentação	355.073	1.359.679	901.270	4.968.138
Transporte, armazenagem e comunicações	182.521	1.780.622	1.484.431	19.721.016
Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados	73.580	714.950	622.067	19.365.654
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	722.638	4.135.631	2.965.991	29.361.891
Administração pública, defesa e seguridade social	13.511	6.777.649	6.776.937	93.868.279
Educação	90.093	1.275.805	1.124.243	18.624.296
Saúde e serviços sociais	115.945	1.256.945	1.034.045	10.813.295
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	435.510	1.617.222	1.216.950	11.643.300

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2003

**Tabela 2 - Empresas e outras organizações, pessoal ocupado em 31.12, salários e outras remunerações, segundo faixas de pessoal ocupado total - Brasil 2003**

Faixas de pessoal ocupado total	Empresas e outras organizações	Pessoal ocupado em 31.12		Salários e outras remunerações ( 1000 R\$)
		Total	Assalariado	
<b>Total</b>	<b>5.185.573</b>	<b>35.674.496</b>	<b>28.472.834</b>	<b>340.789.684</b>
0 a 4	4.314.769	6.622.558	1.326.604	9.800.568
5 a 9	480.263	3.086.445	2.193.902	12.657.115
10 a 19	229.133	2.997.638	2.416.713	15.510.970
20 a 29	59.814	1.414.901	1.275.576	9.275.937
30 a 49	42.643	1.607.334	1.518.049	12.272.865
50 a 99	28.618	1.965.107	1.896.091	17.647.338
100 a 249	17.211	2.658.004	2.619.478	28.320.580
250 a 499	6.665	2.320.684	2.301.310	26.928.211
500 e mais	6.457	13.001.825	12.925.111	208.376.100

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2003

## CEMPRE - OUTROS PRODUTOS

✧ Divulgação especial Fundações e Associações Privadas sem Fins Lucrativos - FASFIL - 2002

✧ CD-Rom e Internet:  
BIM- Base de Informações Municipais

✧ Internet:  
- Sidra - Sistema de Recuperação Automática de Dados - Banco de dados

▲ *atendimento a usuários*

# **CEMPRE -** *atendimentos externos*

**Organizações públicas**

**Universidades**

**Empresas**

**Pesquisadores**

\*Tabelas com outros recortes

\*Listagens de empresas

## CEMPRE - Ciclo de Operação

<b>Etapas</b>	<b>Rais 2005</b>	<b>Pesquisas 2004 Final</b>	<b>Caged 2006/1</b>	<b>Pesquisas 2005 Preliminar</b>	<b>Caged 2006/2</b>
Recebimento	ago	mai	abr	set	out
Depuração	set/nov	jun	mai	out/dez	nov
Atualização	dez	jun	mai	dez	dez

<b>Produtos</b>	<b>Mês</b>
Cadastros Básicos de Seleção das Pesquisas Anuais	Dez
Geração do Cadastro Ano Base Preliminar	Jan
Críticas e Depuração do Cadastro Ano Base	Jan/Mai
Geração do Cadastro Ano Base Definitivo	Mai
Publicação das Estatísticas do Cadastro	Jun
Divulgação dos Resultados	Ago/set

# PROJETOS ESPECIAIS

- em desenvolvimento -

## *Exclusivos da GCC:*

- Estudos comparativos Cadastro x Pesquisas
- Implementação da CNAE 2.0 no CEMPRE

## *Projetos Transversais:*

- Projeto sistema de indicadores culturais.
- Projeto de indicadores do meio ambiente.
- Projeto SEBRAE
- Projeto IPP
- Projeto SOFTEX

# PROJETOS ESPECIAIS

▪ em perspectiva ▪

- **Incorporação das Pesquisas Mensais como fonte de atualização**
- **Pesquisa de Atualização Cadastral**
- **Estimativas de Receitas Municipais**
- **Georeferenciamento**

## **QUESTÕES ESTRATÉGICAS**

- **Aumentar integração com RAIS/CAGED (articulação interinstitucional)**
- **Aumentar integração com pesquisas**
- **Buscar novas fontes**
- **Retomar reuniões da Comissão Nacional de Gestores de Cadastros de Pessoa Jurídica**
- **Participar da “20th ROUND TABLE ON BUSINESS SURVEY FRAMES” na Alemanha em 2007**

# CEMPRE

## Indicadores de Qualidade

# CEMPRE

## PESQUISA ANUAL DO COMÉRCIO

Situação cadastral de retorno	PAC 96	PAC 97	PAC 98	PAC 99	PAC 03
ATIVA	68%	72%	73%	73%	76%
EXTINTA	9%	6%	8%	4%	1%
FORA DO ÂMBITO	7%	4%	3%	4%	3%
NÃO LOCALIZADA	10%	10%	6%	8%	8%
PARALISADA	6%	8%	9%	11%	11%
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%

# CEMPRE

## PESQUISA ANUAL DE SERVIÇO

Situação cadastral de retorno	P AS 98	P AS 99	P AS 03
ATIVA	65%	73%	66%
EXTINTA	7%	2%	1%
FORA DO ÂMBITO	9%	4%	4%
NÃO LOCALIZADA	10%	10%	15%
PARALISADA	7%	10%	14%
SIMULA FAC 07	1%	0%	0%
TOTAL	100%	100%	100%

# CEMPRE

## PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL

Instrumento de Atualização	Estrato de Seleção	P IA 96	P IA 97	P IA 98	P IA 03	P IA 04
FAC	Aleatório	32%	22%	22%	17%	16%
	Certo	18%	10%	11%	6%	5%
QST	Aleatório	68%	78%	78%	83%	84%
	Certo	82%	90%	89%	94%	95%

# CEMPRE

## PESQUISA ANUAL DE COMÉRCIO

Instrumento de Atualização	Estrato de Seleção	PAC 96	PAC 97	PAC 98	PAC 99	PAC 03
FAC	Aleatório	50%	48%	46%	49%	46%
	Certo	18%	13%	14%	13%	12%
QST	Aleatório	50%	52%	54%	51%	54%
	Certo	82%	87%	86%	87%	88%

# CEMPRE

## PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS

Instrumento de Atualização	Estrato de Seleção	PAS 98	PAS 99	PAS 03
FAC	Aleatório	61%	52%	54%
	Certo	26%	16%	16%
QST	Aleatório	39%	48%	46%
	Certo	74%	84%	84%

## PONTOS FORTES

Reunir estatísticas de amplo conjunto de atividades no menor nível de detalhamento setorial e espacial, a partir de procedimentos comuns de tratamento de dados;

Qualidade do código de atividade econômica, uma vez que nas empresas pesquisadas pelo IBGE esse código é resultado de uma abordagem analítica do órgão de estatística;

As empresas auto-classificadas, oriundas de registros administrativos passam por rigoroso procedimento de verificação

## PONTOS FRACOS

Ausência de controle sobre as entradas, saídas e movimentos das unidades do cadastro;

Limitação no elenco de variáveis econômicas disponibilizadas para o universo de empresas

# Cadastro Central de Empresas

## CEMPRE

### FIM

# Gestão do Cadastro Central de Empresas - CEMPRES

---

## Usos e Perspectivas

Gerência do Cadastro Central de Empresas

CONFEST

23/08/2006

# CRONOLOGIA

## I - ANTECEDENTES

- Censos Econômicos 85 → CGC  
Construção do Cadastro a partir do CGC.
- 1991 - Formação e Implantação do Sistema do Banco de Dados. Ocorre a primeira grande carga com dados do CE85.
- 1992/1995 - Atualizações Periódicas, sem integração com as Pesquisas (RAIS 92, 93 E 94 e PEE 94)

# CRONOLOGIA

## II - CONSTRUÇÃO DO NOVO MODELO

- 1993/1995 - Reformulação das Pesquisas Econômicas
- 1995 - Introdução da CNAE - Realização do Censo Cadastro
- 1996/2000 - Consolidação do Processo de Integração Cadastro x Pesquisas
- 2001/2006 - Novos avanços

# NOVO MODELO DE PRODUÇÃO DE ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

- CEMPRES como elemento central
- classificação de atividades padronizada - CNAE
- forte integração com registros administrativos
- pesquisas reformuladas

# CONTEÚDO DO CEMPRES

DADOS CADASTRAIS

HISTÓRICO CADASTRAL

HISTÓRICO ECONÔMICO

EMPRESA e UNIDADE LOCAL

## **INFORMAÇÕES DE EMPRESA**

- ◆ Raiz do CNPJ da empresa
- ◆ Razão Social
- ◆ Situação cadastral
- ◆ Seção CNAE
- ◆ Classificação CNAE IBGE
- ◆ Classificação CNAE RA (RAIS)
- ◆ Faixa de PO (pessoal ocupado)
- ◆ Natureza jurídica
- ◆ Tipo de empresa
- ◆ Ano/mês de fundação
- ◆ Motivo para fundação
- ◆ Ano/mês de fechamento
- ◆ Motivo para fechamento

## INFORMAÇÕES DE UNIDADE LOCAL

- ◆ Raiz CNPJ da empresa
- ◆ Sufixo do CNPJ
- ◆ Situação cadastral
- ◆ Nome fantasia
- ◆ Endereço completo
- ◆ UF
- ◆ Município
- ◆ Seção CNAE
- ◆ Classificação CNAE IBGE
- ◆ Classificação CNAE RAIS
- ◆ Tipo de UL
- ◆ Ano/mês de abertura
- ◆ Motivo para abertura
- ◆ Ano/mês de fechamento
- ◆ Motivo para fechamento

## **HISTÓRICO CADASTRAL**

- ✓ Últimas alterações via GCC comandadas nos dados cadastrais das empresas e das unidades locais.
- ✓ Seu conteúdo é idêntico ao das tabelas de DADOS CADASTRAIS.

## **HISTÓRICO ECONÔMICO**

Informações de pessoal ocupado, salários pagos e classificação de atividades das unidades, segundo as diversas fontes que atualizam o Cadastro, a partir do ano de 1994.

**Relatório de Evento**

**Código da Atividade:** 223

**Tipo de Atividade:** Palestra

**Título:** Gestão do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE - do IBGE: usos e perspectivas

**Data:** 23 de agosto de 2006

**Coordenação:** Sidnéa Reis Cardoso - IBGE/Diretoria de Pesquisas

**Palestrante:** Ana Rosa Pais Ribeiro - IBGE/Diretoria de Pesquisas

**Relatora:** Jaciara Zacharias da Silva - IBGE/Diretoria de Pesquisas

**Lotação:** Gerência do Cadastro Central de Empresas

**E-mail:** [jaciarah@ibge.gov.br](mailto:jaciarah@ibge.gov.br)

**Telefone:** 2142-0450

## R E L A T Ó R I O

A palestra foi realizada no *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais* e abordou o tema **Gestão do Cadastro Central de Empresas - CEMPRE - do IBGE: usos e perspectivas**. A palestra foi realizada pela gerente do Cadastro Central de Empresas Ana Rosa Pais Ribeiro que fez explanação oral sobre o tema, utilizando como recurso visual slides com o uso do retroprojektor. A apresentação começou no horário marcado, 11 horas, durando aproximadamente 40 minutos. Estima-se que estiveram presentes pouco mais de 50 pessoas.

A coordenadora da mesa, Sidnéia Reis Cardoso, iniciou a palestra com a apresentação do CEMPRE, ressaltando a sua origem na década de 90 e a sua consolidação em 1996, com o fim dos censos econômicos. O modelo de produção de estatísticas econômicas do IBGE está baseado no CEMPRE de onde são extraídas as amostras probabilísticas que servirão de base para a realização das pesquisas periódicas.

A palestrante Ana Rosa Pais Ribeiro iniciou a apresentação fazendo uma breve retrospectiva sobre o processo de produção das estatísticas econômicas elaboradas pelo IBGE e a transição para o atual modelo, baseado no CEMPRE como elemento Central de formulação de amostras. Em 1995 com a padronização da Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE e realização do Censo Cadastro de 1994, passou-se a adotar este novo modelo, tendo a sua consolidação ocorrido no período de 1996 a 2000, quando houve maior integração do CEMPRE com as pesquisas econômicas.

Embora houvesse desde 1992 algum relacionamento com os registros administrativos, o processo ainda não estava padronizado. A maior integração com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) permitiu avanços no processo e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) passou a ser o principal registro administrativo a alimentar as informações do CEMPRE. O CEMPRE tem como fonte de atualização, além da RAIS e do CAGED do MTE, as pesquisas estruturais do IBGE nas áreas da Indústria, Construção, Comércio e Serviços que conferem atributos qualificados ao banco, prevalecendo assim, sobre as demais fontes de atualização.

Em relação ao conteúdo do CEMPRE, o CNPJ com 14 dígitos é o código de identificação das unidades produtivas. Os 8 primeiros dígitos designam a empresa e os sufixos servem para caracterizar as unidades locais - UL. Estão disponíveis informações cadastrais como razão social e endereço completo e informações econômicas cujas principais são o pessoal ocupado, salários pagos e a classificação econômica da atividade principal.

As informações contidas no CEMPRE estão constantemente sendo submetidas a um processo de avaliação e crítica dentro de um cronograma preestabelecido. Dentro deste cronograma, tem-se dois objetivos principais: gerar o Cadastro Básico de Seleção(CBS) para as pesquisas do IBGE no primeiro semestre do ano e a publicação Estatísticas do Cadastro de Empresas, contendo o número de empresas, pessoal ocupado e salários, entre outras informações, no segundo semestre.

Destacam-se, entre os usos do CEMPRE, a utilização como base de estudos e pesquisas sobre inovação tecnológica, saneamento básico, assistência médico-sanitária e as informações sobre as Instituições Sem Fins Lucrativos. A partir do CEMPRE é possível a realização de estudos especiais, com base em recortes específicos, como já ocorre a partir de solicitações de órgãos públicos, universidades, entidades empresariais e pesquisadores. As informações são fornecidas mediante convênio com assinatura de termo de compromisso, tendo em vista que o IBGE não fornece cadastro individualizado. Atualmente, está em desenvolvimento de um sistema de informações e indicadores culturais, indicadores sobre o estado do Meio Ambiente, a construção de contas da saúde, além de projetos específicos que já se encontram em andamento em convênio com o SEBRAE, com o Instituto Pereira Passos e com a SOFTEX. Dentre outros projetos especiais, ainda em estudo, está a realização de estimativas de receita municipal, a construção de indicadores de porte e a busca por novas fontes de atualização das informações cadastrais e econômicas, inclusive da Receita Federal.

### **Intervenções**

Sr. Tomas da Prefeitura de São Paulo questionou quais eram as perspectivas em se fazer uma divulgação no nível municipal, citando como o Estado de São Paulo como área de interesse.

Sr. Ricardo Barcelos consultor do Banco Mundial em Goiás questionou quais os procedimentos necessários para realizar um pedido de recorte especial, custos e prazo médio de atendimento.

Sr<sup>a</sup> Ivete do IBGE sugeriu incluir na publicação os códigos dos municípios, inclusive para o estudo realizado sobre as FASFIL, visando facilitar o georeferenciamento das informações. Sugeriu também maior integração com a **GCC**, pois os dados do CEMPRE são sendo amplamente utilizados como base para realização de diversos trabalhos na diretoria de Geografia.

Sr<sup>a</sup> Guiomar da Fundação SEADE de São Paulo solicitou tornar disponível a metodologia e o ciclo de operação do CEMPRE. Questionou as diferenças entre RAIS e CEMPRE, com base nas metodologias e sobre quais das fontes se privilegiar ao realizar estudos específicos.

Sr<sup>a</sup> Geovana da Secretaria de Planejamento do Pará questionou sobre o projeto Estatísticas Culturais e como é possível ter acesso as informações do CEMPRE.

Sr<sup>a</sup> Rosane Moreno do IBGE questionou sobre o projeto Indicadores Ambientais.

Sr. Demétrio do Banco do Nordeste solicitou maiores informações sobre a CNAE e a sua atualização em 2007.

Sr<sup>a</sup> Graça Parente do Ministério do Trabalho argumentou que no Ministério do Trabalho também realiza um trabalho de depuração nos dados originais da RAIS para gerar estatísticas econômicas, inclusive com a CNAE fiscal. Ressaltou inclusive que o MTE disponibiliza, mediante solicitação, informações a partir do Cadastro da RAIS.

Em resposta aos questionamentos, a palestrante informou que é possível realizar recortes especiais para atender demandas específicas, bem como parcerias para a realização de estudos e projetos, inclusive em nível municipal. As demandas devem ser encaminhadas ao IBGE através do sítio [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) que, após o recebimento e avaliação, encaminha as demandas para as coordenações responsáveis. O prazo para atendimento depende da complexidade dos pedidos e das demandas já existentes.

Na página do IBGE estão disponíveis todas as publicações recentes e dados históricos, metodologias e notas técnicas (inclusive no corpo de cada publicação), além de outras informações. Caso seja necessário alguma informação adicional ou maiores esclarecimentos, estes devem ser encaminhados à coordenação do Cadastro.

No CEMPRE estão disponíveis uma variedade de informações para todas as atividades formalmente constituídas, dados cadastrais e econômicos para Brasil, grandes regiões, estados e municípios. Todas as informações geográficas possuem os respectivos códigos que as identifica. Estes atributos e qualidades conferem ao CEMPRE a possibilidade de gerar estatísticas sobre diversos temas. Neste sentido, as informações do CEMPRE bem servindo de base para realização de estudos na área de Meio Ambiente e o Setor Cultural. Estes são dois projetos que vêm sendo desenvolvidos pela Diretoria de Pesquisa e visam subsidiar estudos sobre o estado do Meio Ambiente e sobre o Setor Cultural.

O tema Classificação Nacional de Atividades – CNAE, foi tratado em palestra própria.

### **Considerações Finais**

A gerente Ana Rosa Pais Ribeiro argumentou o sucesso do uso de registros administrativos neste novo modelo de produção de estatísticas e como base para a realização de diversos estudos e projetos. Frisou a importância do CEMPRE e da RAIS, esta última como principal fonte de atualização do primeiro. Daí a crescente necessidade de cooperação entre os órgãos, inclusive com instrumentos formais que garantam a permanente atualização dos registros.

Além disso, a Coordenação do Cadastro vem investindo na busca de novas fontes de atualização como, por exemplo, o Cadastro da Secretaria da Receita Federal e a realização de um censo de atualização cadastral como forma de garantir cada vez mais a melhoria das informações cadastrais.



# **DADO ÚNICO DE SAFRA**

**AGOSTO/2006**

---

---

# Fontes de Informações

- ✓ Dados Oficiais  
IBGE, CONAB, órgãos estaduais (Emater/RS, IRGA, EPAGRI, DERAL, IEA, entre outros)
- ✓ Empresas privadas e outras agências (USDA)



# Objetivo da Conab

- ✓ Estimar o volume da produção das lavouras amparadas pela Política Agrícola, no menor prazo possível, com qualidade e credibilidade
- ✓ Fornecer informações gerenciais estratégicas para subsidiar a formulação, intervenção e monitoramento das políticas governamentais (abastecimento /comercialização da safra) e disponibilizar para as informações de forma transparente ao público usuário.



# Aspectos considerados pela Conab ao estimar o 1º Levantamento

- ✓ Projeção de média a partir do resultado de campo, das últimas 5 safras
- ✓ Crédito disponível
- ✓ Variáveis climáticas
- ✓ Comercialização de insumos
- ✓ Preços
- ✓ Pesquisa de campo



# Pesquisa de campo

Última pesquisa ago/2006 – fecha o ano agrícola anterior (julho à junho)

Em cada levantamento de campo realiza-se:

- ✓ 61 roteiros
- ✓ 450 municípios (cobertura)
- ✓ 2.600 questionários aplicados
- ✓ 1.350 informantes qualificados



# Levantamentos realizados

- ✓ 6 levantamentos *in loco*/ano
- ✓ 6 pesquisas de atualização, utilizando telefone, e-mail, fax, e outros meios de comunicação



# Distribuição da Produção Brasileira de Grãos Safrá 2005/06 Em milhões de t

**3,6** milhões t  
3,0%

**9,7** milhões t  
8,1%

**39,4** milhões t  
33,0%

**15,8** milhões t  
13,2%

**51,1** milhões t  
42,7%

**Brasil**

**119,7 milhões toneladas**



# Projeto Geosafra

- ✓ Objetivo: aperfeiçoar e desenvolver novas metodologias de estimação de safra, propiciando mais agilidade e qualidade na informação
- ✓ Parcerias: UFRGS, EPAGRI, SEAB (IAPAR, SIMEPAR e DERAL), UNICAMP, EMBRAPA, INPE, IBGE, INMET, PNUD e diversos órgãos de extensão rural
- ✓ Grande vantagem do projeto: sinergia de interesses



# Áreas do Conhecimento

- ✓ Levantamento de área por pontos amostrais
- ✓ Levantamento de área por interpretação de imagem de satélite
- ✓ Previsão da produtividade a partir de modelos agrometeorológicos
- ✓ Previsão de chuva para 15 dias  
(desenvolvimento de metodologia)



# Estimativa de área - Modelo estatístico amostral por municípios / pontos

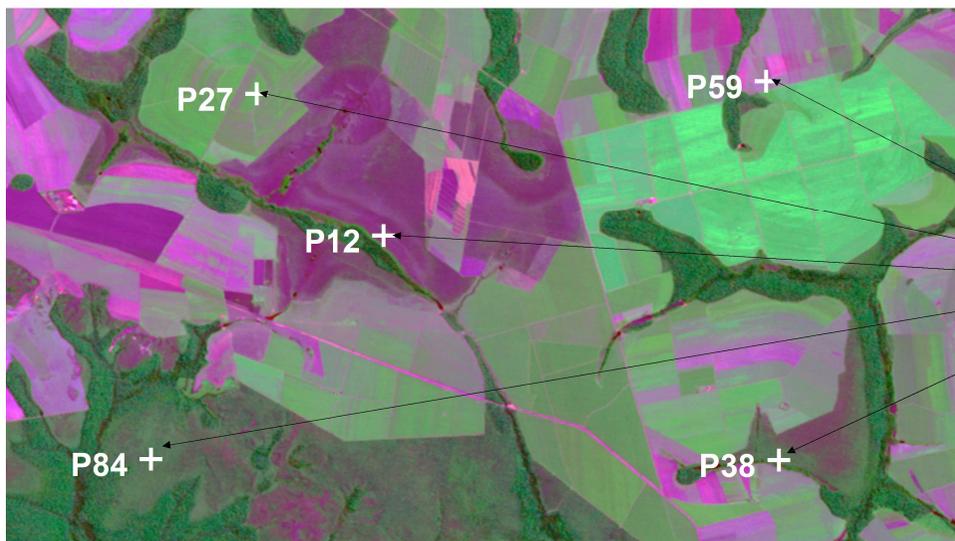
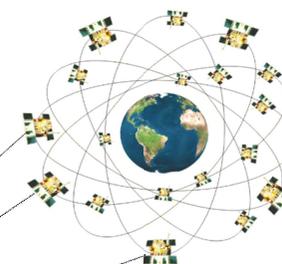


Imagem de satélite c/pontos amostrais para trabalho de campo



GPS para localização das amostras em campo



# Estimativa de área – Mapeamento com base em imagens de satélites

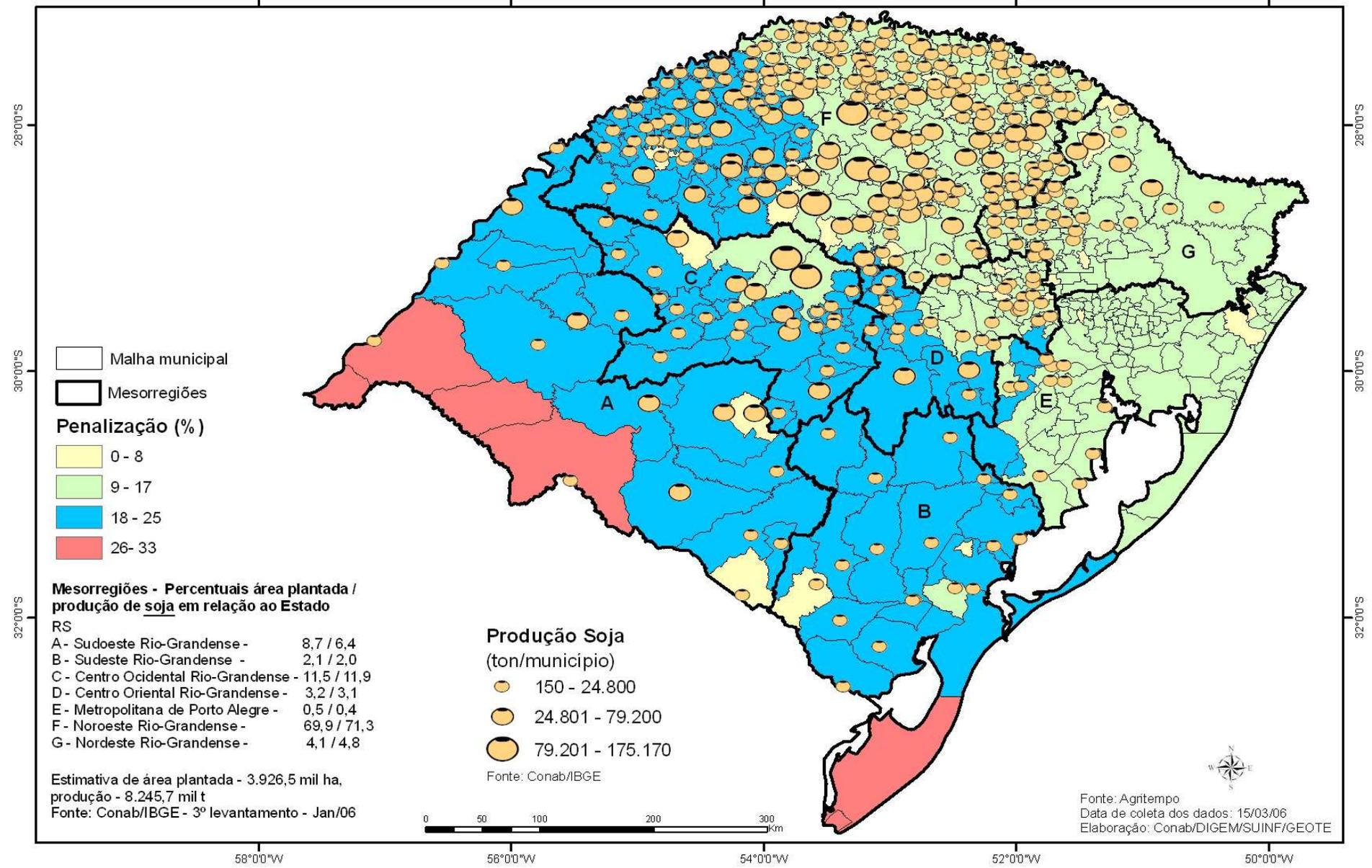


Sta. Bárbara do Sul - RS

Área de soja = 66.000 ha



58°00'W      56°00'W      54°00'W      52°00'W      50°00'W



58°00'W      56°00'W      54°00'W      52°00'W      50°00'W



60°00'W      58°00'W      56°00'W      54°00'W      52°00'W      50°00'W

## Mesorregiões - Percentuais (%) de área plantada/ produção de soja em relação ao Estado

RS	
A - Sudoeste Rio-Grandense -	8,7 / 6,4
B - Sudeste Rio-Grandense -	2,1 / 2,0
C - Centro Ocidental Rio-Grandense -	11,5 / 11,9
D - Centro Oriental Rio-Grandense -	3,2 / 3,1
E - Metropolitana de Porto Alegre -	0,5 / 0,4
F - Noroeste Rio-Grandense -	69,9 / 71,3
G - Nordeste Rio-Grandense -	4,1 / 4,8

## Produção Soja (ton/município):

-  106 - 20.000
-  20.001 - 80.000
-  80.001 - 175.170

Fonte: IBGE/Conab

Prognóstico produção de soja no Estado (safra 2005/06) - 8.245,7 mil t

Área plantada - 3.926,05 mil ha

Fonte: Conab - 3º Levantamento - Jan/06

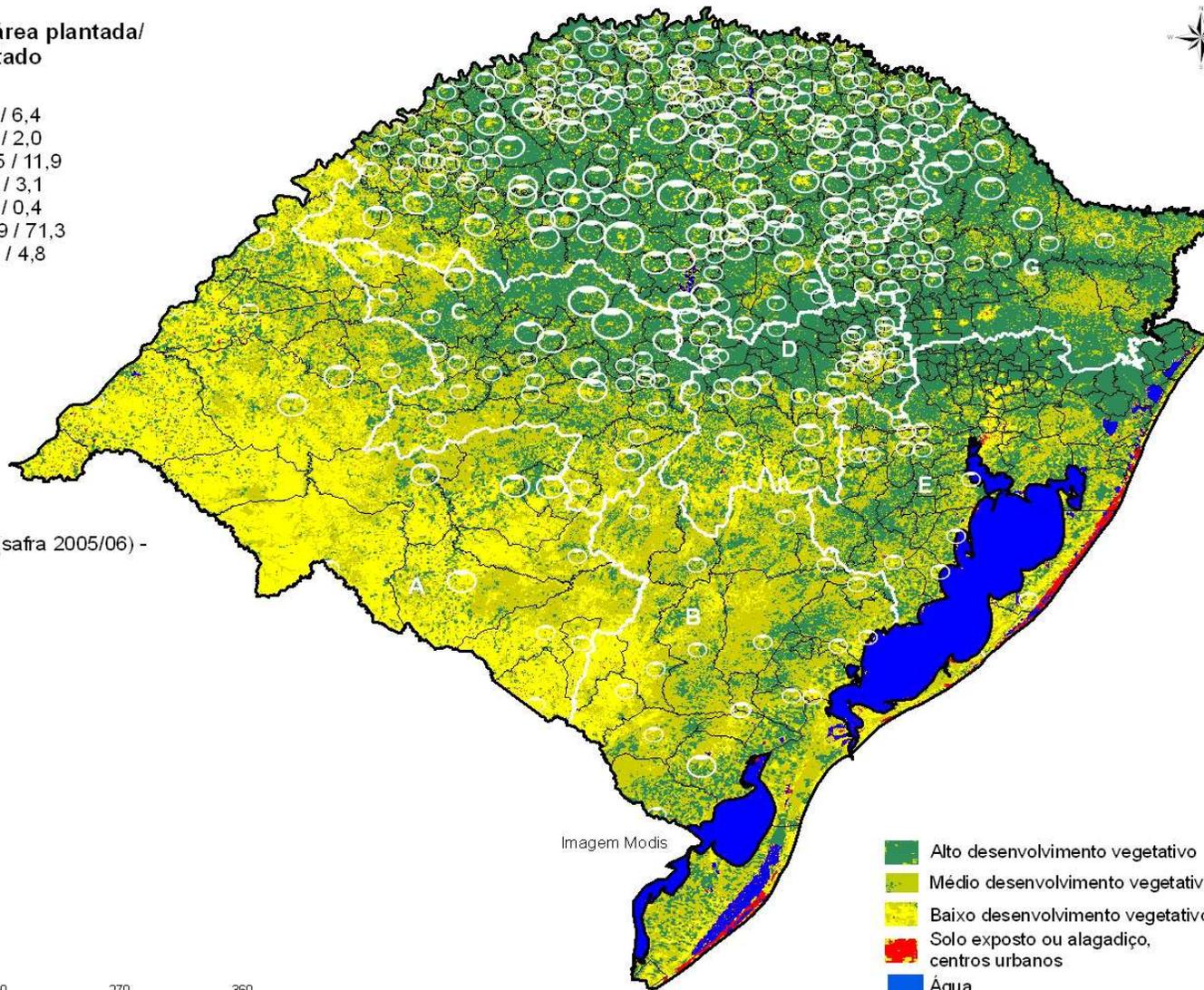


Imagem Modis

-  Alto desenvolvimento vegetativo
-  Médio desenvolvimento vegetativo
-  Baixo desenvolvimento vegetativo
-  Solo exposto ou alagadiço, centros urbanos
-  Água
-  Malha municipal

0    45    90    180    270    360 Km

Elaboração: Conab/DIGEM/SUINF/GEOTE

60°00'W      58°00'W      56°00'W      54°00'W      52°00'W      50°00'W



# Dado único de safra

## Dificuldades para Avançar na estruturação de um Sistema

- ✓ Deficiências na articulação entre os órgãos
- ✓ Problemas de harmonização (nomenclaturas e calendário agrícola)
- ✓ Perda de espaço institucional (submeter-se a uma Coordenação – Sistema – perda de autonomia para liberar os dados a partir dos interesses “institucionais”)
- ✓ Dificuldade em estabelecer um planejamento conjunto
- ✓ Divergências de opiniões (perda de autonomia)
- ✓ Reconhecimento pelo mercado (imagem institucional)



# Dado único de safra

## Um sistema de informação propicia:

- ✓ Afirmar o interesse público (função social da informação)
- ✓ Gerar maior grau de confiança na informação
- ✓ Gerar informação em nível de uma rede articulada
- ✓ Facilitar ajustes (em caso de divergências) e construir consensos
- ✓ Maior cobertura regional e nacional
- ✓ Ampliar a capilaridade e pode proporcionar melhor atendimento aos usuários e aos órgãos públicos
- ✓ Estabilidade no fluxo da informação;
- ✓ Somatório de esforços - objetivo comum (racionaliza esforços)
- ✓ Possibilita aportar o conhecimento de todos órgãos envolvidos
- ✓ Fortalecer as estatísticas oficiais e
- ✓ Gerar uma Coordenação Nacional e articular uma rede com estados e municípios



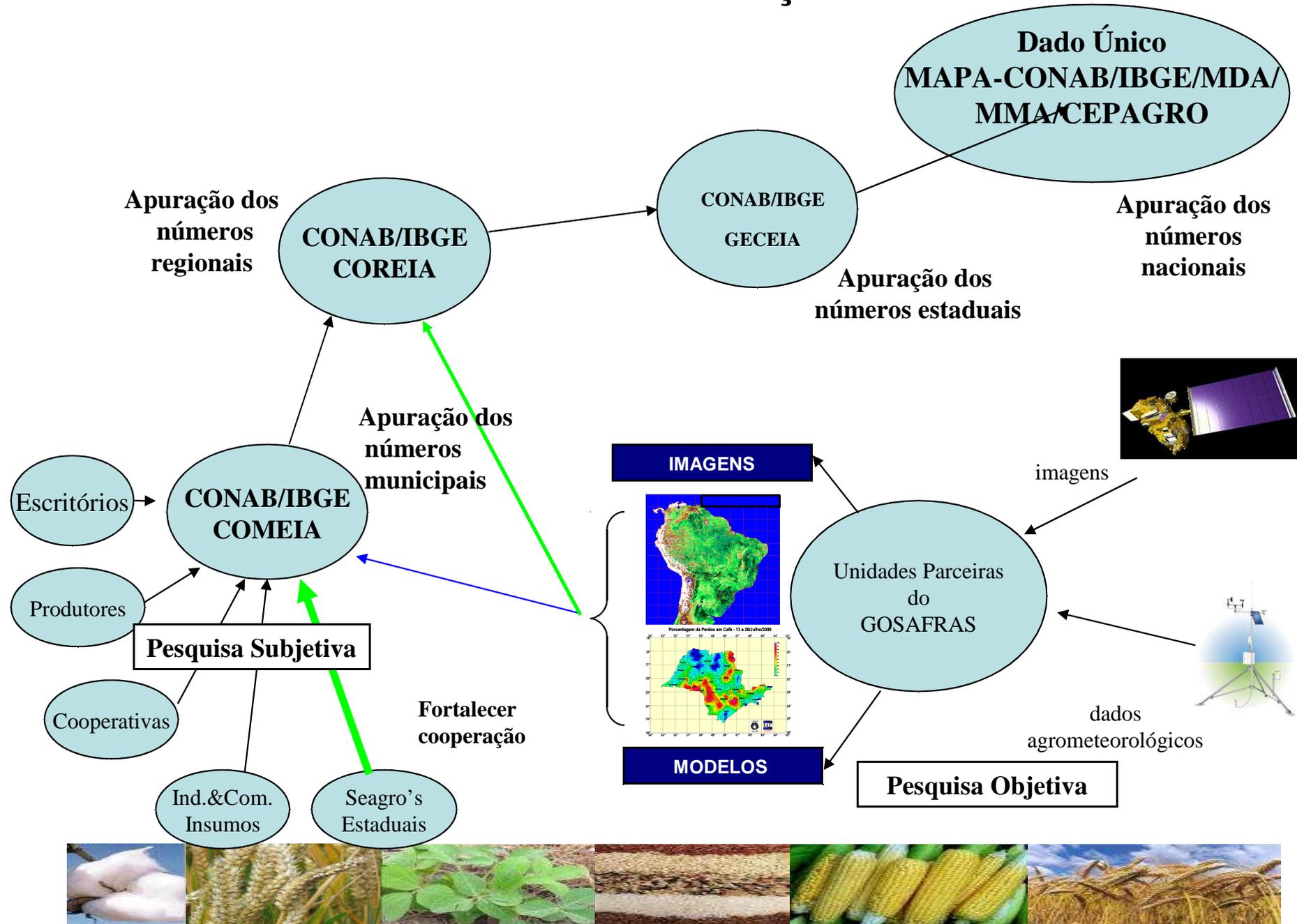
# Dado único de safra

## Alternativas (transição):

- ✓ Manter os procedimentos tradicionais com maior aproximação entre os técnicos da CONAB, IBGE e órgãos estaduais;
- ✓ Promover melhorias nos procedimentos de coleta e capacitação do pessoal;
- ✓ Promover melhor articulação, em nível estadual e nacional, com redefinição, se for o caso, do papel de cada órgão e instância de tomada de decisão, a partir da construção do novo Plano de Estatísticas
- ✓ Explorar as aptidões dos órgãos envolvidos (abastecimento, política agrícola, efeitos climáticos, ataques de pragas e doenças, preços, cadência de plantio e colheita)
- ✓ Desenvolvimento de novas metodologias e introdução de novas tecnologias para qualificar a rede de informações e o SISTEMA



# FLUXO GERAL DA AVALIAÇÃO DE SAFRAS





**Obrigado!**

**Sílvio Porto**  
**Companhia Nacional de Abastecimento- Conab**

[suinf@conab.gov.br](mailto:suinf@conab.gov.br)

[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)



# Dado Único de Safra

---

**Flavio Pinto Bolliger**  
Coordenação de Agropecuária  
*Diretoria de Pesquisas*

VI CONFEST  
Rio de Janeiro – RJ – 23/08/06

# Porque Dado Único ?

1ª motivação:

a existência de diferentes medidas de safra, muito embora com resultados muito próximos ou convergentes que se reforçam, representa um fator de instabilidade na sinalização de tendências em nossa economia e uma complicação na comunicação do Estado com a sociedade brasileira e com a comunidade internacional

## Estatísticas de safra

As estatísticas oficiais conjunturais de safra agrícola realizadas no Brasil, incluindo previsão e estimativas de produção, são fruto da cooperação de um grande número de instituições públicas e privadas, sendo que grande parte dos principais usuários dos agregados obtidos participa da geração dessas mesmas estatísticas como fonte de informação primária.

## Dimensões da Qualidade Estatística

- Relevância
- Precisão / exatidão
- Oportunidade
- Pontualidade
- Acessibilidade
- Transparência
- Comparabilidade
- Coerência
- Exaustividade

## Estatísticas de Safras

- 
- 
- 
- 
- 
- 
- 
-

## Pesquisas (Subjetivas) Municipais

### **Padronização de conceitos**

### **Subdivisão e redução de escala (município)**

### **Flexibilidade de fontes e método de coleta e estimação segundo tipo de lavoura, características e circunstâncias locais**

- Compilação
- Observação direta
- Estimção indireta
- Enumeração
- **Avaliação técnica**
- Combinação de procedimentos

## Quadro do IBGE

Março 2006

27 Unidades Estaduais

532 Agências em 497 municípios cobrindo os

5.562 municípios brasileiros

Lotação	IBGE		
	Total Geral	Permanente	Temporários
<b>TOTAL</b>	<b>8.647</b>	<b>6.954</b>	-
Sede Rio	2.790	2.790	-
Sedes Estaduais	2.577	2.377	200
Agências	3.280	1.780	1.500

Lotação	Pesquisas Agropecuárias		
	Total	Nível Superior	Nível Médio
<b>TOTAL</b>	<b>1.135</b>	...	...
Sede Rio	67	52	15
Sedes Estaduais	74	48	26
Agências	994	...	...

## Pesquisas (Subjetivas) Municipais

### **Responde a 3 desafios**

- Grande diversidade de clima, solo e padrão técnico
- Grande dispersão da produção no território e no tempo (safras sucessivas)
- Recursos limitados de pesquisa

## 3 razões em favor de Pesquisas (Subjetivas) Municipais

- Não há alternativa para dado municipal inter-censitário
- Baixo custo
- Seus métodos, que envolvem crítica e validação através do Sistema GCEA, constroem consensos

## CEREAIS, LEGUMINOSAS E OLEAGINOSAS

### Confronto das estimativas de produção (t)

### IBGE/Conab

Safra	MES	IBGE	Conab	Desvio
2002	Fev	98.643	100.543	-1,89
	Abr	99.337	98.659	0,69
	Mai	98.836	98.517	0,32
	Jul	98.744	96.747	2,06
2003	Fev	110.981	112.362	-1,23
	Abr	116.338	115.212	0,98
	Mai	118.584	120.161	-1,31
	Jul	120.865	123.168	-1,87
2004	Dez*	132.178	129.691	1,92
	Fev	130.649	130.831	-0,14
	Abr	120.906	120.064	0,70
	Mai	119.573	119.306	0,22
	Jul	119.479	119.114	0,31
2005	Dez*	134.906	131.922	2,26
	Fev	121.012	119.499	1,27
	Abr	116.341	113.688	2,33
	Mai	113.468	112.367	0,98
	Jul	113.507	113.898	-0,34
2005	Dez*	129.822	124.881	3,96
	Jan	126.084	124.404	1,35
	Mar	121.971	122.562	-0,48
	Abr	121.723	121.456	0,22
	Mai	119.707	121.079	-1,13
	Jun	118.525	120.255	-1,44
	Jul	118.094	119.380	-1,08

\* Prognóstico

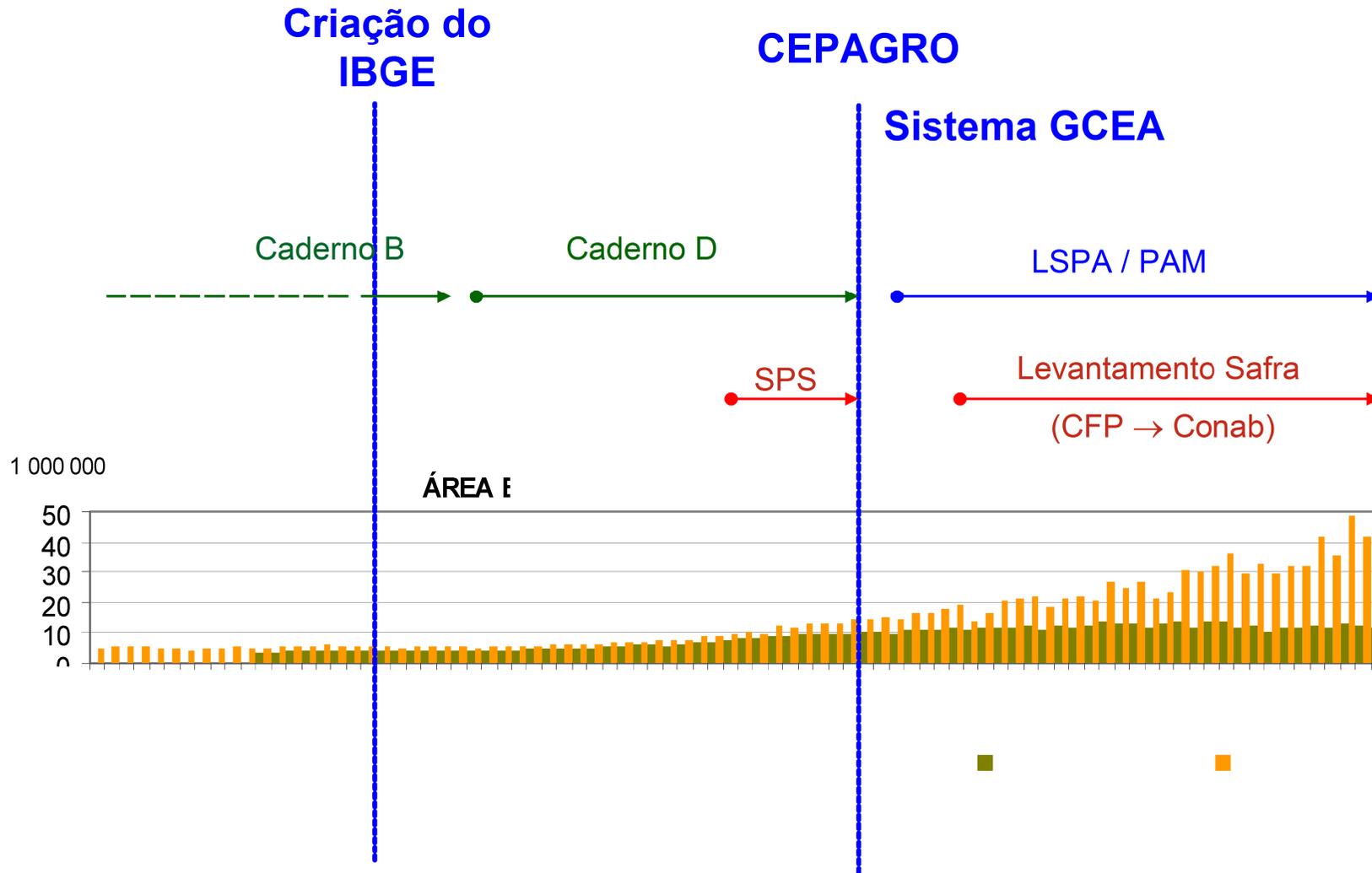
# Porque Dado Único ?

2ª motivação:

Pode-se supor que as diferenças não são significativas (baixa precisão), de maneira que é possível arbitrar valores unificados.

A proximidade dos dados deriva do uso das mesmas fontes e do uso dos dados do IBGE para expansão das informações amostradas pela Conab. Parte das divergências advém apenas de diferenças na estimação: agregação (IBGE) X expansão (Conab)

# Origem dos dois Levantamentos



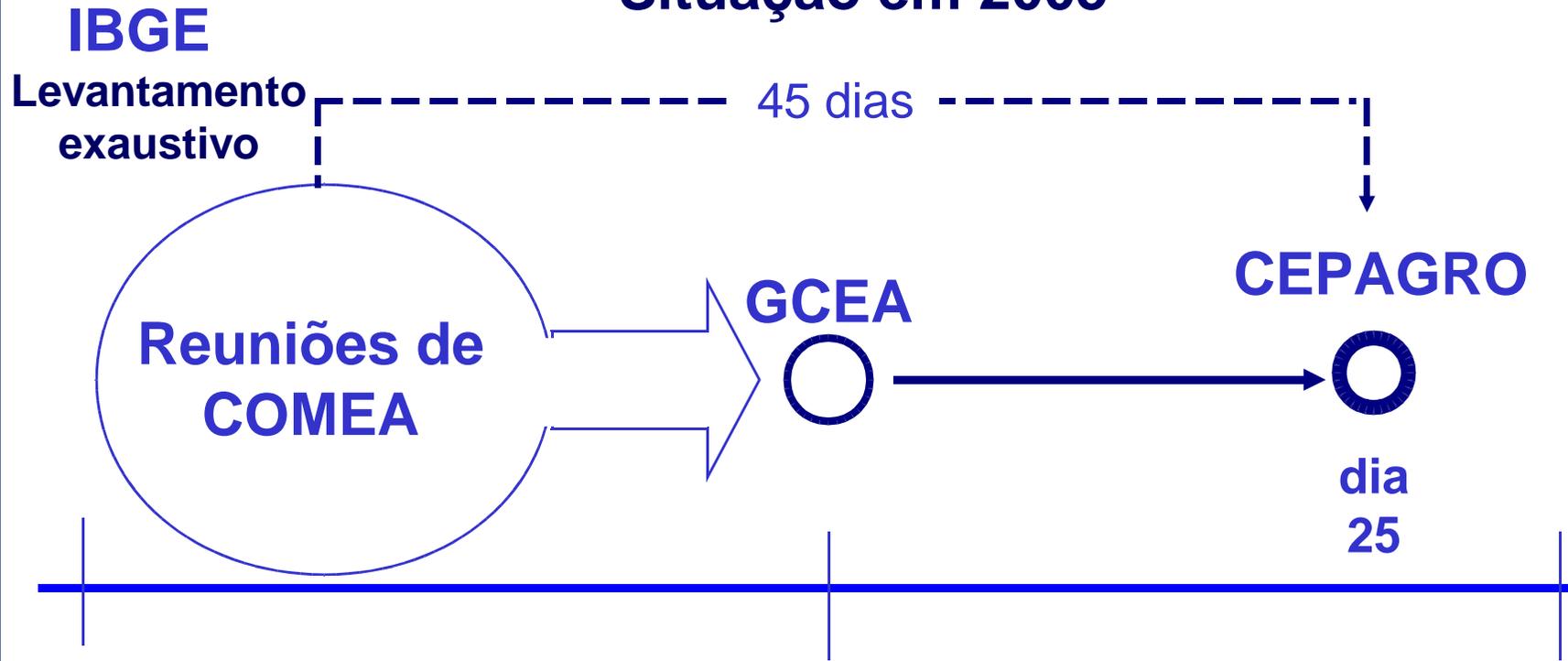
# Proposta de Coordenação

**Objetivo geral:** estatística nacional única

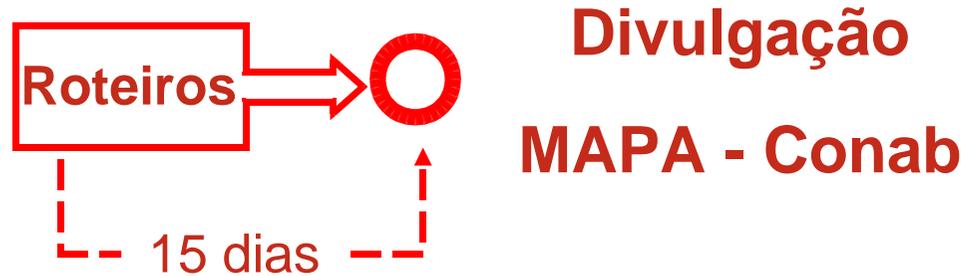
**Objetivos específicos:**

- Coordenar das atividades de produção de estatísticas de safra entre IBGE e Conab;
- Harmonizar dos conceitos;
- Coordenação das divulgações de safra em nível nacional e estadual;
- Minimizar defasagem temporal;
- Fortalecer o sistema GCEA;

### Situação em 2005



**Conab**  
Amostra



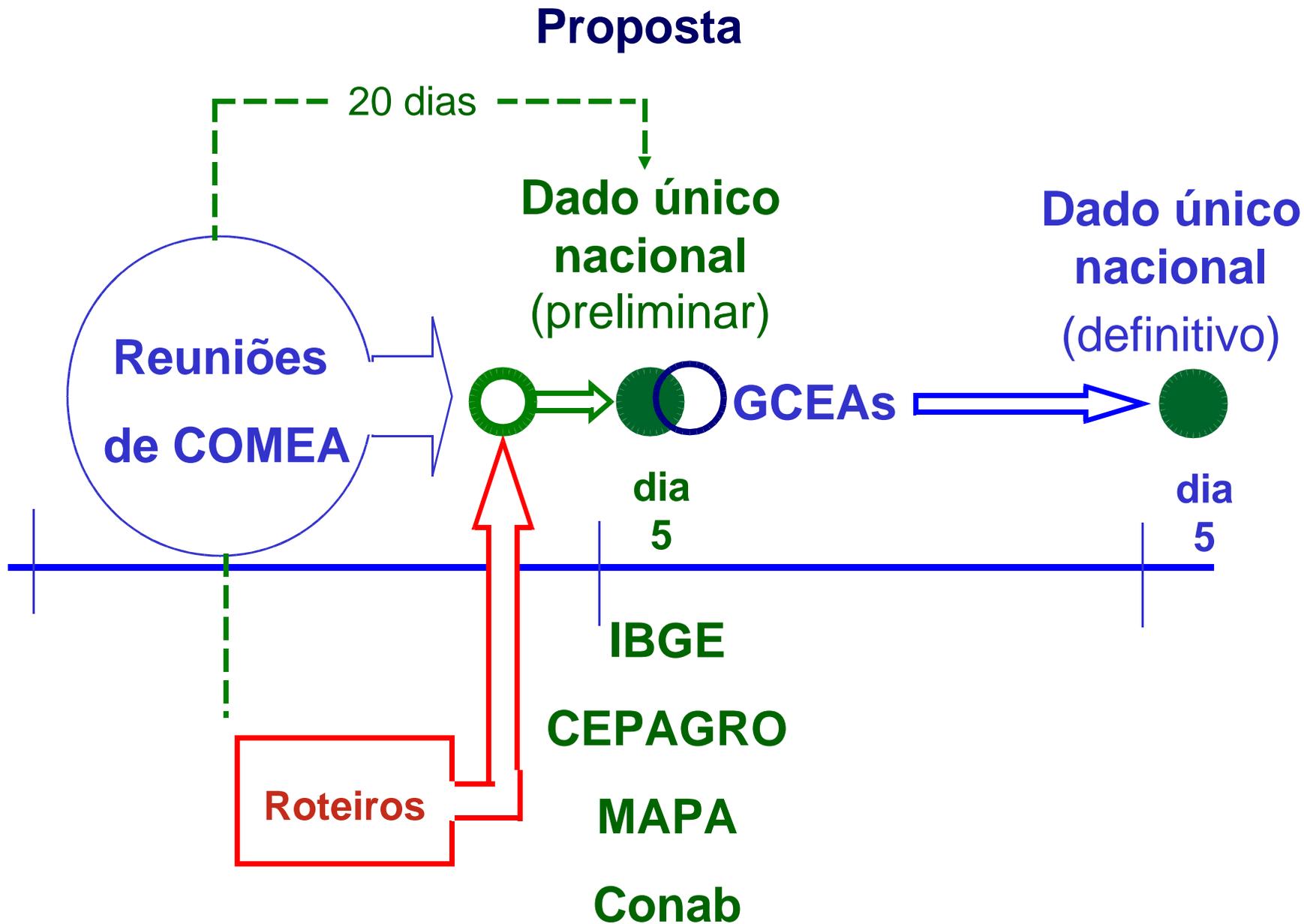
## Proposições gerais:

Divulgações da safra nacional única mensal em datas pré-fixadas

Divulgação simultânea e independente

Divulgação nacional na mesma data e horário que as estaduais

A estatística única estabelecida em nível estadual



## Produtos objeto das estatísticas comuns

ALGODÃO ARBÓREO (caroço de alg.)

ALGODÃO HERBÁCEO (caroço de alg.)

AMENDOIM (em casca) - 1ª safra

AMENDOIM (em casca) - 2ª safra

ARROZ (em casca)

AVEIA (em grão)

CENTEIO (em grão)

CEVADA (em grão)

FEIJÃO (em grão) - 1ª safra

FEIJÃO (em grão) - 2ª safra

FEIJÃO (em grão) - 3ª safra

GIRASSOL

MAMONA

MILHO (em grão) - 1ª safra

MILHO (em grão) - 2ª safra

SOJA (em grão)

SORGO (em grão)

TRIGO (em grão)

TRITICALE

CAFÉ (em grão)

CANA-DE-AÇÚCAR

LARANJA

- Referência para dados comuns:

**Fonte:** Sistema GCEA/IBGE/Conab.

- As demais lavouras LSPA:

**Fonte:** Sistema GCEA/IBGE

Produção de Cereais, Leguminosas e Oleaginosas,  
safra 2004 e 2005 e safra 2004/2005 - Brasil

ANO CIVIL	PRODUTOS AGRÍCOLAS PRODUÇÃO (t)	ANO AGRÍCOLA	
SAFRA 2004	Algodão herbáceo (1) .....	2.347.914	119.079.047
	Algodão arbóreo (1) .....	1.907	
	Amendoim (em casca) 1ª safra	179.148	
	Amendoim (em casca) 2ª safra	42.945	
	Arroz (em casca) .....	13.262.373	
	Girassol (em grão) .....	77.336	
	Mamona .....	137.652	
	Milho (em grão) 1ª safra ...	31.059.170	
	Milho (em grão) 2ª safra ...	10.813.134	
	Soja (em grão) .....	49.221.619	
	Sorgo (em grão) .....	2.135.463	
	Feijão (em grão) 1ª safra ..	1.428.425	
	Feijão (em grão) 2ª safra ..	1.133.511	
	Feijão (em grão) 3ª safra ..	412.116	
Aveia (em grão) .....	408.989		
Centeio (em grão) .....	3.674		
Cevada (em grão) .....	373.240		
Trigo (em grão) .....	5.814.736		
Triticale (em grão) .....	225.695		
SAFRA 2005	Algodão herbáceo (1) .....	2.448.616	120.951.169
	Algodão arbóreo (1) .....	1.896	
	Amendoim (em casca) 1ª safra	165.767	
	Amendoim (em casca) 2ª safra	43.025	
	Arroz (em casca) .....	13.099.379	
	Girassol (em grão) .....	93.373	
	Mamona .....	185.570	
	Milho (em grão) 1ª safra ...	28.161.847	
	Milho (em grão) 2ª safra ...	9.981.760	
	Soja (em grão) .....	54.794.318	
	Sorgo (em grão) .....	2.029.611	
	Feijão (em grão) 1ª safra ..	1.600.421	
	Feijão (em grão) 2ª safra ..	1.107.136	
	Feijão (em grão) 3ª safra ..	412.116	
Aveia (em grão) .....	408.989		
Centeio (em grão) .....	3.674		
Cevada (em grão) .....	373.240		
Trigo (em grão) .....	5.814.736		
Triticale (em grão) .....	225.695		
		121.363.285	SAFRA 2004/2005

Fonte: Sistema GCEA/IBGE/Conab

Nota : Estimativa de fevereiro de 2005

## Atualidade do Sistema GCEA

- Efetivo aproveitamento de informações suplementares oriundas das inovações do Projeto Geosafras (amostras de pontos, medições de área por imagens e modelos agrometeorológicos)
- Incorporação dos dados do censo
- Incorporação de futuras informações por amostra probabilística
- Base para coordenação (ou integração) com organismos estaduais

# Possíveis atividades de pesquisa por amostra probabilística

**Censo**

→ o que, onde, quanto e como se produz

**Cadastros (manutenção)**

**Pesquisas sobre Produção**

→ quanto e onde se produz

**Pesquisas estrutura e  
organização das atividades  
agropecuárias**

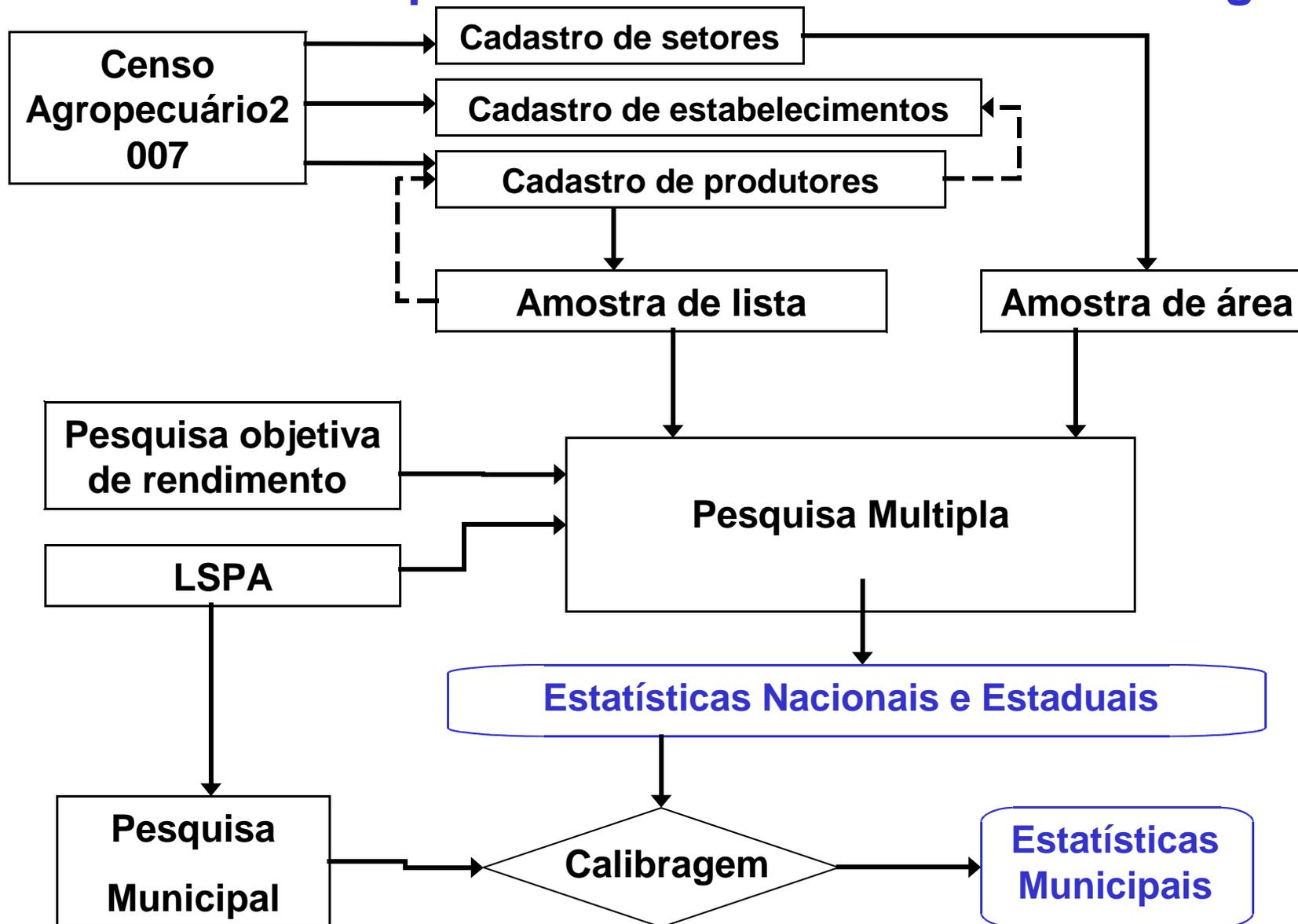
→ como se produz

**Pesquisas Satélites**

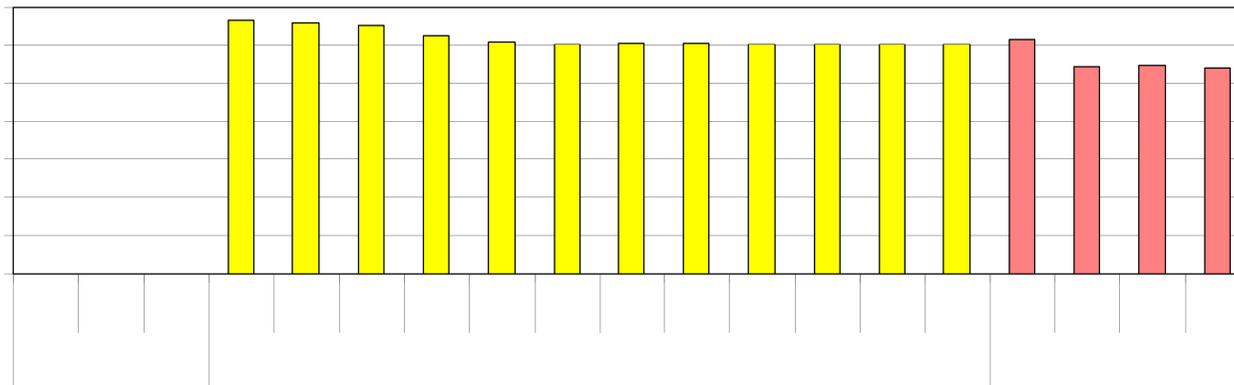
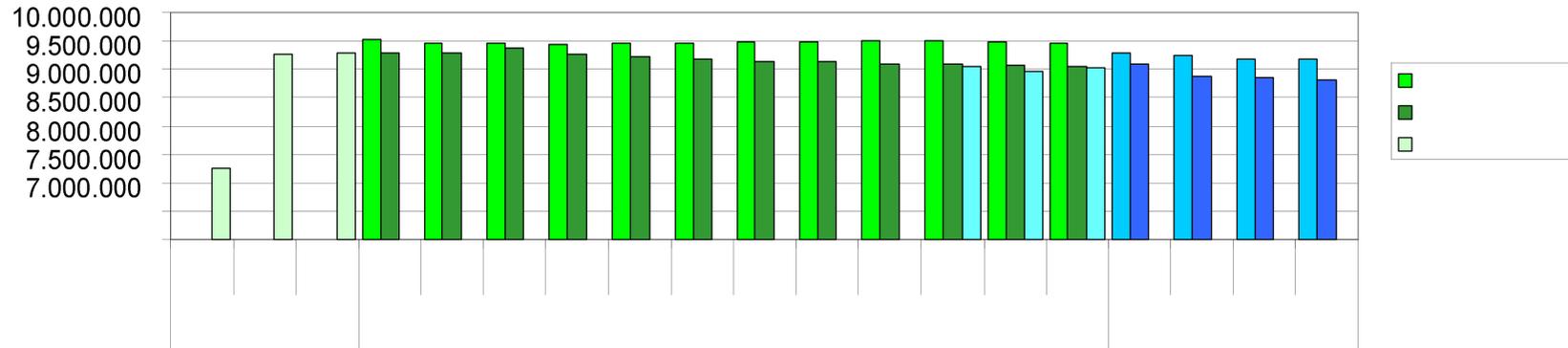
→ temas específicos

**Censo**

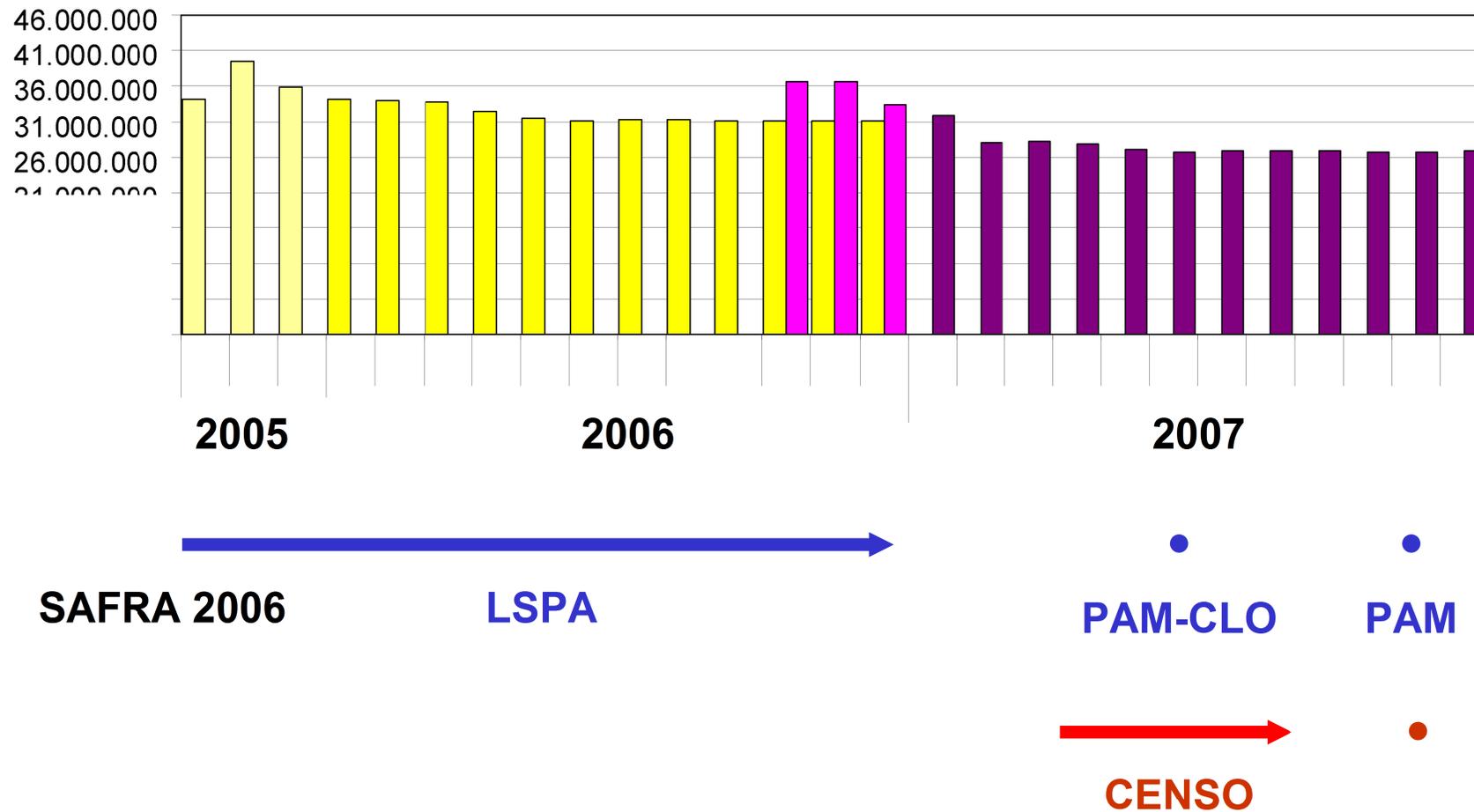
## Possibilidade para um Sistema de Estatísticas Agro



# Exemplo do acompanhamento de safra



# Exemplo hipotético de estimativa de safra



# OBRIGADO

**Flavio Pinto Bolliger**  
**Coordenação de Agropecuária**  
*Diretoria de Pesquisas*

*[fbolliger@ibge.gov.br](mailto:fbolliger@ibge.gov.br)*

*(021) 2142 4530*

## RELATORIA DA ATIVIDADE (Código 249)

**“DADO ÚNICO DE SAFRA” - Mesa Redonda - Confest – Sala Giorgio Mortara (nº5)**

**23 de Agosto de 2006 – 11:00-13:00 h**

Coordenador: **Paulo Renato Monassa** (IBGE/DPE/COAGRO)

Expositores: **Flávio Pinto Bolliger** (IBGE/DPE/COAGRO)

**Sílvio Isopo Porto** (CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento)

Debatedores: **Denise Viani Caser** (IEA – Instituto de Economia Agrícola – SP)

**Dirlei Antônio Manfio** (DERAL – Departamento de Economia Rural - PR)

Relatoria: **Julio Cesar Perruso** (IBGE/DPE/COAGRO) – [julceper@ibge.gov.br](mailto:julceper@ibge.gov.br) – 2142-4532

Existência de tradução simultânea: **não**

Público presente estimado: **40 pessoas**

Observação: **inicialmente este evento fora programado como palestra, de 11:00 às 12:00h, contudo, foi realizado como uma mesa redonda, que durou de 11:00 às 13:00h.**

### 1ª Exposição - Flávio Pinto Bolliger (IBGE/DPE/COAGRO) – 35 minutos

O Sr. Flávio P. Bolliger (Coordenador de Agropecuária do IBGE) iniciou a sua exposição através da apresentação intitulada “Dado Único de Safra”, em Power Point. Ele, a princípio, colocou o porquê há necessidade de um dado único de safra, apontando que isto gera uma confusão na mídia e para os usuários. Ele disse que não está havendo duplicação de esforços, pois ocorrendo mais “atores” na execução das estatísticas de safra, melhor será a qualidade dos dados. A seguir, apresentou vários itens que informam sobre a boa qualidade das estatísticas agrícolas, porém assinalando que, no setor agropecuário, se peca pela falta de transparência e precisão/exatidão. Na seqüência, ele passou a detalhar como são realizadas as pesquisas municipais, dando ênfase ao caráter subjetivo das mesmas. Afirmou que parte dos dados agropecuários municipais, advêm de um processo de compilação, a partir de informações de órgãos regionais. Mais à frente, o Sr. Flávio comentou que a rede do IBGE tem se deteriorado, e que a Emater, que já foi importante fonte de informação e avaliação técnica das safras, hoje está bastante depauperada. Logo a seguir, o Coordenador de Agropecuária salientou três grandes desafios das pesquisas subjetivas (1- Grande diversidade de clima, solo e padrão técnico; 2- Grande dispersão da

produção no território e no tempo; e 3- Recursos limitados de pesquisa) e três grandes razões a favor das pesquisas subjetivas (1- Não há alternativa para o dado municipal intercensitário; 2- Baixo custo; e 3- Seus métodos, que envolvem crítica e validação através do Sistema GCEA, constroem consensos). Então, o Sr. Flávio apresentou um quadro comparativo entre dados de “grãos” do IBGE e da CONAB, enfatizando que as diferenças giram apenas em torno de 2% em média. A partir disso, ele concluiu que não é difícil se obter um dado único, arbitrado a partir dos valores informados pelas duas instituições. Depois disso, o Sr. Flávio fez um histórico desde a criação do IBGE até os dias atuais, demonstrando quem era responsável pelas estatísticas agropecuárias e como elas eram feitas, em cada época. A seguir, passou a discorrer sobre as últimas conversações visando a uma estatística nacional única, com divulgação simultânea, e fez proposições gerais para que isso aconteça (1- Divulgações da safra nacional única mensal em datas pré-fixadas; 2- Divulgação simultânea e independente; 3- Divulgação nacional na mesma data e horário que as estaduais; e 4- A estatística única estabelecida em nível estadual). Logo depois, apresentou o quadro de produtos comuns ao IBGE e CONAB, tecendo comentários sobre diferenças quanto à interpretação do calendário agrícola entre as duas instituições. A seguir, o Sr. Flávio falou sobre atualidades referentes ao sistema GCEA, que poderá ser fortalecido através dos seguintes fatores: pelo aproveitamento de inovações na obtenção dos dados; incorporação de dados do censo agropecuário; uso possível de amostra probabilística; e coordenação/integração com organismos estaduais. Na seqüência, ele dissertou sobre possíveis pesquisas por amostragem probabilística, refletindo sobre chances futuras para um sistema de estatísticas agropecuárias que integre pesquisas objetivas, por amostragem probabilística e subjetivas. Por fim, mostrou um exemplo atual de como é feito um acompanhamento de safra, e um exemplo hipotético futuro de estimativa de safra, incluindo-se a realização do censo agropecuário.

#### 2ª Exposição – Sílvia Porto (CONAB) – 30 minutos

O Sr. Sílvia Porto (CONAB), a princípio, informou que faria a apresentação intitulada “Dado Único de Safra”, em Power Point. Inicialmente, mostrou uma extensa lista de órgãos produtores de estatísticas agropecuárias no Brasil. Ele disse que o problema não está no fechamento da safra, mas na intenção de plantio e outras etapas anteriores à

colheita, pois isso tudo interfere no mercado do agronegócio. Na seqüência, mostrou os objetivos da CONAB quanto à estimativa da safra agrícola. Logo depois, demonstrou aspectos considerados pela CONAB ao estimar o primeiro levantamento da safra. A seguir, apresentou detalhes da metodologia da instituição a qual pertence, para obter os dados de safra, explicando sobre os roteiros, fontes de informação etc. Então, colocou que a CONAB, em breve, deverá apresentar suas estimativas de safra mensalmente, como o IBGE já faz. Logo depois expôs o mapa do Brasil, com a distribuição percentual da produção de “grãos” pelas grandes regiões, apontando as principais novas fronteiras agrícolas, corredores de escoamento, dentre outras informações relevantes. Em seguida, assinalou os objetivos do programa Geosafra, que são basicamente melhorar a qualidade do dado e fornecer a informação em tempo menor. Após isso, o Sr. Sílvio apresentou algumas áreas de conhecimento onde se está desenvolvendo novas metodologias, com o auxílio de diversos órgãos técnicos. Então, salientou as dificuldades para avançar na estruturação de um sistema que vise ao dado único de safra (1- Deficiências na articulação entre os órgãos; 2- Problemas de harmonização entre nomenclaturas e entre calendários agrícolas; 3- Perda de espaço institucional, tendo-se que se submeter a uma Coordenação de Sistema, com perda de autonomia para liberar os dados a partir dos interesses “institucionais”; 4- Dificuldade em estabelecer um planejamento conjunto; 5- Divergências de opiniões; e 6- Reconhecimento pelo mercado). Depois, colocou diversos pontos que seriam ideais para um sistema que forneça um dado único de safra (1- Afirmar o interesse público, ou seja, a função social da informação; 2- Gerar maior grau de confiança na informação; 3- Gerar informação em nível de uma rede articulada; 4- Facilitar ajustes em caso de divergências e construir consensos; 5- Maior cobertura regional e nacional; 6- Ampliar a capilaridade e proporcionar melhor atendimento aos usuários e aos órgãos públicos; 7- Estabilidade no fluxo da informação; 8- Somatório de esforços para um objetivo comum; 9- Aportar o conhecimento de todos órgãos envolvidos; 10- Fortalecer as estatísticas oficiais; e 11- Gerar uma Coordenação Nacional e articular uma rede com estados e municípios). A seguir, apresentou alternativas para uma transição para se chegar à realidade do dado único de safra. Demonstrou também, um quadro de fluxo geral da avaliação de safras, incluindo o sistema GCEA e as novas tecnologias estudadas pela CONAB. Ele expôs que a validação dos dados se daria em nível estadual. Por fim, o Sr.

Sílvio concordou com o Sr. Flávio (IBGE), dizendo que a estrutura da Cepagro deve ser revista, incluindo-se, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

#### 1º Debatedor – Denise Viani Caser (IEA – SP) – 10 minutos

A princípio, a Sra. Denise colocou que, sendo todos os levantamentos subjetivos, eles devem pelo menos mostrar tendências semelhantes entre si, para não haver uma interferência negativa no mercado. A seguir, ela deu ênfase à transparência que deve haver quanto às metodologias de obtenção das safras. Logo depois, ela concordou com o Sr. Sílvio I. Porto (CONAB), quanto a sua opinião de que a união dos vários órgãos que produzem estatísticas melhorará, de uma forma geral, as estatísticas agropecuárias.

#### 2º Debatedor - Dirlei Antônio Manfio (DERAL – PR) – 15 minutos

O Sr. Dirlei, de início, elogiou as estatísticas agropecuárias produzidas no Paraná, que tem sido um estado que tem servido como área para estudos-piloto de novas metodologias, como no caso do projeto Geosafras. Disse também, que o DERAL realiza estatísticas agropecuárias há 30 anos e oferece bons subsídios para a composição das estatísticas agrícolas nacionais. Na seqüência, salientou a parceria do DERAL com a CONAB e IBGE, em nível estadual, acrescentando que não há divergência importante com relação aos dados. Desta forma, ele concluiu que não vê problema na busca de um dado único de safra, sugerindo, a seguir, que a parceria entre a CONAB e IBGE deveria dar maior atenção aos estados que não acompanhem bem as suas próprias safras.

#### DEBATES COM A PARTICIPAÇÃO DA PLATÉIA – 30 minutos

Inicialmente, o Sr. Francisco da LCA Consultores se pronunciou, parabenizando a iniciativa para unificar as estatísticas, o que facilitará muito a análise econômica do setor. A seguir, ele enfatizou a grande necessidade de se chegar a um consenso sobre as informações agrícolas. Segundo ele, quando não há consenso, o usuário “faz o seu consenso”, e isto é muito ruim para a avaliação da realidade.

Em seguida, o Sr. Roberto V. Ferry (IBGE/COAGRO) destacou as Unidades da Federação que são bem estruturadas e que, tendo boas fontes de informação, apresentam estatísticas de melhor qualidade para a agropecuária. Ele, então, deu ênfase à necessidade

de se obter um dado único de safra, sendo que, para isso, colocou que as instituições devem somar esforços.

Logo depois, a Sra. Rosângela Carnevale (IBGE/COAGRO) teceu comentários sobre a apresentação do Sr. Flávio P. Bolliger (IBGE/COAGRO) e, em seguida, solicitou maior atenção às secretarias municipais de agricultura, pois elas seriam boas fontes de informação para a realização de estatísticas agropecuárias.

Então, a Sra. Gilka C. Andretta (DERAL – PR) lembrou que há secretarias municipais bem organizadas no Paraná, e elas apresentam informações agropecuárias de qualidade. Como estas secretarias pertencem a municípios agrícolas importantes, acabam recebendo maior repasse de recursos.

A Sra. Denise V. Caser (IEA), na seqüência, mostrou preocupação com o interesse político das secretarias municipais, na divulgação de seus resultados com a agropecuária, pois há um interesse direto em se conseguir maior participação na divisão de recursos.

Logo a seguir, o Sr. Manoel Antônio S. da Cunha (servidor aposentado do IBGE) pediu a palavra e fez um breve histórico sobre a duplicação de esforços na obtenção de estatísticas agropecuárias. Ele disse que um grande entrave histórico para a unificação das estatísticas agropecuárias é o desmantelamento das equipes de estatísticos dos diversos órgãos. Segundo ele, nenhuma instituição deseja acabar com suas equipes.

Então, o Sr. Neuton A. Rocha (IBGE/COAGRO) comentou que não podemos aceitar unicamente as informações das secretarias municipais de agricultura, já que há um interesse delas em elevar suas estimativas de produção, para ter maior participação na divisão de recursos dentro de seus respectivos estados. O Sr. Neuton, a seguir, salientou que não devemos abrir mão da qualidade do dado.

Em seguida, o Sr. Valdílson B. Moraes (IBGE/CONAC) solicitou a palavra e lembrou a todos que o IBGE tem a obrigação constitucional de apresentar o PIB. Por isso, disse ele, o IBGE fez convênios com os estados para se ter um PIB único, em nível estadual, e quiçá em nível municipal. Acrescentou que espera bom entrosamento entre o IBGE e os diversos órgãos estaduais, para se ter realmente um dado único de safra.

No momento seguinte, o Sr. Marcelo de M. Duriez (IBGE/COAGRO) recordou que, numa mesa já ocorrida na Confest (“Coordenação das Estatísticas

Agropecuárias”), foi reafirmado que o IBGE é o órgão de coordenação de estatísticas por excelência. Ele complementou, dizendo que o IBGE não está desejando impedir que instituições estaduais façam suas estatísticas, mas sim que o IBGE coordene e chancela um dado consensual.

Manifestou-se, então, o Sr. Carlos Alberto Lauria (servidor aposentado do IBGE), dizendo que há muitos anos vinha defendendo o dado único de safra, enquanto era chefe do setor de estatísticas agropecuárias do IBGE. Conforme ele, os entraves técnicos são perfeitamente contornáveis, sendo o problema maior na área administrativa, que, provavelmente, não se resolverá em curto prazo. Por fim, o Sr. Carlos assinalou que deverá haver grande persistência para que as soluções sejam encontradas.

A seguir, o Sr. José G. Gasques (IPEA-DF) observou que a Cepagro (Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias) foi criada justamente para se chegar a um dado único de safra, ou seja, já há um fórum adequado para se conseguir a unificação das estatísticas agropecuárias.

No próximo momento, o Sr. Sílvio I. Porto (CONAB) salientou que a primeira “briga” seria fazer o Censo Agropecuário voltar a ser realizado de cinco em cinco anos. Ele complementou, assinalando que as estatísticas agropecuárias deveriam ser contempladas no orçamento público, garantindo a sua execução. O Sr. Sílvio I. Porto também colocou que a Cepagro tem o arcabouço jurídico adequado, para se discutir um dado único de safra. Ao final, teceu comentários sobre a estrutura agrícola dos municípios, enfatizando que é muito importante que ela se fortaleça.

Fechando os debates, o Sr. Flávio P. Bolliger (IBGE/COAGRO) falou que o maior problema para a unificação das estatísticas agropecuárias não é administrativo, mas de ajuste entre as equipes técnicas, para que trabalhem integradamente. Ele entende que a Cepagro possui duas funções principais: a de planejamento (que deverá retornar com maior intensidade em 2007); e a de chancelar os dados em nível estadual (que vem sendo feito normalmente). Finalizando, o Sr. Flávio enfatizou a equivalência entre as idéias da CONAB e IBGE nesta Confest, que é fruto de discussões que vêm evoluindo há vários meses.

Julio Cesar Perruso - Relator

# Índice de Preços ao Produtor

---

V Conferência Nacional de Estatística  
CONFEST - Rio de Janeiro - Ago/2006

# O Projeto no IBGE

**Área responsável: Coordenação de Indústria (COIND)- Diretoria de Pesquisas (DPE)**

- Antecedente:

Na década de 80, projeto com definição metodológica, seleção de produtos e informantes e levantamento de preços ⇒ cálculo de índices apenas no âmbito interno do IBGE

- Projeto atual:

Em 2000 ⇒ avaliação, definição de grandes linhas de atuação por intermédio de consultorias nacionais ⇒ definição de escopo (Indústria de Transformação) e de contorno (subconjunto da Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física). Projeto ficou condicionado à reformulação da PIM-PF, que terminou em 2004.

Situação presente: por iniciar projeto piloto

## O Projeto no IBGE: Estrutura da apresentação

- Por que um índice de preços ao produtor?

- O projeto pioneiro

- O projeto atual

- Por que na Coordenação de Indústria?

*É um índice de preços ao produtor apenas no setor manufatureiro?*

- Diretriz geral

- Metodológica: bases de seleção e ponderação; questionários de especificação; preços

*Estratégia de atuação*

- Consultoria Internacional

- Projeto Piloto

- *Setores*

- *Sistemas*

- *Coleta*

- Datas Tentativas

## Por que um índice de preços ao produtor?

- Brasil não tem um índice de preços ao produtor de fato

*O IPA é, na evolução dos índices, um precedente do IPP*

- Esse indicador é fundamental para o entendimento do processo inflacionário geral, na medida em que complementa as informações provenientes dos índices do consumidor e do atacado
- O próprio IBGE demanda uma informação dessa natureza para uso nas Contas Nacionais

## O projeto pioneiro

- ***Década de 1980***: início em out.81 (planejamento) e desativação em jun.85
- Na atual Coordenação de Índices de Preços (***COINP***)
- Bases de dados provenientes da indústria: Censo de 1975
- Cobertura de 49% da Indústria Geral  $\Rightarrow$  132 produtos do Censo (**indústria extrativa e de transformação**)
- Entre dez.81 e mar.82 foi realizada a pesquisa de especificação

### ***Especificação parcial > Descrição física e Unidade de Medida***

- No final da experiência, a amostra estava bastante reduzida > aproximadamente 40% de imputação

## O projeto atual

### • Por que na Coordenação de Indústria?

- É a área que mantém as bases de dados de onde são tiradas a amostra (produtos e informantes) e a ponderação (em todos os níveis) e que tem contato com as empresas ao longo dos anos.

- Porém

- O IPP é um projeto de longo prazo e transversal.

- Inicia-se com os índices na Indústria de Transformação, mas deve, pouco a pouco, incluir novas atividades: Indústria Extrativa, Agropecuária, Serviços

*A inclusão de todos os setores deve ser feita à luz das*

## Diretriz geral: Metodologia

### Bases de informação disponíveis para seleção de produtos e informantes e ponderação

- **Pesquisa Industrial Anual de Empresas – PIA**

**Empresa:** informações contábeis-financeiras das empresas e de suas unidades locais (produtivas ou não)  $\Rightarrow$  *cálculo de VBPI, COI e VTI (proxies dos agregados macroeconômicos da Contas Nacionais) no nível das atividades industriais*

- **PIA Produto:** informações das quantidades produzidas e vendidas e dos valores de vendas dos produtos e serviços industriais, organizados por atividade econômica

## Diretriz geral: Metodologia

	No. Produtos	No. Informantes	Valor de Vendas (%)
<i>PIA-E</i>	-	<b>154.500</b>	<b>100</b>
<i>PIA-P</i>	<b>3.000</b>	<b>12.600</b>	<b>79</b>
<i>PIM-PF</i>	<b>760</b>	<b>2.800</b>	<b>63</b>
<i>IPP</i>	<b>330</b>	<b>1.600</b>	<b>54</b>

## **Diretriz geral: Metodologia: A Amostra IPP**

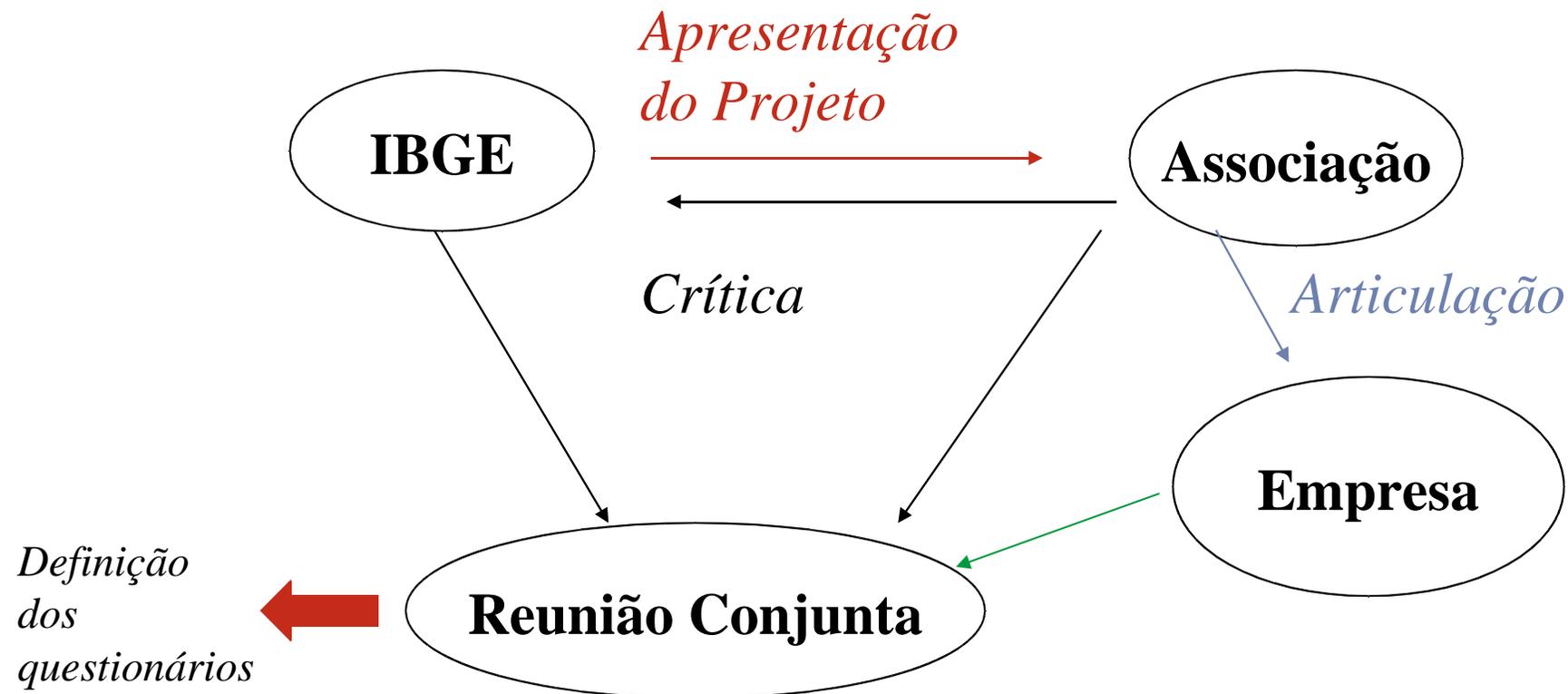
- a) 330 produtos selecionados formam um sub-conjunto dos produtos (Brasil) da Pim-PF
- b) Anos considerados 2001 e 2003
- c) Critérios de seleção: os 200 mais importantes Brasil + os 60% mais importantes CNAE + 80% dos mais importantes categoria de uso + atendimento às necessidades das Contas Nacionais (aumento de 10% na amostra)

## Diretriz geral: Metodologia

- Questionários de especificação
  - O que é?
    - Detalhar, **de forma sistematizada**, os produtos selecionados para o IPP, de tal modo que sejam realçados os aspectos – tanto intrínsecos aos produtos quanto à transação comercial – que influenciam os preços
  - Exemplo:   
Documento do Microsoft Word
- Objetivo: a especificação serve a dois propósitos:
  - negociar os preços informados > evitar preços de lista
  - meio de checar mudanças na qualidade

## Diretriz geral: Metodologia

- Questionários de especificação
  - Estratégia de definição dos questionários



## Diretriz geral: Metodologia

- *Preços*

- Vigentes no dia **15**
- **Não** devem ser **os de lista**
- **Devem** ser **livres de impostos e incluir descontos**
- **Podem** ser dados **em moeda estrangeira**

## Diretriz geral: Consultoria Internacional

### *Contatos Internacionais:*

- Visita ao ***Chile (2003)***: projeto chileno faz parte do acordo União Européia e Mercosul.
- Encontro com especialistas no momento do lançamento do Manual IPP, em ***Helsinque (2004)*** ⇒ contato para tratamento de mudança de qualidade.

# Diretriz geral: Consultoria Internacional

## • Consultoria Internacional: em dois momentos

- ***Logo após o fim da consultoria nacional*** ⇒ estratégias gerais e base teórica

- ***No final do ano passado*** ⇒ estratégias, perspectivas, avaliação dos avanços alcançados

  - Ponto Positivo: base de dado abrangente e pesquisa estruturada para especificação de produtos

  - Atenção: âmbito ⇒ necessidade de expandir o mais rápido possível

- ***Próxima visita***: até o final do ano

  - Acompanhamento do projeto, inclusive do teste piloto

  - Discussão sobre ponderação, crítica e imputação

## Diretriz geral: Projeto Piloto

- **Projeto Piloto:** a ser concluído em aproximadamente 3 meses, com vistas a testar tanto as negociações feitas na preparação dos questionários de especificação quanto os sistemas e o próprio levantamento de preços

- **Início:** setembro de 2006

- **Setores**

*Vestuário, Celulose, Química, Borracha, Minerais Não-Metálicos, Metalurgia Básica e Veículos*

# Diretriz geral: Projeto Piloto

## *Sistemas*

- São 3: todos desenvolvidos pelo IBGE
  - Para ***agendamento de entrevistas*** (por telefone ou presencial) e acompanhamento das mesmas
  - Para ***montagem de questionário de especificação e coleta***
  - Para ***levantamento de preços*** (WEB)

## Diretriz geral: Projeto Piloto

CNAE	Empresas por Tipo de Contato		
	Presencial	Telefone	Total de Empresas
Vestuário	2	2	4
Celulose	3	2	5
Química	4	4	8
Borracha	2	2	4
Minerais Não-Metálicos	3	3	6
Metalurgia Básica	2	2	4
Veículos	6		6
<b>Total de Empresas</b>	<b>22</b>	<b>15</b>	<b>37</b>

## Diretriz geral: Projeto Piloto

CNAE	Número de Produtos
Alimentar	2
Vestuário	7
Celulose	6
Química	17
Borracha	5
Minerais Não-Metálicos	3
Metalurgia Básica	6
Veículos	7
Total Global	53

## Datas Tentativas\*

- *Início*: setembro de 2006
- *Coleta inicial*: até abril de 2008
- *Divulgação parcial*: a partir de fevereiro de 2008

*\*Prazos serão refinados a partir do projeto piloto*

# Índice de Preços ao Produtor

---

V Conferência Nacional de Estatística  
CONFEST - Rio de Janeiro - Ago/2006

## II ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS

Sala Giorgio Mortara, Nº 5

**Atividade:** 251 – Palestra – CONFEST

### PREÇOS AO PRODUTOR (INDÚSTRIA)

Relatoria: Flávio José Marques Peixoto – IBGE/Diretoria de Pesquisas

E-mail: [flavio@ibge.gov.br](mailto:flavio@ibge.gov.br) Telefone: (21) 2142-0133

**24/08/2006 Horário: 11:00 – 12:00**

Palestra ministrada em Português, sem tradução simultânea, com utilização de *slides* em  
*Power Point*

Público estimado: 60 pessoas

Coordenação: Sílvio Sales de Oliveira Silva – IBGE/Diretoria de Pesquisas

Palestrante: Alexandre Pessôa Brandão – IBGE/Diretoria de Pesquisas

O palestrante iniciou sua explanação ressaltando que o Índice de Preços ao Produtor (IPP) virá preencher uma lacuna no sistema estatístico brasileiro - fato apontado, inclusive, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) quando o Brasil resolveu aderir ao Padrão Especial de Disseminação de Dados Estatísticos via Internet (SDDS – *Special Data Dissemination Standard*) no ano de 2001.

No Brasil não existe um índice de preços ao produtor tal qual o mesmo é entendido modernamente. Historicamente, os índices de preços no atacado precederam índices ao produtor, que seriam desenvolvidos em consonância, conceitual e metodológica, com o Sistema de Contas Nacionais. Portanto, na situação atual, o Brasil encontra-se defasado no que tange à metodologia de levantamento de preços em etapa anterior ao comércio varejista.

Em seguida, o palestrante informou que este projeto já havia sido iniciado anteriormente na década de 1980, e apontou as principais diferenças do projeto pioneiro e o atual. Em relação ao pioneiro, apontou que este teve início em outubro de 1981 e fora desativado em junho de 1985. Na época fazia parte da atual Coordenação de Índices de Preços (COINP) e utilizavam o censo de 1975 como base de dados provenientes da indústria. Utilizou-se, então, uma cobertura de 49% da Indústria Geral (132 produtos do Censo nas Indústrias Extrativas e de Transformação). Entre dezembro de 1981 e março de 1982 foi realizada a pesquisa de especificação, que contava com uma descrição física do produto e sua unidade de medida. Contudo, no final da experiência, a amostra encontrava-se bastante reduzida, aproximadamente 40% de imputação.

Em relação ao projeto atual, ressaltou que diferentemente do primeiro projeto, existe agora um manual de recomendações elaborado pelo FMI, além de questionários de especificação de produtos bastante detalhados, inclusive em relação ao tipo de transação efetuada.

Explicou que o IPP atual está inserido na Coordenação de Indústria (COIND) porque é nesta área que está a base de dados de onde são tiradas a amostra e as ponderações para a elaboração do índice, inclusive por esta coordenação manter contato estreito com as empresas industriais ao longo de vários anos.

Ressaltou, entretanto, que o IPP é um projeto que tem por objetivo final abranger todos os setores da economia, começando na Indústria de Transformação. Esta inclusão de todos os demais setores deve ser feita com uma articulação mais fina com as Contas Nacionais, pois esta será uma das principais demandantes de informações do IPP.

Em relação à amostra, esta é formada por 330 produtos selecionados que formam um subconjunto dos produtos da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), obedecendo alguns critérios de seleção: os 200 produtos mais importantes, os 60% mais importantes CNAE, 80% mais importantes categoria de uso, e atendimento às necessidades das Contas Nacionais.

Antes de realizar a coleta de preços, destacou a importância do questionário de especificação de produtos no intuito de detalhar, de forma sistematizada, os produtos selecionados para o IPP, de modo que sejam realçados os aspectos mais relevantes que influenciam o movimento de preços. Ademais, apontou que o questionário serve tanto para

negociar os preços informados, evitando assim os preços de lista, como um meio de checar mudanças na qualidade dos produtos ao longo do tempo. Esta negociação é feita tanto com as associações de classe quanto diretamente com as próprias empresas, onde os técnicos do IBGE apresentam o projeto e o questionário de especificação de produtos para que haja críticas e sugestões quanto sua estrutura e conteúdo, ressaltando aspectos relevantes aos preços.

Apontou que o objetivo é coletar os preços vigentes no dia 15 de cada mês, onde estes devem ser livres de impostos, incluindo descontos quando necessário, podendo ser dados em moeda estrangeira, mas não devendo ser os preços de lista.

Em seguida, ressaltou os contatos internacionais realizados pela equipe IPP ao longo do tempo. Primeiro, um técnico da equipe fez uma visita ao Chile no ano de 2003 para conhecer a metodologia da pesquisa daquele país. No ano de 2004, técnicos do projeto foram a Helsinque (Finlândia) para um encontro com especialistas no momento do lançamento do Manual do IPP, desenvolvido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Na ocasião aproveitaram para estabelecer contatos para a discussão do tratamento de mudança de qualidade dos produtos.

Além dessas experiências, informou que a equipe já recebera duas consultorias do FMI. A primeira, em janeiro de 2004, foi uma visita mais genérica do ponto de vista da definição de estratégias gerais para o projeto, bem como da base teórica. Na ocasião da segunda visita, em dezembro de 2005, a prioridade foi dada para as questões estratégicas, perspectivas e avaliação dos avanços até aquele momento. O consultor ressaltou que a pesquisa está muito bem estruturada para a parte de especificação de produtos, e a base de dados é abrangente. Contudo, apontou a necessidade de ampliar o mais rapidamente possível o âmbito da pesquisa. Espera-se que até o final do presente ano (2006), outra visita seja realizada para o acompanhamento do teste piloto e demais discussões sobre ponderação, crítica e imputação.

Por fim, informou que está para ser iniciado, em setembro de 2006, um projeto piloto em alguns setores da economia (vestuário, celulose, química, borracha, minerais não-metálicos, metalurgia básica e veículos), num total de 37 empresas respondendo por 53 produtos. Para isso, três sistemas estão sendo desenvolvidos para: i) agendamento de entrevistas (por telefone ou presencial) e acompanhamento das mesmas; ii) montagem de

questionários de especificação e coleta; e iii) levantamento de preços via *web*. Espera-se que a coleta inicial esteja pronta até abril de 2008, com divulgação parcial a partir de fevereiro de 2008.

### **Perguntas da platéia:**

**Marcelo Altschuller (DPE - IBGE):** Pediu para mostrar o questionário de especificação e perguntou como será a abordagem para especificar os preços.

**Resposta:** O palestrante informou que as especificações serão feitas em cima dos produtos mais importantes para a empresa em termos de faturamento. Nesse sentido, cada empresa terá seu pacote de produtos.

A resposta foi complementada com a intervenção do coordenador da mesa, Sílvia Sales, dizendo que este é o ponto mais importante e difícil do projeto, pois há todo um trabalho de pactuar os produtos, quase que personalizando esta especificação de caso para caso. Como se trata de uma operação mais complexa, leva mais tempo.

O palestrante, Alexandre Brandão, completou dizendo que uma mesma empresa pode responder vários produtos, e no questionário é possível saber o percentual do produto no faturamento da empresa.

**Renato (DI – IBGE):** Em relação à possibilidade de montar o questionário, quis saber se para o mesmo produto haverá diferentes questionários para cada empresa.

**Resposta:** Alexandre Brandão esclareceu que o questionário que chega ao informante é o mesmo, o que muda é a especificação das respostas em cada caso, gerando um produto para cada empresa a partir de uma estrutura comum do questionário de especificação.

**Flávio Bolliger (DPE – IBGE):** Pediu para o palestrante dar maiores esclarecimentos sobre a amostra.

**Resposta:** Esclareceu que a amostra é um painel da PIM-PF num corte feito da seguinte forma: os 200 produtos mais importantes, os 60% mais importantes CNAE, 80% mais importantes categoria de uso, e atendimento às necessidades das Contas Nacionais. Trata-se, portanto, de uma amostra intencional.



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## II Confest

22 de agosto de 2006



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## Histórico da Padronização das tabelas de atividades econômicas

### **Antecedentes**

→ Sistema SINIEF s/nº 1970

→ TAE (SRF e DNRC) 1987 / 88

Esfera Federal → CNAE 1993 / 94

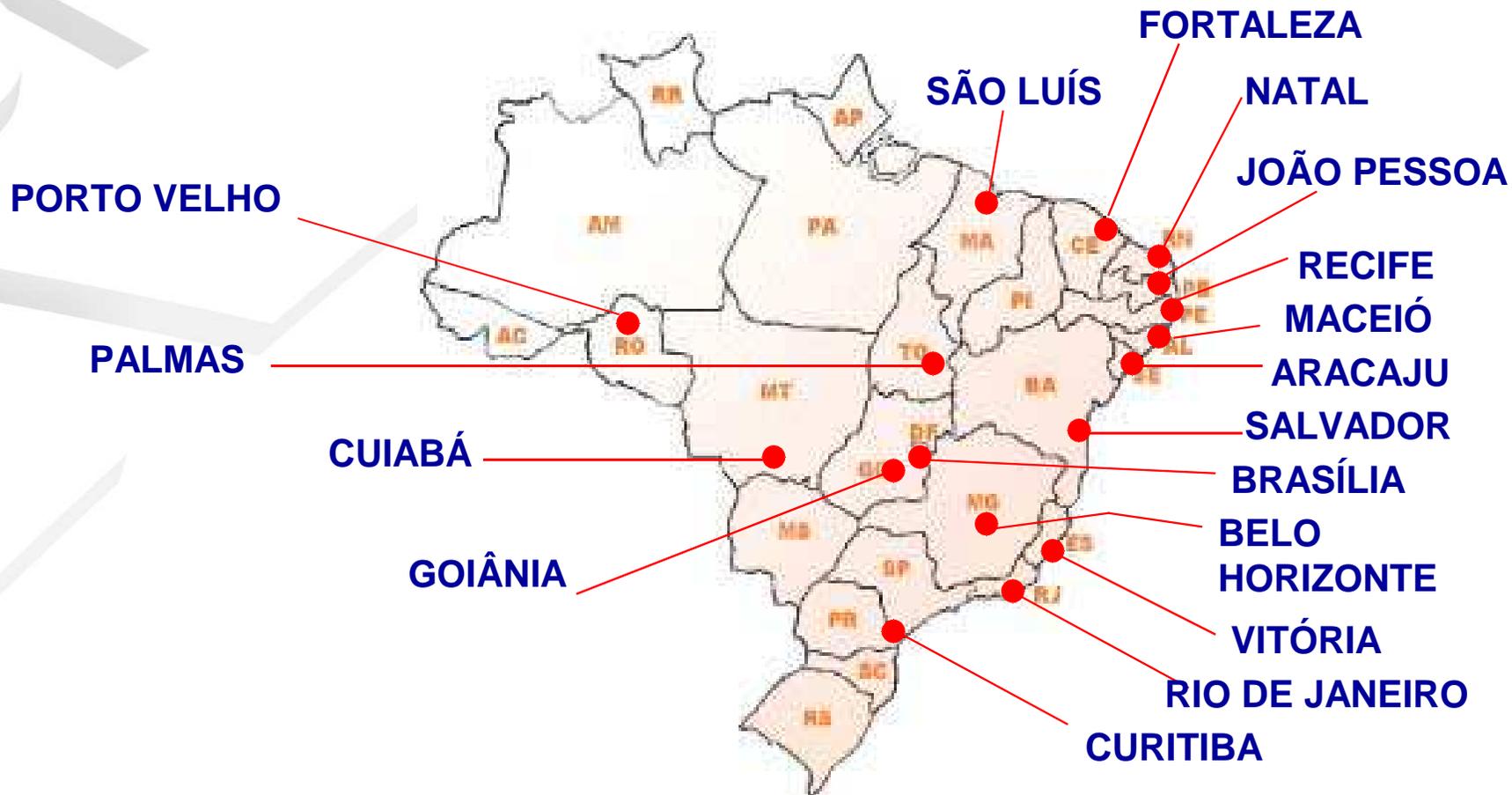
Esferas Estadual e Municipal → CNAE - Fiscal  
1997 / 98



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



CNAE implantada em todos os estados,  
em 17 capitais e vários outros municípios





## A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



O que significa essa mudança?

- **Sob o enfoque estatístico**

- LINGUAGEM COMUM
- QUALIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

- **Sob o enfoque institucional**

- INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES COMPATÍVEIS
- AÇÕES COMPLEMENTARES
- ATUAÇÃO CONJUNTA COM MAIOR EFETIVIDADE



## A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Compartilhar esse instrumento padronizado tem conseqüências

- **Por um lado,**

- **A interconexão das ações institucionais ganha visibilidade e amplia o potencial das ações e dos resultados desejados**

- **Por outro,**

- **Exige revisão de conceitos e ajustes nas práticas administrativas**



## Como são as tabelas anteriores à CNAE?

- São listas, em sua maioria, construídas sem critério definido;
- Não são exaustivas, quando muito representam partes da organização econômica;
- Expressam interesses próprios dos órgãos, como prazos para cumprimento de obrigações e definições legais;
- Os grupamentos de tais listas não são balanceados entre si, como os correspondentes à lista de incidência do ISS.



## Como são as tabelas anteriores à CNAE?

### Exemplo da Prefeitura do município de São Paulo

- Utiliza “códigos de tributação” para representar a lista de serviços sujeitos ao ISS (definição legal)
- Há códigos que correspondem a detalhamentos de uma subclasse da CNAE, enquanto outros correspondem a um conjunto de centenas de subclasses
- Não há um bom grau de representatividade do mundo real empresarial nesses códigos; distingue o tratamento legal.



### O aprendizado do processo de padronização

- **Cadastrros administrativos = representações do mundo real**
- **As classificações são o instrumento básico de organização das informações cadastrais**
- **Enfoque econômico, apuro conceitual e compatibilidade internacional**



## O aprendizado do processo de padronização

### **Interesses institucionais**

- 1- Estrutura completa da tabela de códigos
  - **Sistema Estatístico Nacional**
  - **Zoneamento urbano**
  - **Registro de PJ**
  - **Obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias**
  
- 2- Segmentos específicos da classificação
  - **Regulamentação oficial de atividades**
  - **Inspeção sanitária**
  - **Controle ambiental**



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## Visão Geral das Atividades referentes ao Processo Produtivo

Instrumento de Classificação	Atividades das Unidades de Produção	INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					
		Estrutura completa da Classificação				Segmentos específicos da Classificação	
		Alvará de Funcionamento	Constituição Jurídica	Registros e obrigações	Pesquisas e Estatísticas	Regulamentações Oficiais de Atividades	Vistorias de Instalações
Atributo identificador de Unidades Auxiliares	Atividades Auxiliares ou "de apoio"	Plano diretor das cidades - Leis de uso do solo urbano		Sistema Tributário Nacional (fazendário, previdenciário e trabalhista)	Sistema Estatístico Nacional		Inspeção Sanitária, Meio-Ambiente, Corpo de Bombeiros, Etc...
CNAE e CNAE-Fiscal	Atividades-Fim		Código Comercial e Civil			Sistema Financeiro Nacional ----- Agências Reguladoras ----- Ministérios setoriais (Saúde, Educação, Turismo, Transportes, Meio-Ambiente)	
*	Atividades internas ao processo produtivo						

\* A CNAE/CNE-Fiscal vem sendo utilizada para a identificação de atividades internas ao processo produtivo, em articulação com atributos cadastrais complementares



## Subcomissão Técnica da CNAE

- Fórum das três esferas de governo
- Pioneirismo em abrangência
- Prática cooperativa bem-sucedida

**Um novo modelo de tomada de decisões conjuntas e construção de soluções partilhadas por órgãos autônomos no Brasil.**



## Definição da CNAE – Prática atual

- **Dinamismo da organização econômica e mudanças nos interesses de análise**
  - **Necessidade de atualização periódica da CNAE**
- **Gestão participativa da Tabela CNAE**
  - **FORMULÁRIO AUTOMATIZADO PARA SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÃO NA ESTRUTURA DE CÓDIGOS**  
[www.ibge.gov.br/concla](http://www.ibge.gov.br/concla) ou [www.cnaefiscal.pr.gov.br](http://www.cnaefiscal.pr.gov.br)
  - **ANÁLISE E DECISÕES DA SUBCOMISSÃO TÉCNICA DA CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (3 esferas de governo)**



## Aplicação da CNAE – Prática atual

- Tabela Padronizada com manutenção conjunta
  - Programa de Treinamento Nacional
  - Manual de Orientação e Roteiro Padrão
  - Central de Dúvidas e Sugestões (IBGE)
  - **Múltiplos usuários**
  - Codificação descentralizada



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## Exemplo de grupo de usuários - processo de registro e legalização de empresas

### **Órgãos de registro**

(Juntas Comerciais, Cartórios, órgãos de classes e reguladores oficiais)

### **Órgãos federais**

(Secretaria da Receita Federal, INSS, MTE, etc)

### **Órgãos Municipais**

(Secretarias de Finanças, de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, de Vigilância Sanitária, de Controle Ambiental, etc)

### **Órgãos estaduais**

(Secretarias de Fazenda e Tributação, Corpo de Bombeiros, Controle Ambiental, etc)



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## Codificadores de Atividades Econômicas

### **Órgãos de registro**

(Juntas Comerciais, Cartórios, órgãos de classes e reguladores oficiais)

### **Órgãos federais**

(Secretaria da Receita Federal, INSS, MTE, etc)

### **Órgãos Municipais**

(Secretarias de Finanças, de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, de Vigilância Sanitária, de Controle Ambiental, etc)

### **Órgãos estaduais**

(Secretarias de Fazenda e Tributação, Corpo de Bombeiros, Controle Ambiental, etc)



## Exemplo de grupo de usuários - processo de registro e legalização de empresas





# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## A CNAE – experiências de integração

- **No âmbito municipal**
  - ✓ Integração completa – Curitiba, Vitória
  - ✓ Integração gradativa – Belo Horizonte
- **No âmbito estadual**
  - ✓ São Paulo e Rondônia (cadastro compartilhado)
- **Entre órgãos das três esferas de governo**
  - ✓ São Luís / MA
  - ✓ Projeto Cadastro Sincronizado Nacional



## Aplicação da CNAE – Diagnóstico

A codificação descentralizada, a cargo de m últiplos usuários, com uso da auto codificação

Ocasiona a

- Repetição do mesmo procedimento, e a
- Ocorrência de divergências de código(s) atribuído(s) ao mesmo agente econômico (estabelecimento empresarial)



## CNAE – Projeto em andamento

### **SISTEMA ÚNICO DE CODIFICAÇÃO**

- Centralização e automatização da tarefa de atribuir códigos a cada agente econômico estabelecido no país
- **Uniformidade Nacional da Codificação CNAE**
- Consistência das informações setoriais da economia



**Cidadão-empREENDEDOR**

**Prestará informações mais detalhadas sobre o seu negócio**

**OBJETO SOCIAL = Intenções**



**âmbito do Direito - JURÍDICO**

**ATIVIDADES EXERCIDAS =**

**Resultados monetários**

(Que correspondem às bases de incidência dos tributos)



**âmbito de Fato – MUNDO REAL**

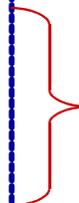
**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

**Funções auxiliares**

**Forma de atuação**

**Clientela preponderante**

**Remuneração do negócio**



**exemplos**



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



Administração Pública

**Atribuirá ao estabelecimento uma IDENTIDADE ECONÔMICA**

**CNPJ**



**CNAE**

**Com CONTROLE DE QUALIDADE das informações**

**Codificará TODAS as atividades econômicas previstas**

**conferência documental**

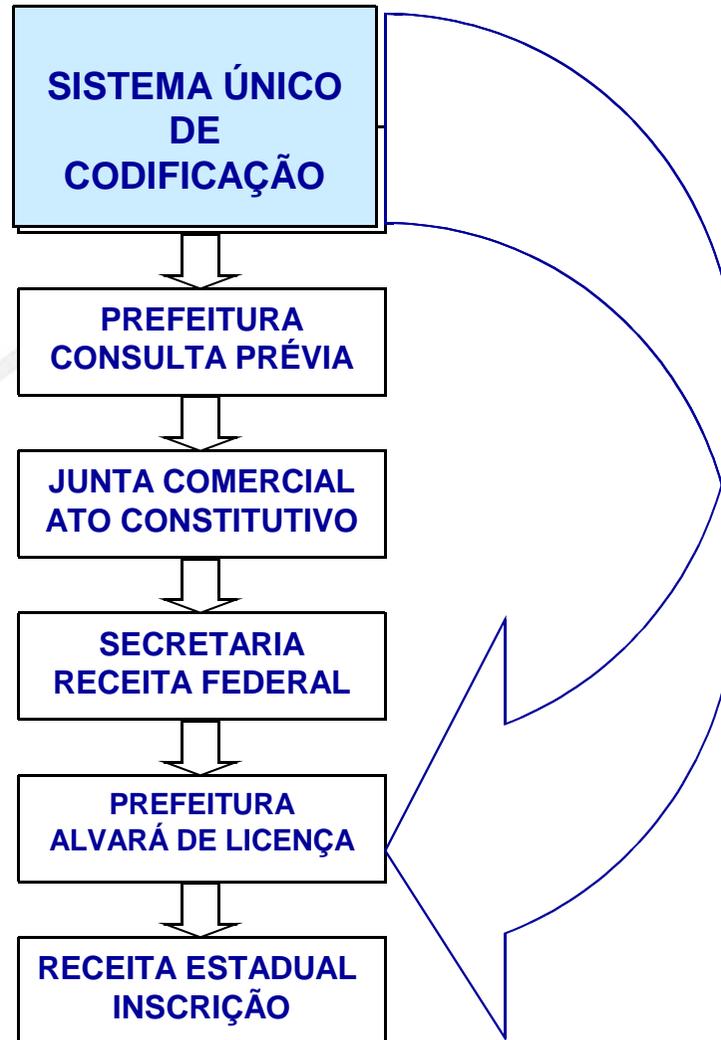
**Acompanhará as atividades exercidas de fato**

**verificações *in loco***

**(Vistorias, diligências, ações fiscais)**



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA





# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



## Conclusão

A expansão do uso da CNAE significa a construção progressiva de um sistema nacional de informações de agentes econômicos com maior qualidade da codificação de atividades, com possibilidades de efetiva articulação entre fontes diversas e com as estatísticas produzidas pelo IBGE.



# A CNAE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA



**Obrigada!**

[regina.henriques@receita.fazenda.gov.br](mailto:regina.henriques@receita.fazenda.gov.br)



**Documento apresentado para discussão**

**II Encontro Nacional de Produtores  
e Usuários de Informações Sociais,  
Econômicas e Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

Atividade: 263

Título: O papel da CNAE na integração dos sistemas de informações econômicas

Autores: Magdalena Cronemberger Góes

Regina Maria Henriques

Dalvanira Pais de Lima

A classificação de atividades econômicas tem papel chave na estruturação dos sistemas de informações dos agentes econômicos, sendo um elemento crucial na articulação no tempo - as séries estatísticas - no espaço - as estatísticas regionais e as comparações internacionais - e entre fontes distintas - do sistema estatístico ou entre este e as fontes de registros administrativos.

A partir da segunda metade dos anos noventa, os sistemas de informações sobre os agentes econômicos do País, quer organizados sob o enfoque da produção estatística, quer da gestão de cadastros e registros da administração pública, têm sido fortemente impactados pelo movimento, inédito até então e hoje já bastante difundido, de adoção de uma mesma classificação de atividades econômicas, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE, e de sua extensão, a CNAE-Fiscal.

A transição de uma situação de multiplicidade de tabelas de códigos de atividades econômicas para a construção e implementação de uma classificação nacional e uniforme processou-se em duas etapas. A primeira, iniciada em 1995, teve como marco a definição da CNAE e sua paulatina implementação no âmbito da produção estatística e dos cadastros e registros administrativos federais. A segunda, iniciada em 1998, com a definição de um nível adicional de desagregação na estrutura da classificação, batizado com a denominação de CNAE-Fiscal, veio possibilitar a extensão da padronização dos códigos de atividades econômicas às esferas estaduais e municipais.

Questão importante diz respeito à decisão tomada na definição da CNAE de seguir um padrão bem definido de relacionamento com a Clasificación Internacional Industrial Uniforme - CIIU, de forma a garantir a comparabilidade internacional das estatísticas nacionais.

A CONFEST 2006 é uma oportunidade de levar ao conhecimento da comunidade usuária de estatísticas econômicas o contexto em que ocorreu a padronização nacional dos códigos de atividades econômicas no sistema estatístico e nos cadastros e registros da Administração Pública, os benefícios subseqüentes, em termos de melhor estruturação dos sistemas de informações econômicas e das possibilidades de articulação de dados de fontes distintas, e as perspectivas que se colocam - tanto em termos de desafios como de novas oportunidades - com a revisão da CNAE e a programação que vem sendo acertada para sua implementação sincronizada no sistema estatístico e nos cadastros e registros da Administração Pública.

A palestra abordará a experiência de unificação das classificações de atividades econômicas no País, ressaltando os fatores que a impulsionaram, os desafios colocados, a

construção contínua de soluções e as perspectivas abertas com a padronização. Além da experiência do uso da CNAE na integração das estatísticas produzidas pelo IBGE que são referenciadas à atividade econômica, será abordada a experiência da CNAE-Fiscal na melhoria dos cadastros de agentes econômicos e em sua integração e, como caso especial, será analisada a experiência da Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo, especificamente na área de arrecadação, onde a adoção da CNAE contribuiu para viabilizar a reordenação do sistema de arrecadação e para introduzir uma gestão baseada em critérios de qualidade, medidos por indicadores construídos pela articulação das estatísticas oficiais do IBGE com as informações internas geradas pelo próprio sistema.

### **A experiência da Secretaria de Fazenda de São Paulo com o uso da CNAE-Fiscal**

A implementação da CNAE-Fiscal, em 2000, na Secretaria da Fazenda de São Paulo, se constituiu num dos projetos do programa de modernização da Coordenação da Administração Tributária – Promocat. A principal causa indutora desse programa foi a necessidade de adequação da administração tributária às constantes e profundas mudanças vividas no contexto sócio-econômico, marcadamente pelo fenômeno da globalização, que levou à alteração das fronteiras econômicas nacionais, com aumento do volume de comércio entre os países e mudanças nas estruturas de produção das empresas.

Além disso, os profundos avanços da tecnologia da informação, em especial a partir da década de 90, modificaram radicalmente os processos de trabalho e, conseqüentemente, exigiram que o Estado se adaptasse às novas formas de trabalhar com a informação. Pois entender o que se passa no ambiente econômico, quando se fala em ICMS, o principal tributo estadual, é fundamental, uma vez que sua base de incidência quase coincide com o da atividade econômica.

Nesse sentido, para que a administração tributária seja capaz de arrecadar de forma eficaz e eficiente, a informação tem de estar prontamente disponível e ser acurada e precisa, para que possa cumprir seu papel como instrumento de gestão e direcionamento do trabalho fiscal.

Por esta razão, a implementação da CNAE-Fiscal foi decisiva na organização de nossas bases de dados e na sua comparação com as estatísticas indicativas do comportamento econômico. À medida que os indicadores de atividade e preço possam ser baseados integralmente na CNAE, a correspondência com os dados da Secretaria da Fazenda ficará ainda mais precisa, facilitando a identificação do comportamento das variáveis econômicas e seus efeitos na arrecadação.

Nessa oportunidade serão apresentados, de forma muito breve, alguns trabalhos desenvolvidos na Secretaria da Fazenda e que só foram possíveis graças à CNAE-Fiscal.

#### **1. Fiscalização Setorial**

O trabalho de fiscalização setorial na Secretaria da Fazenda foi estruturado com base na CNAE-Fiscal, que serviu de critério para a definição das atividades sujeitas à fiscalização de cada supervisão.

## **2. Grupo de Conjuntura**

Com base nos índices de atividade e preço disponibilizados por entidades como o IBGE, ANP, FGV etc., foram estruturados índices específicos para cada setor econômico ou setorial de fiscalização, com a ponderação sendo feita, para cada CNAE, por seu peso na arrecadação do ICMS ou no faturamento declarado em GIA. A evolução desses índices é cotejada com a evolução do faturamento e da arrecadação setoriais, de forma que possam ser buscadas explicações econômicas e tributárias para o desempenho dos recolhimentos do ICMS. Mensalmente o Grupo de Conjuntura se reúne para essa discussão e o resultado é consolidado no texto que integra o Relatório CAT.

## **3. PIB Tributável**

O cálculo do PIB Tributável Paulista é feito para que se possa identificar o valor adicionado gerado em São Paulo. Sua estrutura segue a setorização utilizada na Secretaria da Fazenda. O objetivo é isolar as variáveis econômicas e tributárias para que possa ser mensurado o chamado esforço fiscal, que se constitui na meta de arrecadação da CAT.

# **Uso da CNAE-FISCAL na SEFAZ / SP**

## **Implantação da CNAE-FISCAL na SEFAZ/SP**

**Junho 2000**

**Contexto:** Programa de Modernização da Administração Tributária - PROMOCAT (BID)

- Tecnologia
- Gestão
- Capacitação

**INFORMAÇÃO**

## **CNAE-FISCAL**

✓ Requisito Básico

- Desenvolvimento de três Produtos:

- **Fiscalização Setorial**
- **Grupo de Conjuntura / Relatório CAT**
- **PIB Tributável**

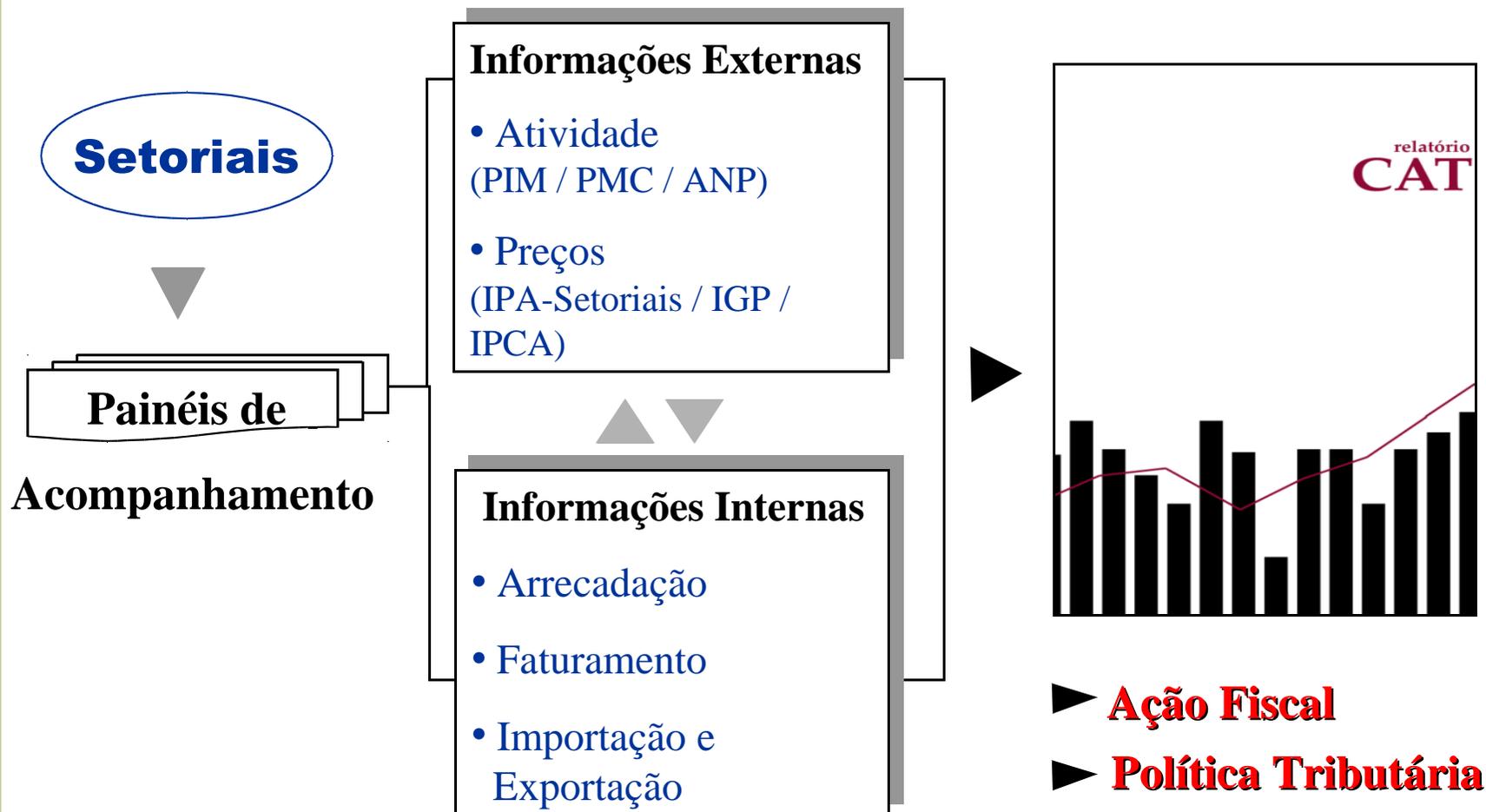
## **Fiscalização Setorial**

- Alimentos
  - Automotivos
  - Bebidas
  - Eletroeletrônicos
  - Embalagens
  - Farmacêuticos e Perfumaria
  - Madeira, Móveis e Papel
  - Máquinas e Equipamentos
  - Metalúrgicos
  - Minerais Não Metálicos
  - Plásticos e Borracha
  - Químicos e Petroquímicos
  - Armazéns Gerais e Transportes
- 
- Comunicações
  - Combustíveis
  - Energia Elétrica
  - Rede de Estabelecimentos



representam **88%**  
da Arrecadação

## Grupo de Conjuntura



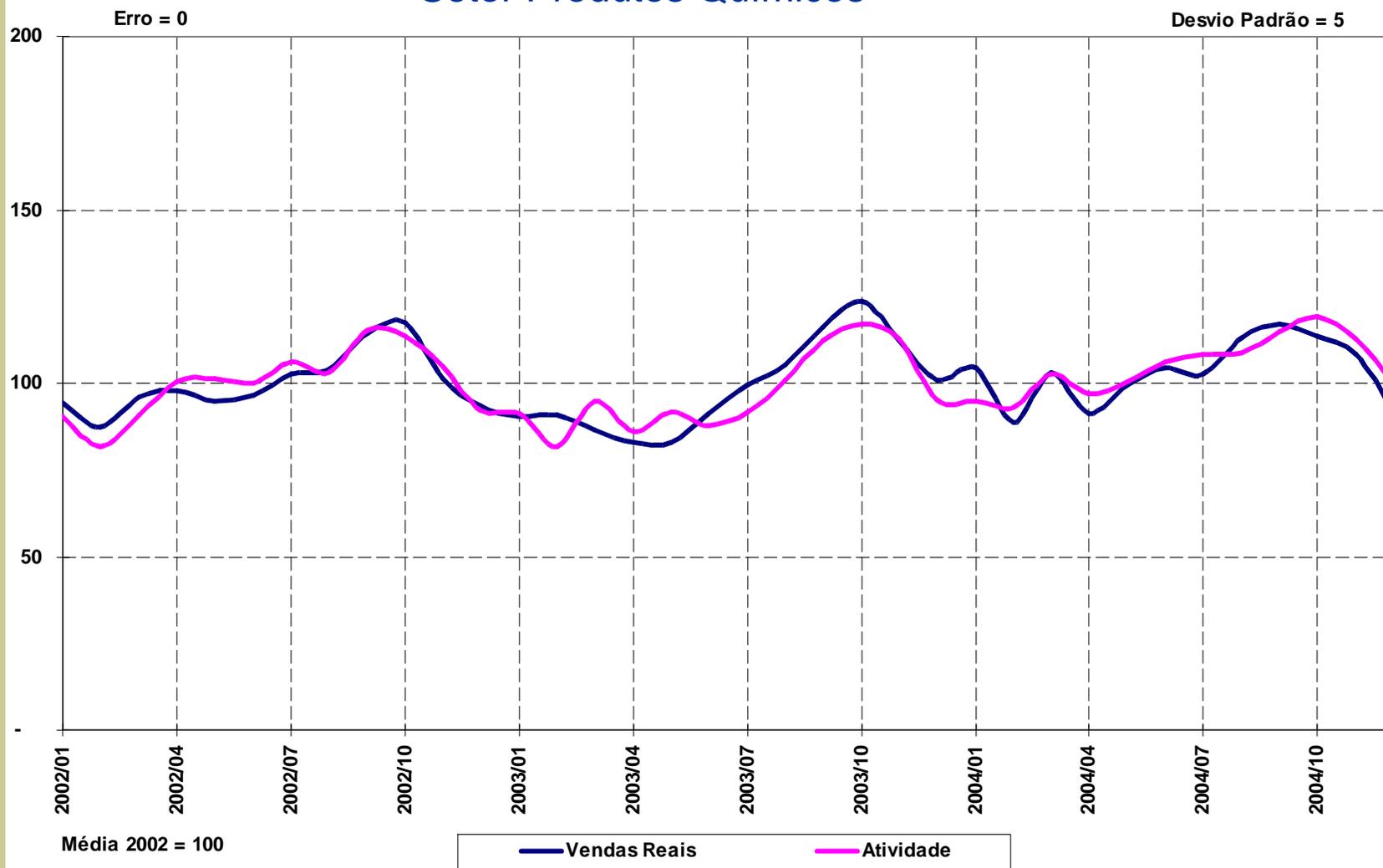
## **Setor Econômico x Indicadores**

<b>Setor Econômico</b>	<b>Índice de Atividade (PIM-PF)</b>	<b>Índice de Preços</b>
<b>Metalurgia básica - ferrosos</b>		
Ferro-gusa, Semi-acab aço	Metalurgia básica	IPA metalúrgica - total
Lamin., Relamin. e Trefilados	Laminados, Relamin. e Tref de aço	IPA metalúrgica - ferro, aço e deriv.
Tubos com costura	Metalurgia básica	IPA metalúrgica - total
Peças fundidas de ferro	Metalurgia básica	IPA metalúrgica - total
<b>Metalurgia básica - não ferrosos</b>	<b>Metalurgia dos não-ferrosos</b>	<b>IPA metalúrgica - metais não-ferrosos</b>
<b>Produtos de metal</b>		
Estruturas.Metálicas	Estruturas metálicas	IPA mecânica - outros
Artef.de metal estamp e afins	Artefatos de metal estampados	IPA mecânica - outros
Embalagens metálicas	Embalagens metálicas	IPA mecânica - outros
Produtos diversos de metal	Produtos diversos de metal	IPA mecânica - outros

**Aderência dos Indicadores**

Setor	Descrição	Erro	Desvio Padrão
239	Produtos de Perfumaria e Cosméticos	-15	14
226	Máq. para Escritório e Equip. Informática	-15	20
228	Material Eletrônico e Ap. Comunicação	-12	26
225	Eletrodomésticos	-12	11
234	Artigos de Borracha	-11	13
227	Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico	-9	10
230	Material de Transporte e outros Equipamentos	-8	12
233	Celulose, Papel e Produtos de Papel	-8	7
241	Produtos Têxteis	-7	8
221	Metalurgia Básica - Ferrosos	-6	5
238	Produtos Farmacêuticos	6	12
235	Couro e Artefatos de Couro	8	13
240	Produtos Plásticos	-4	6
229	Equip., Inst. Médico-Hosp. E Automação	-4	9
220	Minerais não Metálicos	-3	5
222	Metalurgia Básica - Não Ferrosos	-1	5
232	Móveis	-1	3
243	Produtos Alimentícios	0	6
236	Produtos Químicos	0	5
231	Madeira	0	7
244	Bebidas	0	7
224	Máquinas e Equipamentos	1	10
223	Produtos de Metal	1	5

## Evolução das Vendas Reais e Atividade Física Setor Produtos Químicos



## **PIB Tributável Paulista**

### **PIB São Paulo**

#### **PIB Tributável Paulista**

**Base de Incidência do ICMS**

- Desagregação:  
59 Setores

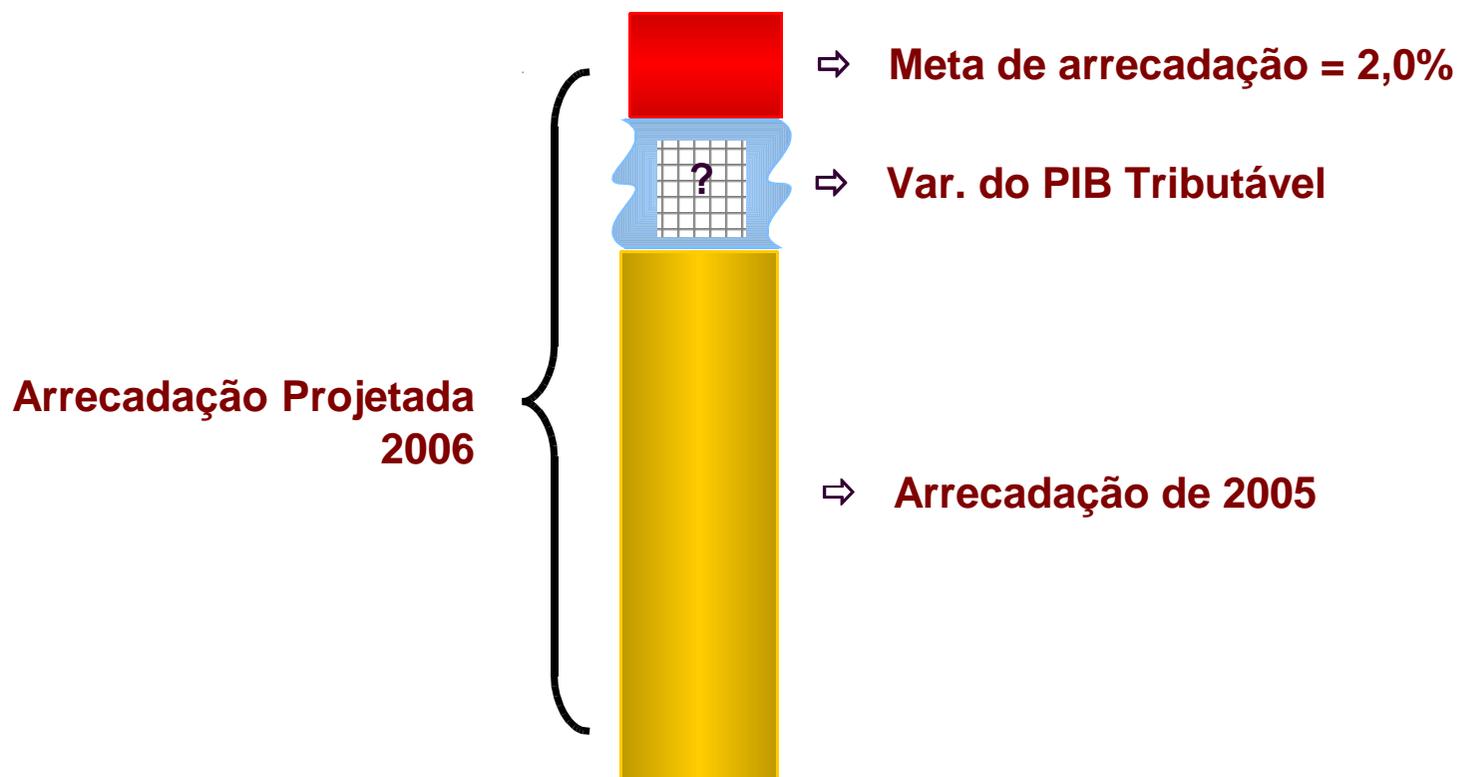
### **Metodologia**

- **Princípios do Cálculo do PIB Oficial**
- **Base:**
  - Pesquisas Anuais (PIA / PAC)
  - **PIB/SP** (SEADE / IBGE)
- **Atualização por Evolução Pesquisas Conjunturais** (PIM / PMC / outras)

### **Periodicidade**

- **Trimestral**
- **Divulgação:**
  - Trimestre + 2 meses

## **PIB Tributável = Indicador para Meta de Arrecadação**



**DALVANIRA PAIS DE LIMA**

Assistente Fiscal Chefe do Planejamento Estratégico da CAT

***e-mail:* dalvanira@fazenda.sp.gov.br**



**Documento apresentado para discussão**

**II Encontro Nacional de Produtores  
e Usuários de Informações Sociais,  
Econômicas e Territoriais**

Rio de Janeiro, 21 a 25 de agosto de 2006

Atividade: 264

Título: Revisão 2007 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas

Autor: Magdalena Cronemberger Góes

A partir da segunda metade dos anos noventa, os sistemas de informações econômicas do Brasil – constituídos tanto pelas estatísticas oficiais produzidas pelo IBGE como pelas informações de cadastros e registros de pessoa jurídica da Administração Pública, nas três esferas de governo – ganharam em qualidade e articulação com a progressiva adoção da CNAE, experiência pioneira, no País, de padronização nacional e harmonização internacional. A decisão de adotar a *International Standard Industrial Classification – ISIC* como referência na elaboração da CNAE refletiu o objetivo de ampliar a comparabilidade das estatísticas nacionais. A versão original da CNAE foi publicada no DOU de 26/12/1994, sendo o IBGE o órgão responsável por sua manutenção e gestão.

As classificações de atividades econômicas precisam ser periodicamente atualizadas e revisadas em função de mudanças na organização produtiva e da demanda por novas abordagens analíticas. 2007 foi o ano acordado internacionalmente para a entrada em vigor da revisão da ISIC, bem como de toda uma família de classificações internacionais, com o compromisso assumido pelos países de promoverem ajustes em suas classificações nacionais, sempre visando aos benefícios de estatísticas que reflitam da melhor forma a estrutura produtiva do país e sejam comparáveis internacionalmente.

Acompanhando o calendário de revisão da ISIC, a revisão da CNAE envolveu ampla discussão interna no IBGE e com órgãos e entidades públicas e privadas (2004 e 2005). A proposta da CNAE 2.0, ajustada às alterações na ISIC e resultante dessas discussões, deverá ser levada à aprovação da Comissão Nacional de Classificações – Concla – em agosto deste ano, com entrada em vigor a partir de janeiro de 2007. A documentação da nova versão e a atualização dos instrumentos de apoio, sob a responsabilidade do IBGE, estão previstas para serem completadas até o final de 2006.

Tendo em vista a extensão atual do uso da CNAE – em todos os sistemas de informações que enfocam agentes com atividade econômica, quer no sistema estatístico, quer nos cadastros e registros da Administração Pública do País - e o papel central que desempenha na estruturação desses sistemas, a tarefa de transição para a nova versão da classificação exige uma programação extensiva e acordada e o compromisso com sua implementação por parte das órgãos responsáveis por esses sistemas.

No segundo semestre de 2005, deu-se início à discussão da estratégia de implementação da CNAE 2.0, tanto no âmbito interno do IBGE, em particular com as Coordenações do Cadastro de Empresas, das pesquisas econômicas e das Contas Nacionais, como no campo mais amplo dos órgãos da Administração Pública gestores de cadastros e registros de agentes econômicos, através da ação da Comissão Nacional de Classificação – Concla - e da Subcomissão da CNAE-Fiscal.

A implementação da nova versão da CNAE está sendo levada dentro dos seguintes princípios:

- i) **transição sincronizada** em todos os sistemas usuários da CNAE, para não perder os benefícios já alcançados da padronização nacional dos códigos de atividade econômica;
- ii) **continuidade das séries históricas**, para não comprometer as análises temporais;
- iii) **transparência de ações**, com a comunicação prévia aos usuários sobre as mudanças que estão sendo implementadas e as informações sobre o que vão significar, o *timing* da mudança e a disponibilidade de dados retrospectivos na nova classificação, bem como a abertura de canal de comunicação para dúvidas dos usuários.

No âmbito da DPE/IBGE, deu-se início, no segundo semestre de 2005, à definição do planejamento do Projeto de Implementação da CNAE 2.0. A programação da transição para a CNAE 2.0 – ainda em discussão – abarca ações a curto, médio e longo prazos, envolvendo as áreas responsáveis pelo Cadastro Central de Empresas, pelas pesquisas econômicas e da agropecuária, pelas Contas Nacionais e pelas pesquisas domiciliares.

Ao mesmo tempo, com a ação no âmbito da Concla, foi aberto canal de comunicação com a Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho (CGET) do Ministério do Trabalho e Emprego, respondendo pela RAIS e CAGED, com a Secretaria da Receita Federal SRF/MF, respondendo pela DIPJ, e com o Ministério da Previdência Social, respondendo pelo GFIP, onde foram discutidas questões relativas ao calendário e à estratégia de implementação da CNAE 2.0 nos sistemas da RAIS e do CAGED; do CNPJ e da DIPJ; e do GFIP. Foi definido que a transição para a nova versão da CNAE será efetuada nas declarações de 2007, ano-base 2006. No caso do sistema CNPJ, as novas inscrições de empresas usarão a nova versão a partir de 01 de janeiro de 2007.

Os sistemas RAIS e CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego, são as principais fontes de atualização do Cadastro de Empresas do IBGE.

Ainda no âmbito da Concla, mais precisamente da Subcomissão Técnica da CNAE-Fiscal, a discussão da revisão e implementação da versão 2.0 é estendida aos demais usuários da administração pública nas três esferas de Governo: federal, estadual e municipal, onde também se trabalha na perspectiva da transição para a versão 2.0 a partir de janeiro de 2007.

A partir da definição do Ministério do Trabalho e Emprego de que os sistemas RAIS e CAGED, base de alimentação do Cadastro de Empresa do IBGE – CEMPRE, farão a transição para a nova versão da CNAE nas declarações do ano 2007 (ano-base 2006), o IBGE prepara-se para promover a transição no Cadastro de Empresas, possibilitando o redesenho das pesquisas econômicas na nova versão CNAE, começando pelas pesquisas anuais (ano-base 2007, divulgada no 1º trimestre de 2009) e, em seguida, ajustando as conjunturais (séries disponibilizadas na nova versão da CNAE a partir de 2010).

Nas pesquisas domiciliares, a CNAE-Domiciliar ajustada à versão 2.0 deverá ser implementada no Censo Demográfico 2010 e, nos anos subsequentes, nas pesquisas domiciliares contínuas (PNAD, PME, POF)

As Contas Nacionais deverão tomar como próximo ano-base do sistema o ano de 2010, quando então também ajustarão suas classificações à versão 2.0 da CNAE.

Por outro lado, para atender ao princípio da continuidade das séries temporais e, também, à natural defasagem na transição completa das Contas Nacionais para a versão 2.0, torna-se necessário que, num período de transição, sejam disponibilizadas as informações nas duas versões da classificação.

Toma-se a oportunidade da CONFEST para a comunicação aos usuários de estatísticas referenciadas à atividade econômica e, portanto, à CNAE das mudanças que estão sendo implementadas na versão 2.0 desta classificação, informando-os sobre o *timing* de implementação da nova versão nas estatísticas do IBGE, as implicações nas séries estatísticas e as medidas que serão tomadas para garantir a continuidade das séries temporais.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA  
DPE - DIRETORIA DE PESQUISAS  
GCC - GERÊNCIA DO CADASTRO CENTRAL DE EMPRESAS

ATIVIDADE 223 - 23/08/2006 11:00 – 12:00

RESUMO DA PALESTRA GESTÃO DO CADASTRO CENTRAL DE  
EMPRESAS – CEMPRE – USOS E PERSPECTIVAS

ANA ROSA PAIS RIBEIRO  
GERENTE DA GCC

Gestão do Cadastro Central de Empresas – CEMPRES – do IBGE : usos e perspectivas.

O Cadastro Central de Empresas – CEMPRES – do IBGE construído no início da década de noventa assumiu um importante papel quando da reformulação da produção das estatísticas econômicas. A partir da metade dessa década abandonou-se de vez a realização dos Censos Econômicos e as pesquisas estruturais das áreas de Indústria, Construção, Comércio e Serviços passaram a adotar o CEMPRES como referência para seleção das unidades a serem investigadas. Iniciado em 1996, este novo modelo de produção das estatísticas econômicas se consolidou ao longo dos último dez anos.

O CEMPRES cujo objetivo inicial era servir de base às pesquisas, se converteu num importante acervo de informações e teve seu uso ampliado e diversificado atendendo a inúmeras demandas internas e externas. Reunindo informações referentes às empresas e outras organizações (órgãos da administração pública e instituições sem fins lucrativos) e a cada uma de suas unidade locais(endereços de atuação), desde que inscritas no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, tem suas informações organizadas segundo os níveis de detalhamento da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE. Sua atualização é feita a partir de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais – RAIS (principal fonte), e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho, e das pesquisas anuais do IBGE para as atividades de Indústria, Comércio, Construção e Serviços que o retroalimentam.

Os principais dados cadastrais disponíveis são: razão social, natureza jurídica, classificação da atividade principal, ano de fundação, nome fantasia e endereçamento completo. Quanto aos dados econômicos, estão armazenadas informações de pessoal ocupado total e assalariado, de salários pagos e de receitas, obtidas em diversas fontes, que permitem também a identificação do porte das unidades.

Sempre com foco na melhoria da qualidade das informações desenvolve-se tratamento permanente para sua manutenção, seja em relação à crítica dos dados, seja quanto à coerência de seu conteúdo, avaliando-se a homogeneidade de conceitos e de classificações, a cada ano e ao longo do tempo, inclusive com críticas de qualidade quanto a compatibilização dos dados entre fontes diversas.

O objetivo da palestra é, iniciando por um breve histórico da construção do CEMPRE e apresentação de seu conteúdo, mostrar os procedimentos para a manutenção e atualização, como se conjugam as diversas fontes, as verificações realizadas para garantir confiabilidade além de evidenciar que esse cuidado no tratamento da informação, associado à relevância dos dados disponíveis, faz do CEMPRE uma importante base de dados sobre a atividade econômica do país. Os usos que se fazem dessas informações vão desde a geração dos cadastros básicos de seleção das pesquisas anuais da área econômica do IBGE, e também para algumas pesquisas da área social demográfica, até a divulgação anual das Estatísticas do Cadastro Central de Empresas e de estudos de segmentos específicos.

Pretende-se ainda apresentar as perspectivas futuras como incorporação de novas fontes de informação, ampliação de seu escopo de atributos e revisão do sistema informático que permitirá maior agilidade diante das crescentes demandas.

# ***Revisão da CNAE***

---

***II Encontro de Produtores e Usuários de Informações  
Sociais, Econômicas e Territoriais - V CONFEST  
21-25 agosto 2006***

# ***Revisão CNAE 2007***

## ***Objetivo da palestra:***

***informar os usuários de estatísticas econômicas sobre a revisão da CNAE, o timing de implementação da nova versão e as implicações da mudança***

***Papel central da classificação de atividades econômicas na organização, divulgação e análise das estatísticas econômicas***

***Papel de linguagem: articulação no tempo (séries estatísticas), no espaço (comparações regionais e internacionais) e entre fontes distintas***

# ***Breve histórico e trajetória da CNAE***

***Transição nos anos noventa  
diversidade de tabelas ⇒ CNAE***

## ***Objetivos:***

- ***refletir a estrutura produtiva do país***
- ***padronização nacional***
- ***harmonização internacional***

***CNAE D.O.U. dez/1994***

***CNAE-Fiscal D.O.U. junho/1998***

***Detalhamento de subclasses para uso da  
Administração Pública***

# **Implementação da CNAE**

## **➤ Sistema estatístico - IBGE e outros produtores de estatística**

- Implementação progressiva a partir de 1995**
- Situação atual: quase todas as estatísticas econômicas do país estão referenciadas à CNAE**

## **➤ Órgãos gestores de cadastros e registros de PJ**

- Implementação progressiva:**
- Federal - a partir de 1995,**
- Estadual e Municipal - a partir de 1998**

**Situação atual: cadastros federais e estaduais: quase todos em CNAE/CNAE-Fiscal; nos municípios: em progresso**

# ***Avaliação da experiência de uso da CNAE a partir da segunda metade dos anos noventa:***

***As estatísticas oficiais produzidas pelo IBGE***

**+**

***As informações de cadastros e registros de PJ da APU, nas três esferas de governo***

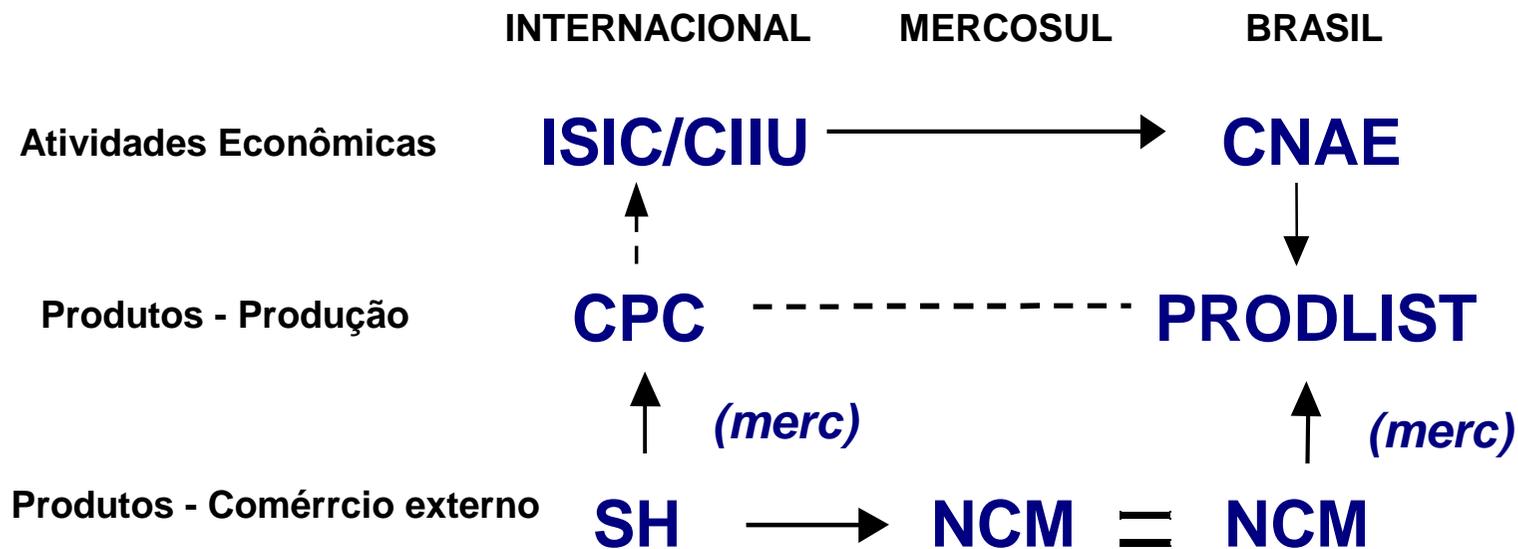


***ganho de qualidade e articulação***

## ***Revisão 2007: por que?***

- ***necessidade de acompanhar as mudanças na estrutura da economia***
- ***atender a novos enfoques analíticos, a novas necessidades de observação do mundo real***

# Rede de classificações econômicas internacionais e nacionais



- ***A Globalização reforça a necessidade de comparabilidade das informações estatísticas dos países***
  
- ***A organização em rede das classificações internacionais e nacionais requer a sincronização dos calendários de revisão das classificações***

## ***2007: acordo internacional para a entrada em vigor das novas versões das classificações***

- ***ISIC/CIIU 4.0 e derivadas (NACE, etc)***
- ***Sistema Harmonizado - HS***
- ***Classificação Central de Produtos – CPC 2.0***
- ***Classificação Norte Americana – NAICS***

# ***Revisão 2007 : CNAE e PRODLIST***

***Sincronia com a revisão da ISIC4/CPC/HS***

***Princípios observados na revisão da CNAE:***

- ***relevância***
- ***continuidade***
- ***comparabilidade internacional***

## ***Calendário Revisão 2007 CNAE atrelado ao da ISIC 4***

***2001/02          Discussão princípios e extensão da revisão***

***2007***

***2003/04          Discussão estrutura: ISIC 4 x CNAE 2.0***

***2005              Reuniões dos GTs setoriais***

***2006/1º sem      Finalização da proposta da nova estrutura  
da CNAE + correspondências + notas  
explicativas preliminares***

***2006/2º sem      Aprovação na Concla e publicação no DOU  
Finalização da documentação da CNAE  
Atualização dos instrumentos de apoio***

# **Mudanças na CNAE**

## **Mudanças maiores na estrutura**

- 1. Definição de seção reunindo as atividades de Informação e Comunicação**
- 2. Expansão das categorias das atividades de serviços**
- 3. Definição de seção específica para as atividades ligadas ao meio ambiente**

## **Outras mudanças:**

**Na ISIC 4, na melhoria na definição das categorias;  
no atendimento a demandas específicas**

## **Seção J – Informação e Comunicação**

- **Referência:** Setor de Informação na NAICS
- **Característica:** atividades onde a geração, processamento e transmissão de informação são os principais atributos e nas quais os produtos nem sempre necessitam de suporte físico. A Seção K perpassa atividades anteriormente classificadas na indústria e nos serviços.
- **Composição:**
  - **Atividades de edição e de impressão integradas às de edição (D)**
  - **Atividades cinematográficas e fonográficas (O)**
  - **Atividades de televisão e rádio (O)**
  - **Telecomunicações (I)**
  - **Atividades de informática, provedores, portais de busca, etc.(K)**
  - **Agências de notícias, bibliotecas e arquivos (O)**

## **Seção E água, esgoto e atividade de gestão de resíduos e descontaminação**

- **Objetivo: agrupar atividades relacionadas ao meio ambiente especificamente ao ciclo da água e à gestão de resíduos**
  
- **Composição:**
  - **Captação, tratamento e distribuição de água (E)**
  - **Serviços de esgoto (O)**
  - **Coleta, tratamento e disposição de rejeitos (O)**
  - **Recuperação de materiais (D)**
  - **Atividades ligadas à descontaminação de locais (O)**

**Número de seções e divisões na CNAE 1. e 2.0 por grandes segmentos de atividades ⇒ destaque para o aumento de categorias dos serviços de mercado**

	<b>CNAE 1.0</b>		<b>CNAE 2.0</b>	
	<b>Seções</b>	<b>Divisões</b>	<b>Seções</b>	<b>Divisões</b>
<b>Agro + Pesca</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Ind.Ext+Transf+EE+Const</b>	<b>4</b>	<b>29</b>	<b>4</b>	<b>33</b>
<b>Comércio</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
<b>Serviços de mercado</b>	<b>7</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>45</b>
<b>Adm. pública e outros não mercantis</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>3</b>
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>59</b>	<b>21</b>	<b>87</b>

# Segmento dos Serviços de mercado

1) Atividades que não sofreram alterações relevantes de conteúdo e de estrutura

	<i>Divisão</i>		<i>Grupos</i>	
	<i>1.0</i>	<i>2.0</i>	<i>1.0</i>	<i>2.0</i>
<i>Alojamento e alimentação</i>	<i>1</i>	<i>2</i>	<i>2</i>	<i>5</i>
<i>Atividades financeiras</i>	<i>3</i>	<i>3</i>	<i>10</i>	<i>16</i>
<i>Educação</i>	<i>1</i>	<i>1</i>	<i>4</i>	<i>6</i>

## **2) Atividades de serviços com algumas alterações no âmbito**

### **Transportes, armazenagem e correio**

- **Sai desta seção as atividades relacionadas às Telecomunicações para compor a nova seção J – Informação e Comunicação**
- **Sai o grupo 63.3 (1.0) atividades de agências de viagens e de organizadores de viagem para compor a seção N – Atividades administrativas e complementares (2.0)**

### **3) Atividades de serviços com aumento de destaque e detalhamento das categorias**

**Seção K (1.0) – Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas – (1 seção, 5 Divisões e 24 grupos)**

- **L – Atividades Imobiliárias (1 Divisão e 2 Grupos)**
- **M – Atividades profissionais, científicas e técnicas (7 Divisões e 14 Grupos)**
- **N – Atividades administrativas e serviços complementares (6 Divisões e 19 Grupos)**

**TOTAL (2.0) = (3 Seções, 14 Divisões e 35 Grupos)**

### **3) Atividades com aumento de destaque e detalhamento das categorias**

**Seção O (1.0) – Outros serviços coletivos, sociais e pessoais – (1 seção, 4 Divisões e 11 grupos)**

- **R – Artes, cultura, esporte e recreação (4 Divisões e 5 Grupos)**
- **S – Outras atividades de serviços (3 Divisões e 7 Grupos)**

**TOTAL (2.0) = 2 Seções, 7 Divisões e 12 Grupos)**

### **3) Atividades com aumento de destaque e detalhamento das categorias**

**Seção N (1.0) – Saúde e serviços sociais – (1 Divisão e 3 Grupos)**

- **86 – Atenção à saúde (7 Grupos)**
- **87 – Idosos e deficientes (3 Grupos)**
- **88 – Serviços sociais sem alojamento (1 Grupo)**

**TOTAL (2.0) = 1 Seção, 3 Divisões e 11 Grupos**

## **Outras mudanças seguindo a ISIC 4:**

### **Indústrias de Transformação**

#### **1) Novas divisões na Indústria de transformação:**

- **Indústria de Alimentos abre em:**
  - **Alimentos**
  - **Bebidas**
  
- **Indústria Química abre em:**
  - **Química**
  - **Farmacêutica**
  
- **Fabricação de produtos diversos abre em:**
  - **Mobiliário**
  - **Diversos**
  
- **Criação de divisão específica para as atividades de Manutenção e de Instalação**

# ***Indústrias de Transformação***

## ***2) Reestruturação do segmento das Indústrias Eletrônicas***

***➤ Nova Divisão 26 – Equipamentos informáticos, produtos eletrônicos e ópticos***

***Formada por:***

***➤ Parte da atual divisão 30 - Computadores***

***➤ + as atuais divisões 32 – Material Eletrônico e de comunicação, e 33 – Médicos, precisão e ópticos***

# ***Indústrias de Transformação***

## ***3) Mudanças de âmbito:***

### ***➤ Edição; Edição e Impressão***

***Para a nova Seção J - Informação e Comunicação***

### ***➤ Reciclagem de materiais***

***Para a nova Seção E (Atividades relacionadas ao ciclo da água e gestão de resíduos)***

***Estrutura hierárquica  
CNAE 1.0 x CNAE 2.0***

	CNAE 1.0	CNAE 2.0	Diferença
Seções	17	21	+4
Divisões	59	87	+28
Grupos	223	286	+63
Classes	581	674	+93
Subclasses	1183	1302	+119

## ***Extensão das alterações***

***Conversão 1.0 ➡ 2.0***

***Passagem automática:***

***383 classes                      66% dos códigos***

***941 subclasses                80% dos códigos***

***Conversão 2.0 ➡ 1.0***

***Passagem automática:***

***438 classes                      80% dos códigos***

***1.167 subclasses              90% dos códigos***

## **Implementação da CNAE 2.0: desafios e oportunidades**

### **Extensão atual do uso da CNAE**

**em todos os sistemas de informações que enfocam agentes com atividade econômica, no sistema estatístico e nos cadastros e registros da Administração Pública do País**

**+**

### **Papel central da CNAE na estruturação**

**destes sistemas**



**transição para a nova versão da classificação exige sincronia de ações, ou seja, uma programação extensiva e acordada entre gestores destes sistemas e o compromisso com sua implementação**

# Desafios

⇒ *Transição orientada pelos seguintes princípios*

***transição sincronizada*** em todos os sistemas usuários da CNAE, para não perder os benefícios já alcançados da padronização nacional dos códigos de atividade econômica;

***continuidade das séries históricas***, para não comprometer as análises temporais

***transparência de ações***: comunicação prévia aos usuários sobre as mudanças que estão sendo implementadas, o que vai significar, o timing da mudança e a disponibilidade de dados retrospectivos na nova classificação; canal de comunicação para dúvidas dos usuários

# ***Calendário da transição para a versão 2.0 da CNAE/CNAE-Fiscal***

***2006/I Definição acordada interinstitucional do calendário da implementação da versão 2.0***

***2006/II Trabalhos preparatórios da transição p/ v 2.0***

***2007 Implementação da CNAE 2.0***

## **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**

**Código da atividade:** 264

**Tipo da atividade:** Palestra

**Título da atividade:** Revisão 2007 da Classificação Nacional de Atividades Econômicas

**Nome do relator:** Francisco de Souza Marta – IBGE/DPE/CEEC

**Lotação do relator:** Diretoria de Pesquisas/Coordenação das Estatísticas Econômicas e Classificações

**e-mail do relator:** fmarta@ibge.gov.br

**Telefone do relator:** (21) 2142-0482

**Coordenador:** Lúcia Elena Garcia de Oliveira – IBGE/DPE

**Data:** 25/08/2006

**Horário de início:** 11:05

**Horário de término:** 12:15

**Existência de tradução simultânea/língua:** não

**Público presente estimado:** 120 pessoas

Relato da atividade:

### **Magdalena Cronemberger Góes (palestrante)**

Utilizou-se de apresentações projetadas na tela em power point e explanação oral com duração aproximada de 50 minutos.

Os documentos desta apresentação são:

- 1) o arquivo em formato atividade264\_Magdalena Góes.ppt da apresentação em power point
- 2) documento resumido em formato atividade 264\_Magdalena Góes.pdf

Descrição dos assuntos tratados:

- 1) Exposição dos objetivos da palestra
- 2) Papel da classificação de atividades econômicas na organização, divulgação e análise das estatísticas econômicas e o papel de linguagem: articulação no tempo (séries estatísticas), no espaço (comparações regionais e internacionais) e entre fontes distintas
- 3) Histórico e trajetória da CNAE
- 4) Implementação da CNAE

- 5) Avaliação da experiência de uso da CNAE a partir da segunda metade dos anos noventa
- 6) Porque a necessidade de revisão da classificação de atividades econômicas em 2007
- 7) Rede de classificações econômicas internacionais e nacionais
- 8) Acordo internacional para a entrada em vigor das novas versões das classificações
- 9) Sincronia com a revisão da ISIC 4 / CPC / HS: Princípios observados na revisão da CNAE
- 10) Calendário Revisão 2007 CNAE atrelado ao da ISIC 4
- 11) Mudanças na CNAE
  - Seção J – Informação e Comunicação
  - Seção E - água, esgoto e atividade de gestão de resíduos e descontaminação
- 12) Número de seções e divisões na CNAE 1. e 2.0 por grandes segmentos de atividades destaque para o aumento de categorias dos serviços de mercado
- 13) Atividades que não sofreram alterações relevantes de conteúdo e de estrutura
- 14) Atividades de serviços com algumas alterações no âmbito
- 15) Atividades de serviços com aumento de destaque e detalhamento das categorias
- 16) Outras mudanças seguindo a ISIC 4
- 17) Comparação da estrutura hierárquica entre a CNAE 1.0 e a CNAE 2.0
- 18) Extensão das alterações
- 19) Implementação da CNAE 2.0: desafios e oportunidades
- 20) Desafios
- 21) Calendário da transição para a versão 2.0 da CNAE/CNAE-Fiscal
- 22) Implementação da CNAE 2.0: calendário em processo de definição
- 23) Canais de comunicação e de informação

## **Ampliação do**

---

# **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**

**Data 25/08/06**

# Resumo

- **Introdução**
  - SNIPC, Objetivos, Justificativa.
- **Metodologia**
  - Modelo nacional
  - Cobertura geográfica nos estados
- **Fases do Projeto**
  - Principais etapas
  - Cronograma de Implantação

# SNIPC

- Implementado em 1979
  - **Produção de indicadores econômicos segundo padrões idênticos de coleta, cálculo, análise e divulgação de resultados.**
- Indicadores: INPC, IPCA, IPCA15 e IPCAE

# SNIPC

## Cobertura Geográfica Atual

### Regiões metropolitanas

Rio de Janeiro

Porto Alegre

Belo Horizonte

Recife

São Paulo

Fortaleza

Salvador

Belém

Curitiba

Município de Goiânia

Distrito Federal

# Ampliação do SNIPC

**Objetivo: Definição de um modelo nacional para o SNIPC**

# Justificativas

## Diminuição da representatividade do modelo atual

Ano	% Pop
1980	44,0
1996	39,5
2000	38,0
2004	37,0

Fonte : Censo 2000, Contagem 96, PNAD 2004 e Projeções de população COPIS

## **Novas Regiões Metropolitanas**

## **POF Nacional**

## **Recomendação OIT**

# Ampliação

## ALTERNATIVAS ANALISADAS - Primeira Fase

- **Alt. 1 – Índice nacional formado pela agregação de 26 indicadores estaduais mais o DF.**
- **Alt. 2 - Indicadores para os estados do do sul, sudeste e nordeste e regionais p/ centro-oeste. norte e**
- **Alt. 3 - Apenas um indicador nacional**

# Fatores considerados

- População
- Demandas de usuários
  - Governo, Universidades, Institutos Estaduais, ONGs, usuários internos, etc.
- Características político-administrativas do país
- Custos
- Viabilidade operacional

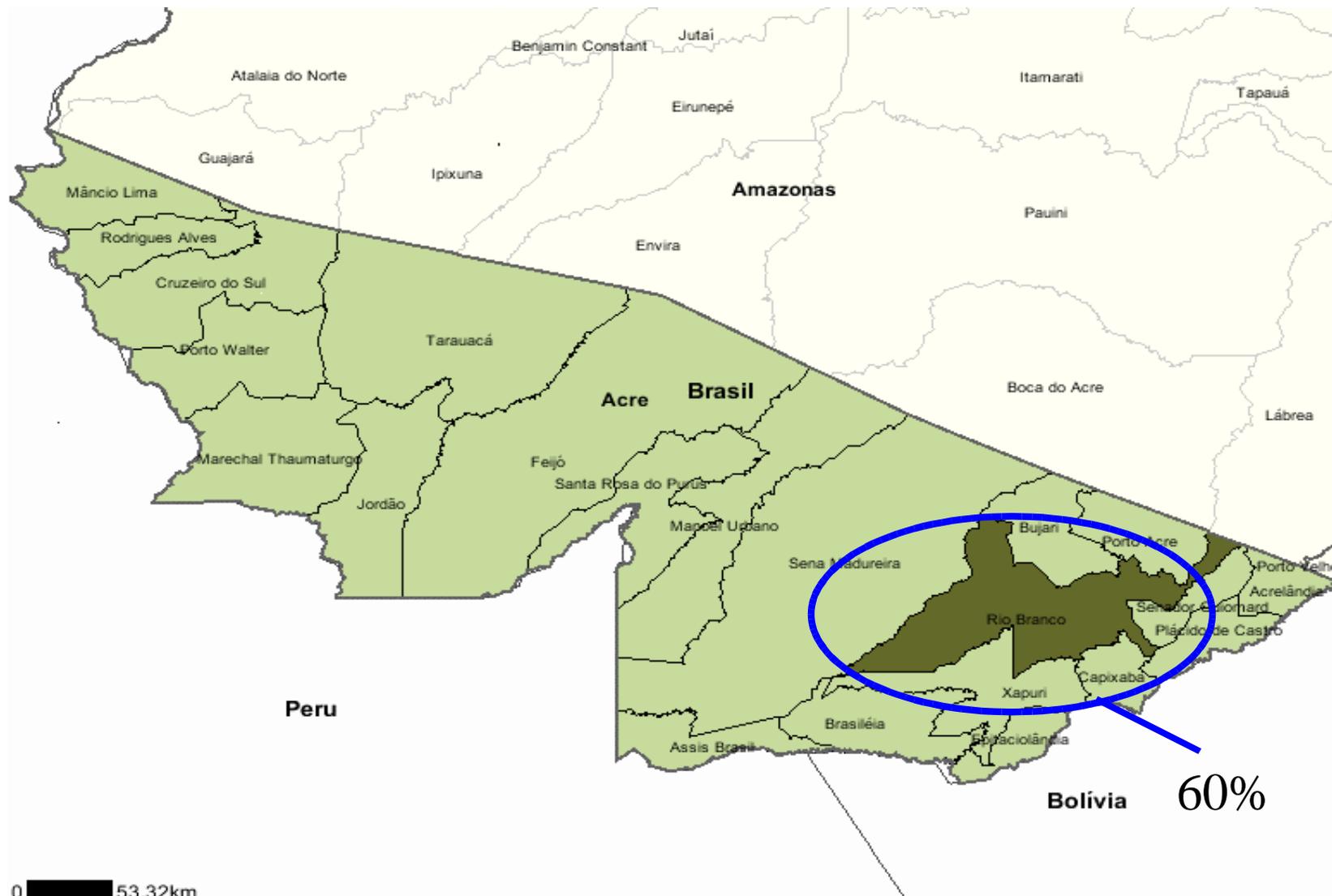
# **Modelo escolhido: Alternativa 1**

## **Indicadores para todas as UFs**

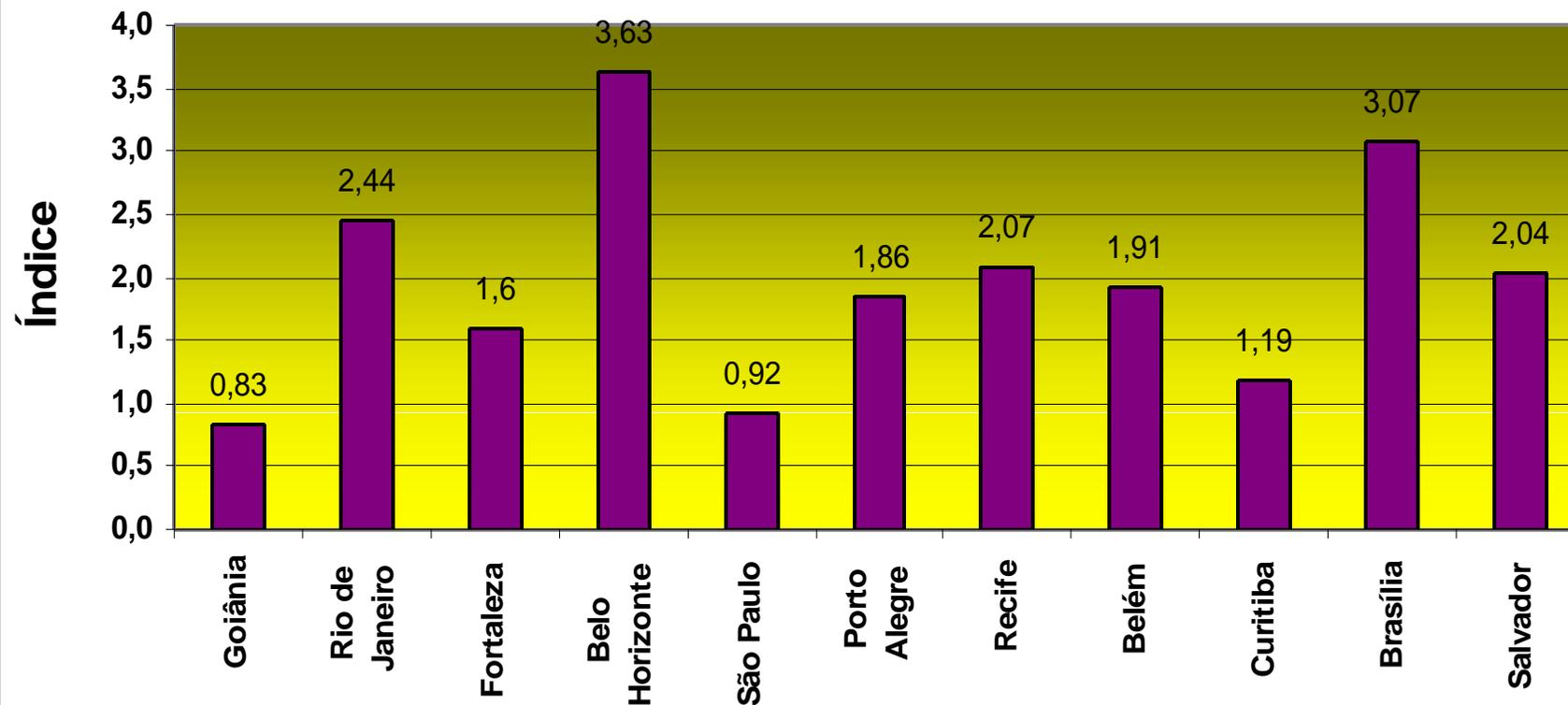
### **VANTAGENS.**

- **Engloba as outras duas.**
- **Atende melhor às demandas dos usuários**
- **Tratamento igual; sem “ônus político” para IBGE.**
- **Acompanhamento de políticas locais.**
- **Indicadores mais precisos.**
- **Incluir áreas das Regiões Norte e CO não inviabiliza a pesquisa**

# Acre

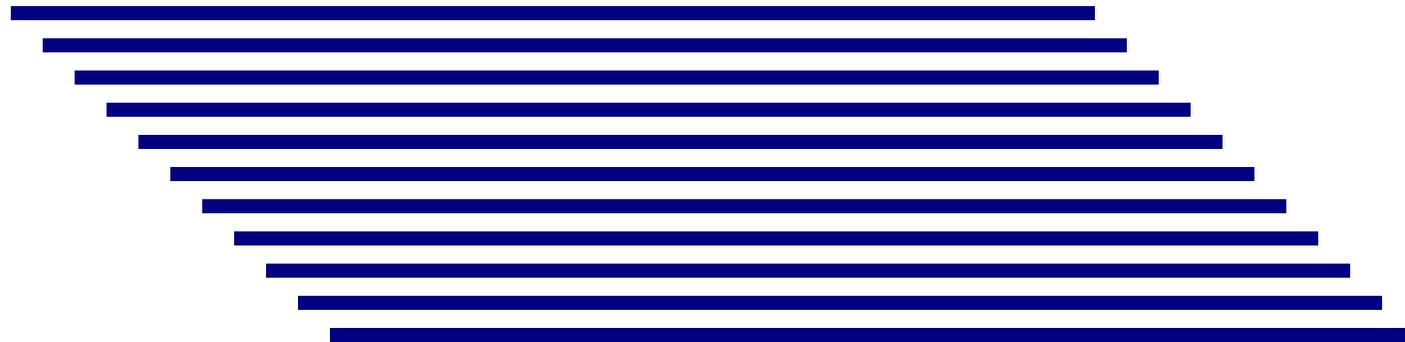


## IPCA Acumulado 2006



# Modelo escolhido

# Índices por UFs



# Cobertura dentro das UFs

## Segunda Fase

- **Mesma metodologia do nível nacional,**
  - **Identificando Alternativas e analisando-as.**  
(Operacionalização, cobertura populacional, etc)

**“Opções”:**

- **Toda UF**
- **Parcela dentro de cada estado.**
- **Apenas capitais**

# Cobertura dentro das UFs

- **Opção a ser considerada: Toda UF**
  - **Representatividade para todo o estado.**
  - **É a mais abrangente das alternativas.**
  - **POF desenhada para município da capital e para Unidades da Federação.**
  - **Amostra Probabilística**

# Cobertura dentro das UFs

- **Identificação de:**
  - **Regiões de alta concentração populacional - RACs.**
  - **Regiões de baixa concentração populacional RBCs.**

## Critérios gerais - RACs

- São formadas por municípios.
- Abrangência mínima de 45%.
- Cada Estado tem, no mínimo, uma RAC.
- Demais RACs (caso existam) obedecem à ordem decrescente das cidades mais populosas.

# Critérios gerais - RACs

- **A seleção dos “ENTORNOS” das sedes é feita considerando-se:**
  - **População urbana mínima de 22.500 habitantes**
  - **Densidade de 1,5 vezes o valor da do Brasil (19,94)**
  - **Percentual mínimo de 0,4% da população do Estado.**

# METODOLOGIA

## **OBS.:**

**Cidades com populações maiores que Roraima são RACs**

**Fazem parte 2 cidades do Rio de Janeiro, 12 de São Paulo, 2 do Paraná e 1 do Rio Grande do Sul.**

## **Obs.: Piauí**

**No Piauí a RAC 1 é formada por todos os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento.**

# Espírito Santo

## Municípios RACs

Cachoeiro do Itapemirim

Cariacica

Colatina

Fundão

Gurapari

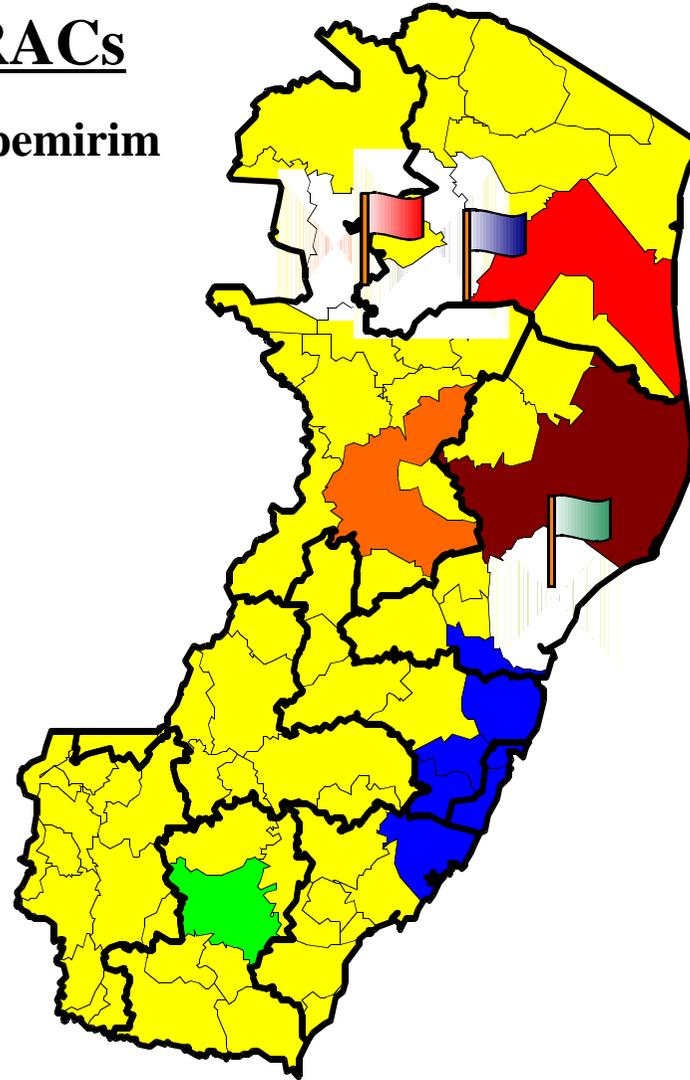
Linhares

São Mateus

Serra Viana

Vila Velha

Vitória



RAC 1 ( Vitória )

RAC 2 ( Cach. Itapemirim )

RAC 3 ( Linhares )

RAC 4 ( Colatina )

RAC 5 ( São Mateus )

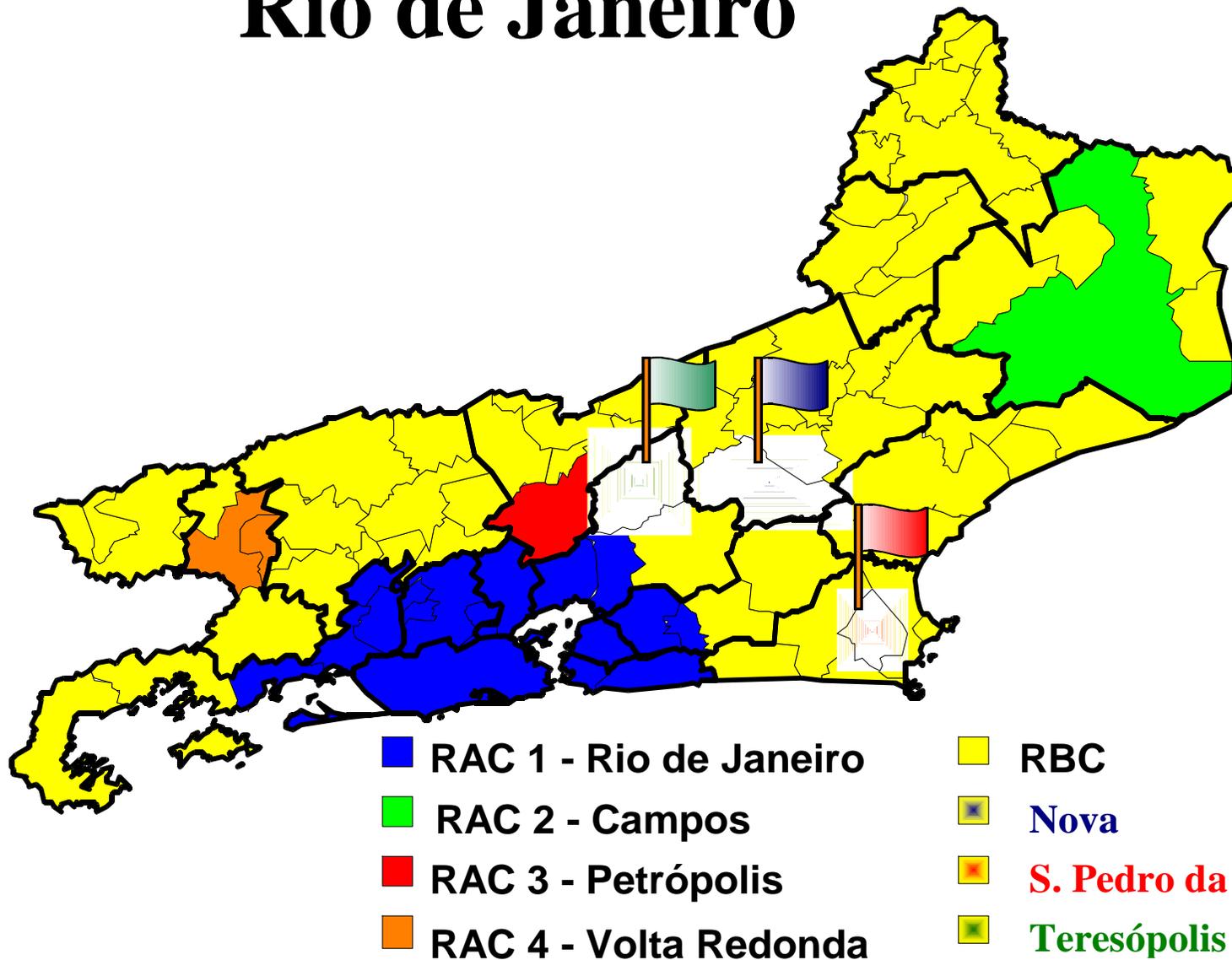
RBC

Aracruz

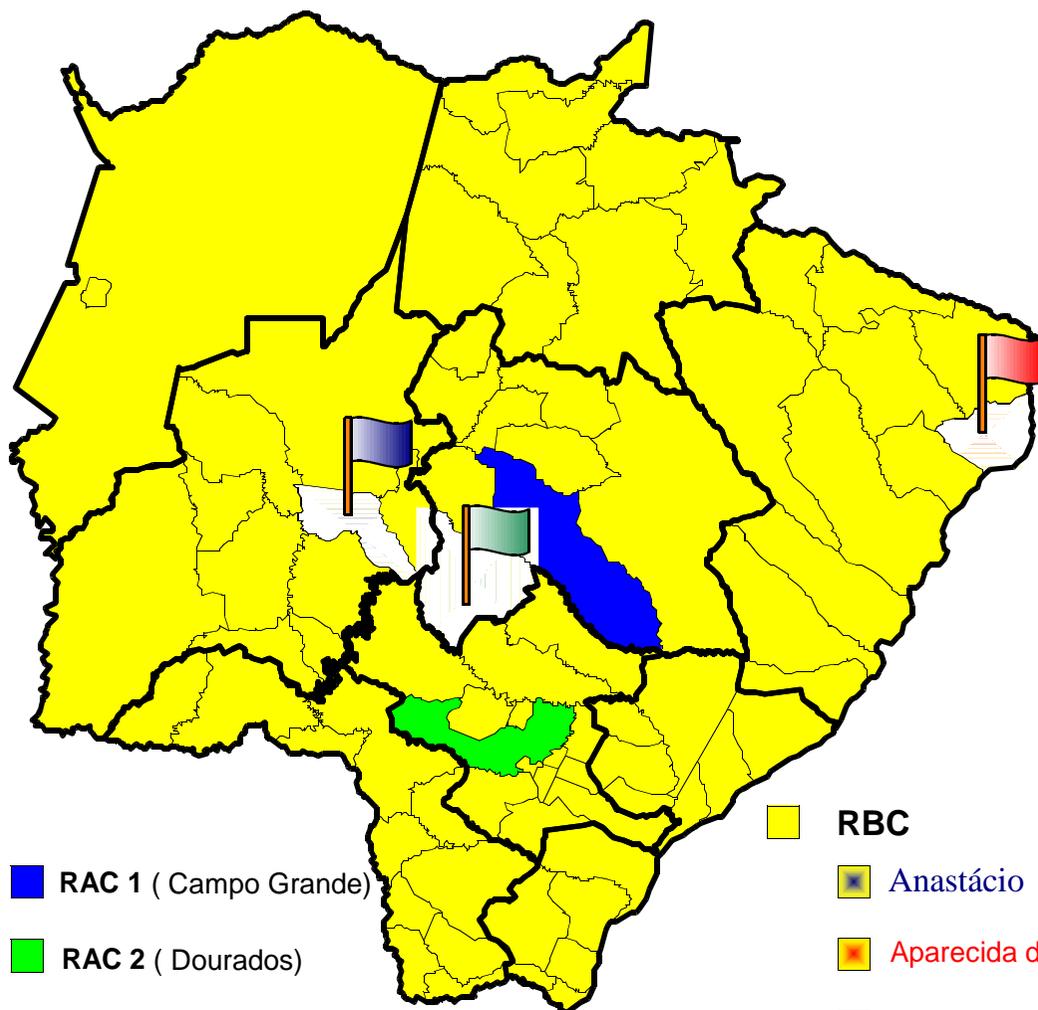
Barra de S. Francisco

Nova Venécia

# Rio de Janeiro



# Mato Grosso do Sul



RAC 1 ( Campo Grande)

RAC 2 ( Dourados)

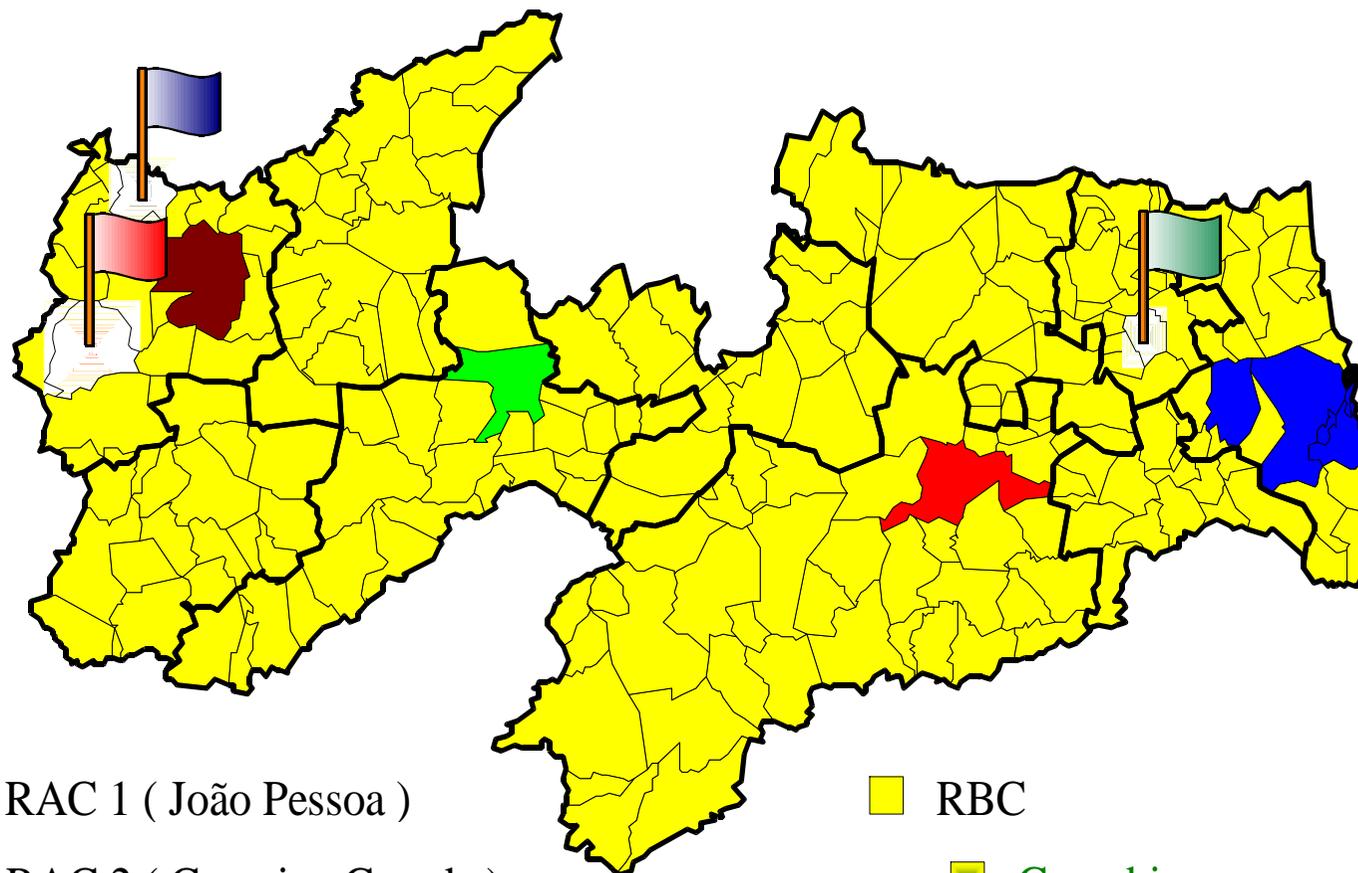
RBC

Anastácio

Aparecida do Taboado

Sidrolândia

# Paraíba



 RAC 1 ( João Pessoa )

 RAC 2 ( Campina Grande )

 RAC 3 ( Patos )

 RAC 4 ( Sousa )

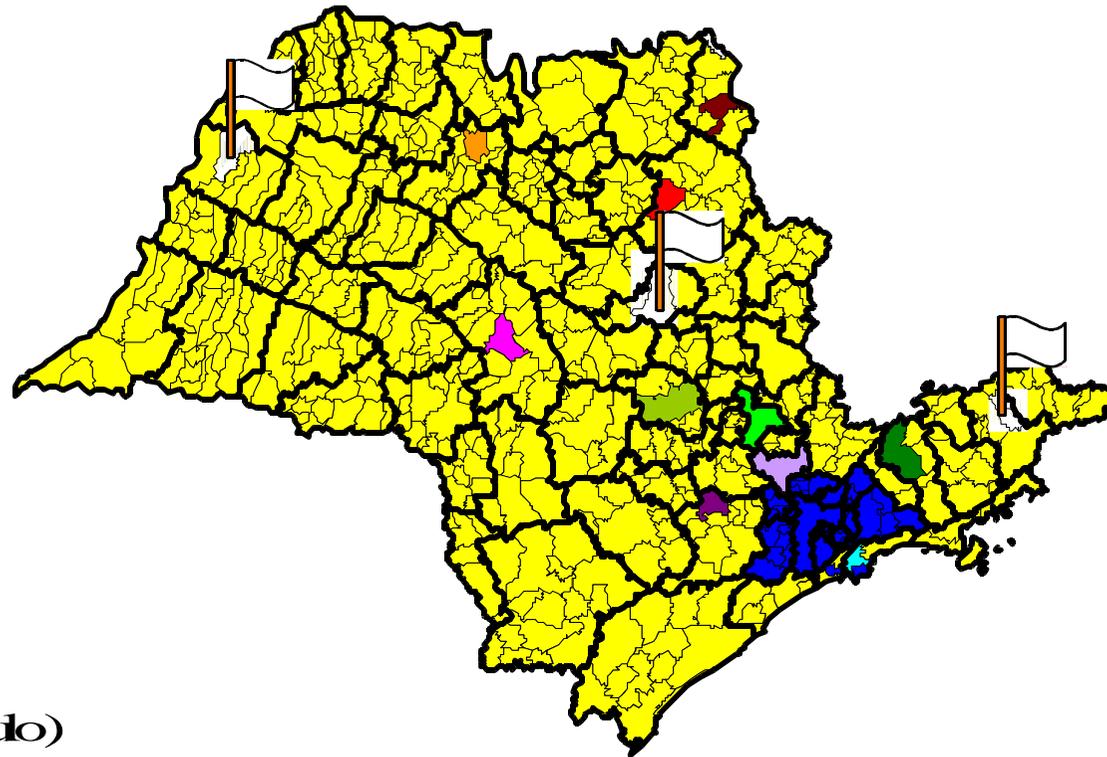
 RBC

 Guarabira

 Cajazeiras

 Uiraúna

# São Paulo



RAC1 (São Paulo)

RAC2 (Campinas)

RAC3 (S. José dos Campos)

RAC4 (Ribeirão Preto)

RAC5 (Sorocaba)

RAC6 (Santos)

RAC7 (S. José do Rio Preto)

RAC8 (Itacatuba)

RAC9 (Bauri)

RAC10 (Jundiaí)

RAC11 (Franca)

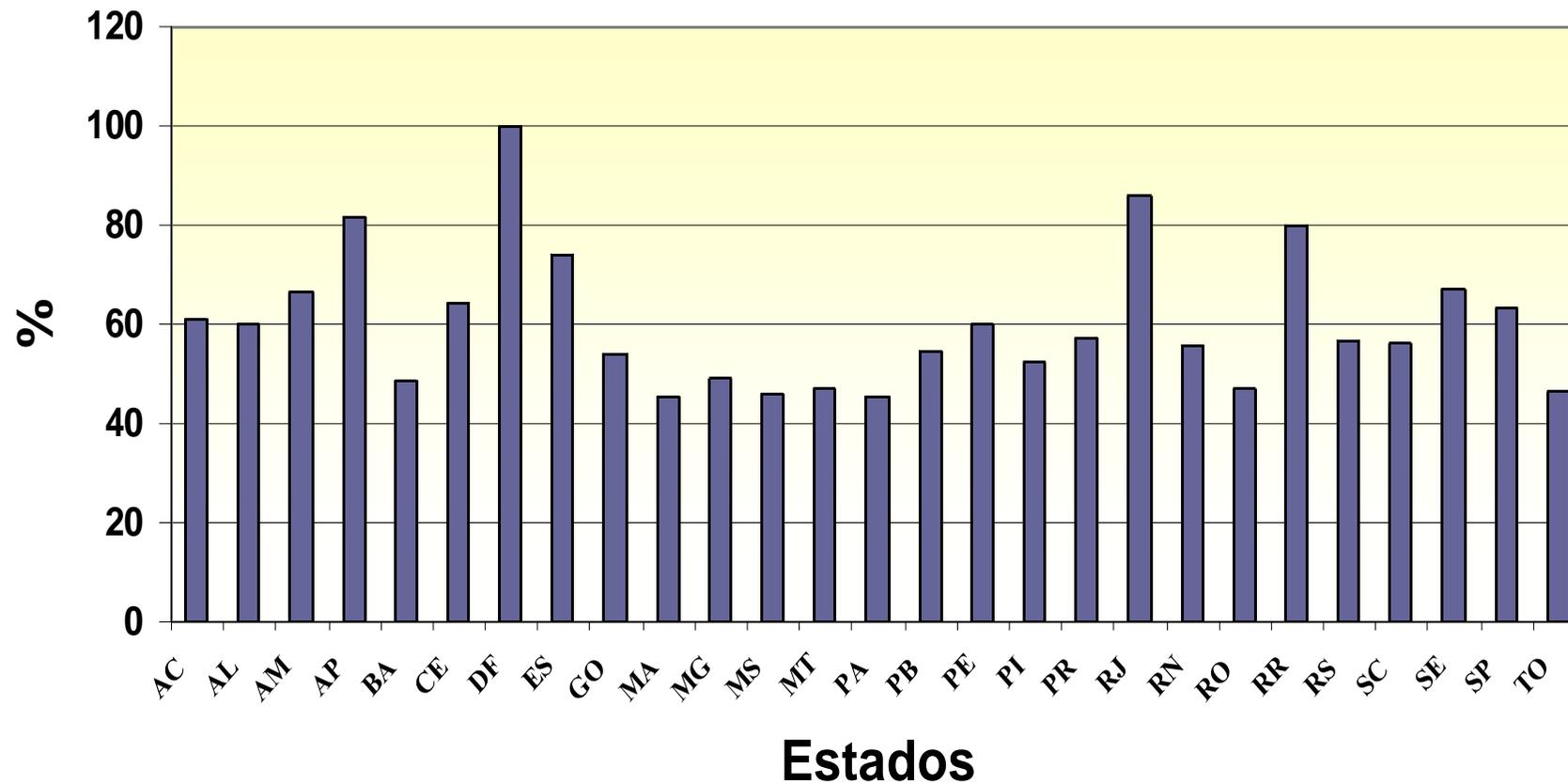
RBC

Aracatuba

Lorena

São Carlos

## Participações das RACs nas UFs



# Cronograma

- **Seleção de estabelecimentos comerciais e listagem MS e ES – Set/2006**
- **Pesquisa de especificação de produtos e serviços (PEPS) – Fev/2007**
- **Coleta Piloto MS e ES: Ago/2007**
- **Implantação (SC, AM, PB, SP): Set/2007**
- **Demais áreas a partir de Set/2008**

# Destques

- Desconcentração das amostras
- Amostragem probabilística
  - precisão dos índices estimados



# **INDICE DE PRECIOS NACIONAL - PRIMERA ETAPA, BASE 2003 = 100**

**INDEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y CENSOS  
Secretaría de Política Económica  
Ministerio de Economía y Producción

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## *Antecedentes:*

### IPC GBA:

- ✓ Bases: 1933, 1943, 1960, 1974, 1988, 1999.
- ✓ Población de referencia
- ✓ Cobertura geográfica

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## Objetivos:

- ✓ Obtener IPC de cobertura nacional
- ✓ Obtener IPC Provinciales

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

---

1era. Encuesta de Gastos a nivel nacional 1996-1997 (ENGH)  
=> Permite encarar el proyecto del IPC Nacional

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

*A partir de la ENGH 96-97*

---

- ✓ Cambio de base del IPC GBA
- ✓ Desarrollo de proyecto del IPC Nacional

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## *Características*

---

- ✓ Metodología común
- ✓ Se calcula a partir de los IPC Provinciales
- ✓ Los IPC Provinciales se agregan por proporción del gasto provincial en el total nacional

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## *Características*

---

- ✓ Cada provincia recolecta precios en su ciudad capital y en ciudades relevantes.
- ✓ El IPC GBA está incluido en el IPC Nac

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## *Características*

---

- ✓ La capacitación, los desarrollos metodológicos, el cálculo están a cargo del equipo central en INDEC.
- ✓ La base de datos está en INDEC, cada provincia está on line.
- ✓ El relevamiento de precios, recepción, ingreso, y primeros controles se hacen en cada provincia.

**INDEC**

## IPC NACIONAL - Primera Etapa

*Desarrollo del proyecto en 3 etapas:*

---

Por grupos de provincias según proporción del gasto:

1era etapa) 83.10% del gasto de consumo del total país.

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## *Provincias de primera etapa*

**GBA** (Ciudad de Buenos Aires -24,14% y 24 partidos - 34,77%) **58,91%**

**Buenos Aires** (La Plata, Mar del Plata) **14,54%**

**Córdoba** **9,31%**

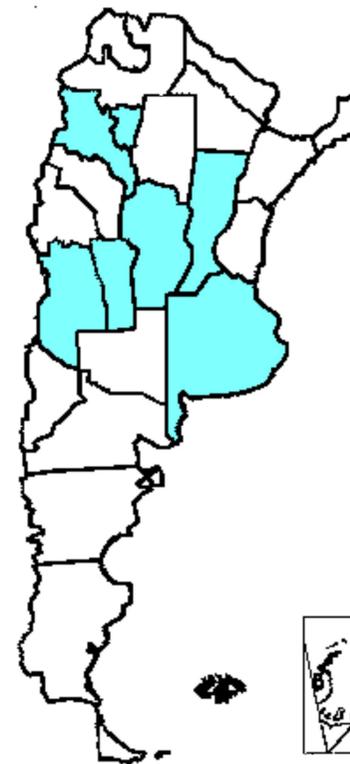
**Santa Fe** (Santa Fe, Rosario) **8,65%**

**Mendoza** **4,07%**

**Tucumán** **3,00%**

**San Luis** **0,81% (\*)**

**Catamarca** **0,70% (\*)**



**INDEC**

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

## ***Actividades de preparación para el IPC Nacional en cada provincia.***

---

- 1. Selección de la Canasta Preliminar**
- 2. Taller con los responsables de cada equipo provincial (por aglomerado)**
- 3. Canastas y diseño de formularios**
- 4. Diseño de la muestra de informantes (CNE 94)**

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

***Actividades de preparación para el IPC Nacional en cada provincia.***

---

- 5. Preparación de la captura de precios**
- 6. Captura de precios – Período de prueba**
- 7. Canastas de bienes y servicios definitivas**
- 8. Operativos especiales (tarifas, alquileres, educación, otros)**

**INDEC**

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

***Actividades de preparación para el IPC Nacional en cada provincia.***

---

**9. Período Base**

**10. Cálculo mensual preliminar**

# IPC NACIONAL - Primera Etapa

---

**El IPC Nacional de 1era etapa, período base año 2003 se comenzó a publicar en noviembre de 2005.**

**Se irán incorporando en sucesivas etapas el resto de las provincias.**

**Actualmente este indicador se publica el antepenúltimo día hábil de cada mes. Se espera ir acortando los plazos de difusión.**

**El IPC GBA, continúa con su cronograma de publicación habitual el 3er día hábil de cada mes.**

**INDEC**



INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS

**INDEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS  
Secretaría de Política Económica  
Ministerio de Economía y Producción

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –IBGE  
II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas  
e Territoriais  
V Conferência Nacional de Estatística – CONFEST  
Relatório Preliminar

No dia 25 de agosto de 2006, a Sra. Eulina Nunes, Chefe da Coordenação de Índices de Preços, fez a abertura da palestra “Ampliação do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor - SNIPC”, com um conciso comentário sobre a relevância deste projeto e, a seguir, apresentou os debatedores Sr. Paulo Fernando Mahaz Simões, Gerente do Projeto de Ampliação do SNIPC, e a Sra. Graciela Bevacqua, Diretora do Departamento de Índice de Preços do Instituto Nacional de Estatística da Argentina.

O palestrante Sr. Paulo Mahaz fez uma breve introdução ao tema da palestra, assinalando os objetivos, a metodologia e as fases do projeto. Afirmou que o Projeto Ampliação tem como uma das metas principais aumentar a abrangência geográfica do SNIPC, atualmente compreendendo dez regiões metropolitanas, Goiânia e Brasília. Ademais, a geração de um IPC nacional compreende a implantação paulatina das 27 áreas, inicialmente com a realização de uma pesquisa piloto em dois estados: Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.

O estatístico do IBGE destacou que a produção de indicadores de inflação pelo SNIPC, obedece à padrões idênticos de coleta, cálculo, análise e divulgação de resultados. Descreveu a cobertura geográfica atual: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife, São Paulo, Fortaleza, Salvador, Curitiba, Belém, Goiânia e Brasília. Logo a seguir, justificou a indispensabilidade de um modelo nacional devido à perda de representatividade do padrão atual de cobertura, além do surgimento de novas regiões metropolitanas e a pertinência de um IPC nacional dada a disponibilidade de uma POF nacional. Por último, a decisão tem o respaldo das recomendações da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Dando prosseguimento a apresentação, o Sr. Paulo Mahaz descreveu as três alternativas consideradas na etapa de escolha daquela que melhor representaria um indicador nacional de inflação. A primeira opção abrangia a cobertura geográfica de 26

unidades da federação acrescidas do distrito federal. A segunda, mais restrita, definia o cálculo de IPCs para os estados (UFs do sudeste, nordeste e sul, além de indicadores regionais para a região norte e centro-oeste. Por último, apenas um indicador nacional. O palestrante argumentou que a primeira proposta era mais abrangente por incluir as duas últimas.

Na escolha da opção ideal, alguns fatores objetivos foram considerados para respaldar a escolha adequada, como, por exemplo:

- a) O percentual representativo da população
- b) A demanda de usuários internos (Ex. Contas Nacionais) e externos (governo, universidades, institutos de pesquisas, etc)
- c) As características político-administrativas do país
- d) Os custos e viabilidade operacional.

Portanto, a proposta de um indicador nacional que compreendesse todas as unidades da federação apresentou algumas vantagens importantes além de abranger as outras duas alternativas:

- 1) atende melhor às demandas dos usuários;
- 2) tratamento igual, sem ônus político para o IBGE;
- 3) acompanhamento de políticas locais;
- 4) indicadores mais precisos;
- 5) incluir as regiões Norte e Centro-oeste não inviabiliza a pesquisa.

Após a descrição dos critérios que auxiliaram na seleção pelo indicador nacional por intermédio da UF, o Sr. Paulo Mahaz apresentou a melhor maneira para retratar os estados da federação, considerando-se as seguintes opções:

- 1) pesquisar preços para a toda a UF
- 2) considerar apenas uma parcela dentro de cada UF
- 3) Apenas nas capitais.

Entretanto, ponderou que a primeira proposta era mais adequada já que garantiria a cobertura total da UF. A seguir, mencionou que esta escolha é consistente com o desenho amostral da POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares), que reflete uma cobertura para municípios da capital e unidades da federação. Também apontou que um dos objetivos do Projeto Ampliação está na concepção de um índice de preços probabilístico. Segundo o Sr.

Paulo Mahaz, a introdução de amostragem probabilística será responsável pela adequada representatividade da UF a partir da amostra de municípios e regiões.

O palestrante apresentou o método para viabilização da cobertura geográfica dentro da UF, a partir da concepção de regiões de alta (RAC) e baixa (RBC) concentração populacional. A primeira reflete áreas com abrangência geográfica de no mínimo 45% da população. Cada UF deve conter pelo menos uma RAC e, caso existam outras RACs, estas deverão obedecer um ordenamento decrescente conforme o tamanho da população.

Quanto a seleção dos “entornos” da RAC principal (sede das RACs), o Dr Paulo Mahaz descreveu como critério de aglutinação das áreas adjacentes os seguintes pontos:

- 1) população urbana mínima de 22.500 habitantes,
- 2) densidade de 1,5 vezes a densidade verificada para o Brasil (19,94 hab./km<sup>2</sup>),
- 3) percentual mínimo de 0,4% da população do Estado.

O espalhamento das RACs e RBCs, dentro da UF, foi ilustrado com a exibição dos seguintes mapas: Espírito Santo, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Paraíba e São Paulo. Complementando estes exemplos, o técnico descreveu quais eram as participações das RACs em todas as UFs.

O Sr. Paulo Mahaz definiu o cronograma do Projeto Ampliação, estabelecendo as seguintes etapas:

- 1) A partir de setembro de 2006, seleção de estabelecimentos comerciais e listagem no Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.
- 2) Pesquisa de especificação de produtos e serviços (PEPS) em fevereiro de 2007.
- 3) Coleta piloto nos estados do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul em agosto de 2007.
- 4) Implantação no SNIPC de quatro novas áreas (SC, AM, PB e SP) em setembro de 2007.
- 5) Demais áreas a partir de setembro de 2008.

Concluindo sua apresentação, o palestrante destacou a importância da desconcentração das amostras e a relevância da amostragem probabilística, pois possibilitará estabelecer a precisão dos índices estimados.

\*\*\*

Dando prosseguimento ao seminário, a representante do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina, Sra Graciela Bevacqua, Diretora do Departamento de Índice de Preços, expôs a experiência de ampliação geográfica dos índices de preços na Argentina, tendo como objetivo final obter um IPC nacional.

Segundo a diretora do INE da Argentina, o projeto “IPC Nacional” buscou conceber indicadores de inflação para dois tipos de cobertura geográfica, um índice de preços nacional e, desagregadamente, para as províncias. Com este propósito, afirmou que foi imprescindível a realização em 1996-1997 da Primeira Pesquisa de Orçamentos Familiares Nacional. Também destacou que o índice de preços nacional será obtido a partir da agregação dos IPCs provinciais, ponderando-se os mesmos pela proporção das despesas gastos das províncias no gasto nacional total. O IPC da Grande Buenos Aires está incluído no IPC nacional. Enfatizou que foi adotada uma metodologia comum para todos os índices de preços.

A Dra Graciela Bevacqua informou que a coleta de preços nas províncias continua sendo realizada nas respectivas capitais e nas cidades mais importantes. Destacou que a implementação de um IPC nacional envolveu várias etapas, sendo que as primeiras províncias absorvidas pelo projeto e seus respectivos pesos foram a Grande Buenos Aires (cidade de Buenos Aires – 24,14% e 24 distritos – 34,77%), Buenos Aires do Interior ( Mar del Plata e La Plata – 14,54%), Córdoba (9,31%), Santa Fé (Santa Fé e Rosário – 8,65%), Mendoza (4,07%), Tucumán (3%), San Luis (0,81%) e Catamarca (0,70%).

Seguindo a explanação, a representante do INE da Argentina delimitou as atividades iniciais para a realização dos IPCs das províncias, como o desenho das amostras preliminares de produtos e estabelecimentos, o planejamento das coletas de preços experimental e definitiva e, adicionalmente, aspectos operacionais, como a concepção dos questionários de coleta de preços e a realização de oficinas com os responsáveis de cada uma das províncias. Finalizando sua exposição, assegurou que o IPC nacional foi implantado em novembro de 2005, com ano base em 2003.

# **SINAPI**

**SISTEMA NACIONAL DE  
PESQUISA DE CUSTOS E  
ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO  
CIVIL**

## Histórico

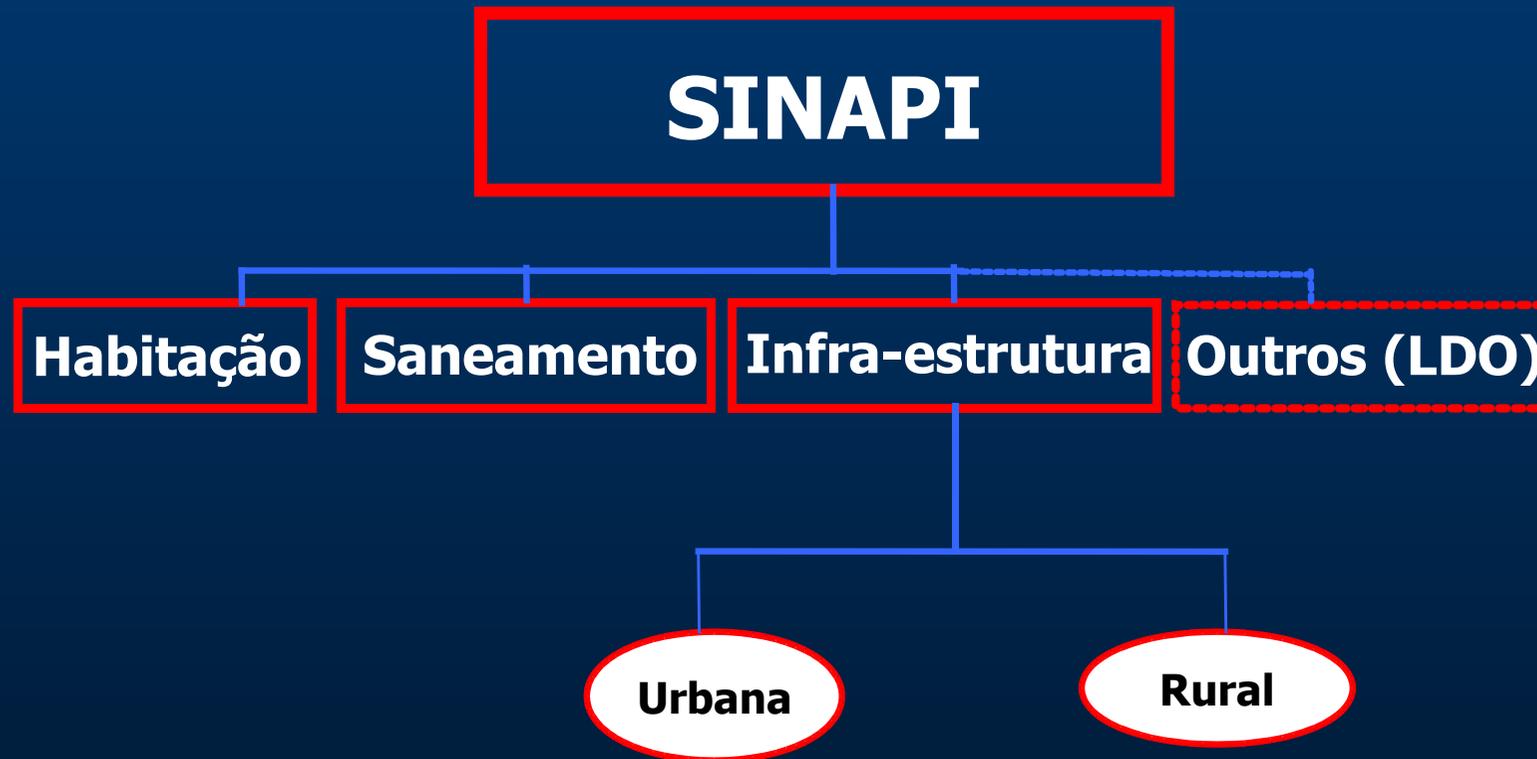
- ▶ Sistema criado para fornecer informações sobre **custos** e **índices** da construção civil na área habitacional.
- ▶ Implementado pelo BNH em 1969, em parceria com o IBGE e posteriormente adotado (em 1986) pela **CAIXA** como **sistema corporativo** de custos e índices.

## Determinação Legal

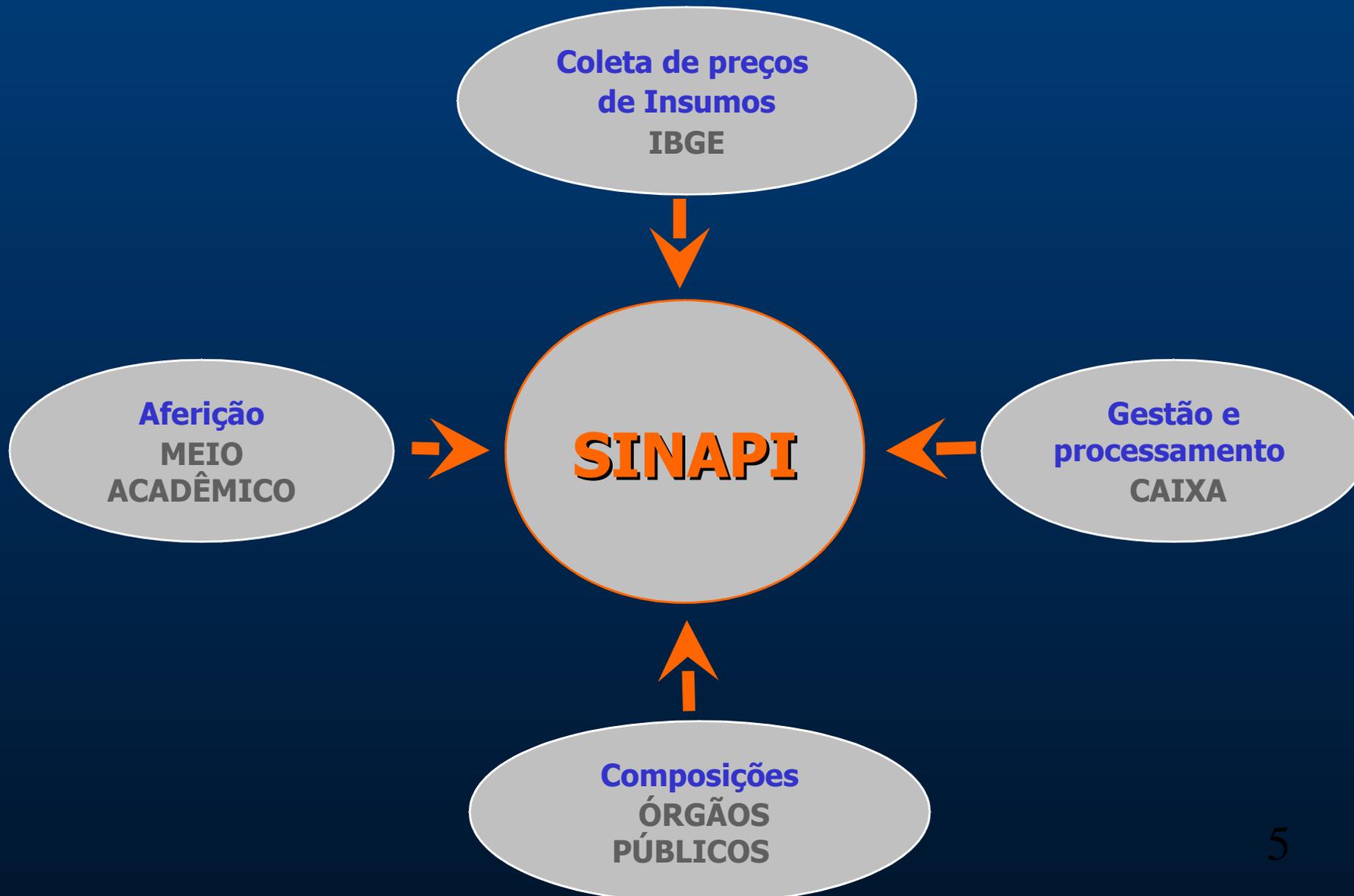
- **Resolução 161** (CCFGTS 1994)
- **Lei 10.524** (LDO 2003)
- **Lei 10.707** (LDO 2004)
- **Lei 10.934** (LDO 2005)
- **Lei 11.178** (LDO 2006)

*" Art. 112. Os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos da União não poderão ser superiores à mediana daqueles constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Sinapi, mantido pela Caixa Econômica Federal, que deverá disponibilizar tais informações na internet."*

# Abrangência do Sistema



# Estruturação - Isenção



# Isenção x Convênios

- **Tribunal de Contas da União – TCU**
- **Tribunal de Contas Estaduais – TCE –MG**
- **Superior Tribunal Militar - STM**
- **Controladoria Geral da União - CGU**
- **Ministério Público Federal - MPF**
- **Departamento de Polícia Federal – DPF**
- **Justiça Federal - RJ**
- **Ministérios** (Defesa, Justiça, Saúde, Integração e Turismo)
- **Infraero**
- **Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos**
- **Companhia do Metropolitan do Distrito Federal - METRÔ/DF**
- **Banco Nossa Caixa**
- **Secretarias Estaduais**
- **Prefeituras Municipais**

## Módulos

- ▶ **Módulo Custos e Índices (SINAPI Web)** – Sistema em ambiente público (internet), criado para geração de índices estaduais, regionais e nacionais da construção civil.
- ▶ **Módulo de Orçamentação (SINAPI-SIPCI)** – Sistema que apóia a elaboração de Orçamentos de projetos específicos, em ambiente restrito aos profissionais CAIXA e dos Órgãos Públicos conveniados.

# Módulo Custos e Índices (SINAPI Web)

- ▶ Índices estaduais, regionais e nacionais da construção civil.
- ▶ Custos de projetos:
  - ❖ **Habitacionais** - Unidades uni e multifamiliares e Prédios Comerciais;
  - ❖ **Equipamentos Comunitários** - Creches, Escolas, Postos Saúde, Quadras de Esporte, Centros Comunitários, Posto Policial, Posto Telefônico, Terminal Rodoviário, Abrigos de Passageiros, Lavanderia e Mercados Públicos.
  - ❖ **Saneamento Básico** - Rede Distribuição Água, Reservatório, Rede de Esgoto, Fossa e Sumidouro e ETE.
  - ❖ **Emprego e Renda** - Casas de Farinha, Fábrica de Doces, Usina Arroz e Galpão Avícola)
- ▶ **Imagens** de todos os projetos;

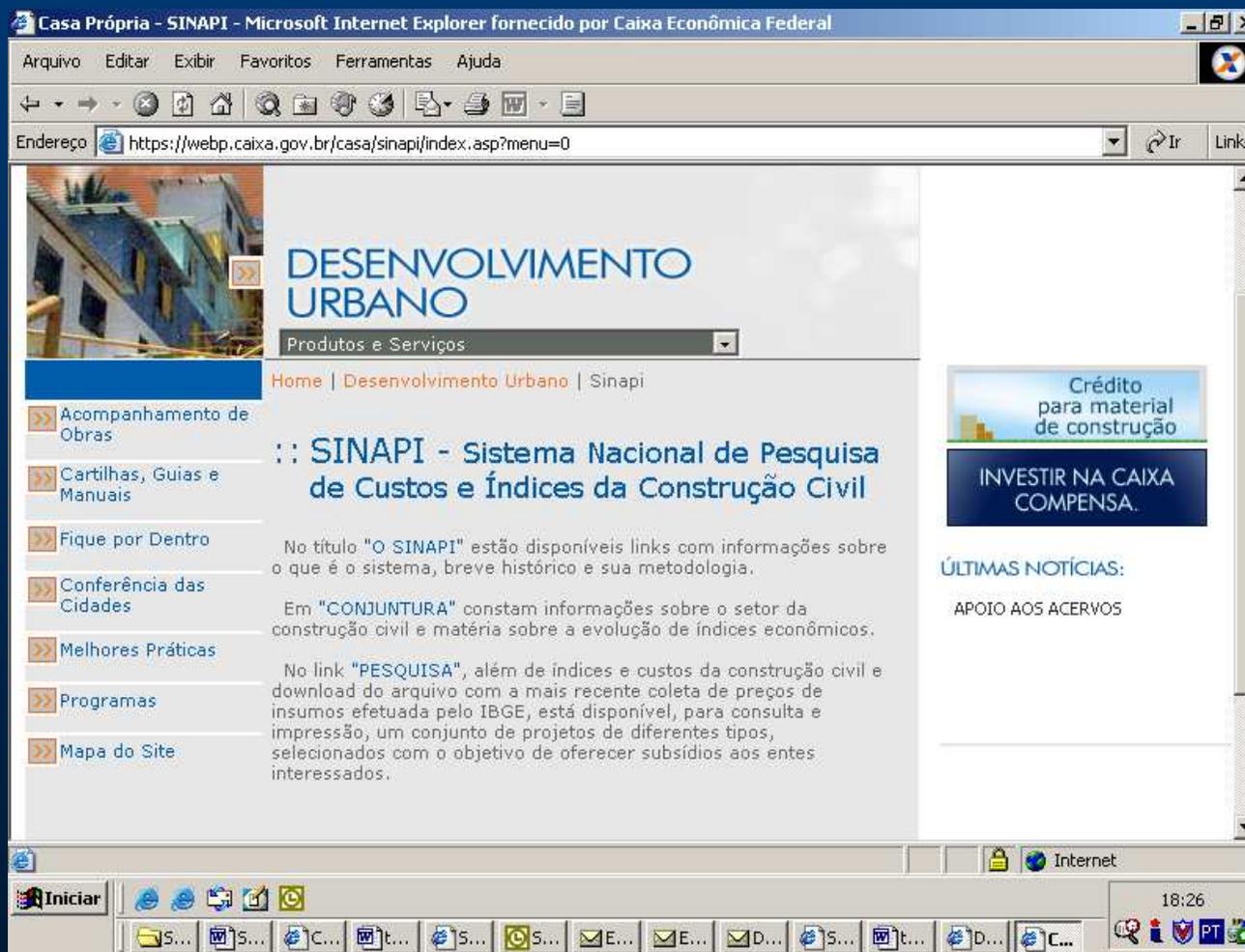
# **Módulo Custos e Índices (SINAPI Web)**

## **Informações Disponibilizadas**

(Internet – [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br))

# SINAPI WEB

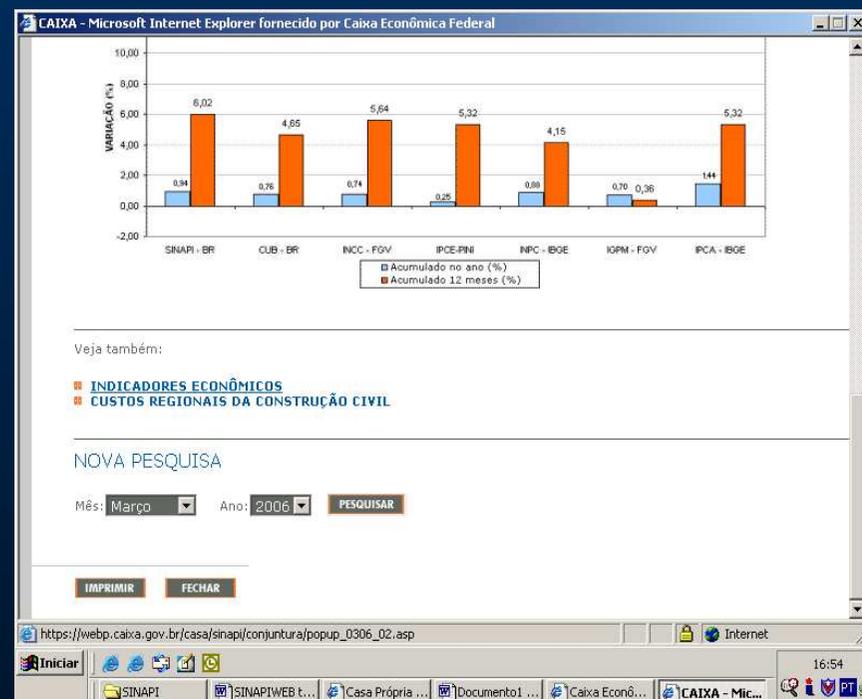
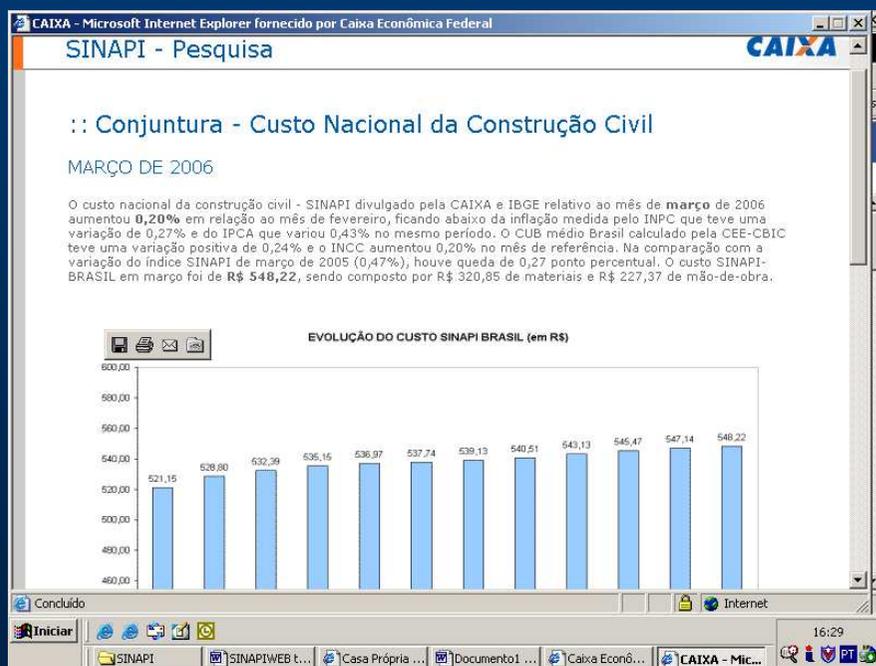
# Acesso



# SINAPI WEB

## “Conjuntura – Custo Nacional da Construção Civil”

### Informações



# SINAPI WEB

# Opção "Pesquisa – por Região"

The image shows a sequence of three browser windows illustrating the search process in the SINAPI system.

**Window 1: Home Page**  
 Title: Casa Própria - SINAPI - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal  
 URL: https://webp.caixa.gov.br/casa/sinapi/index1.asp  
 Content: "DESENVOLVIMENTO URBANO" section with a search form. The "Pesquisa por Estado" dropdown is set to "ACRE". A "PESQUISAR" button is visible.

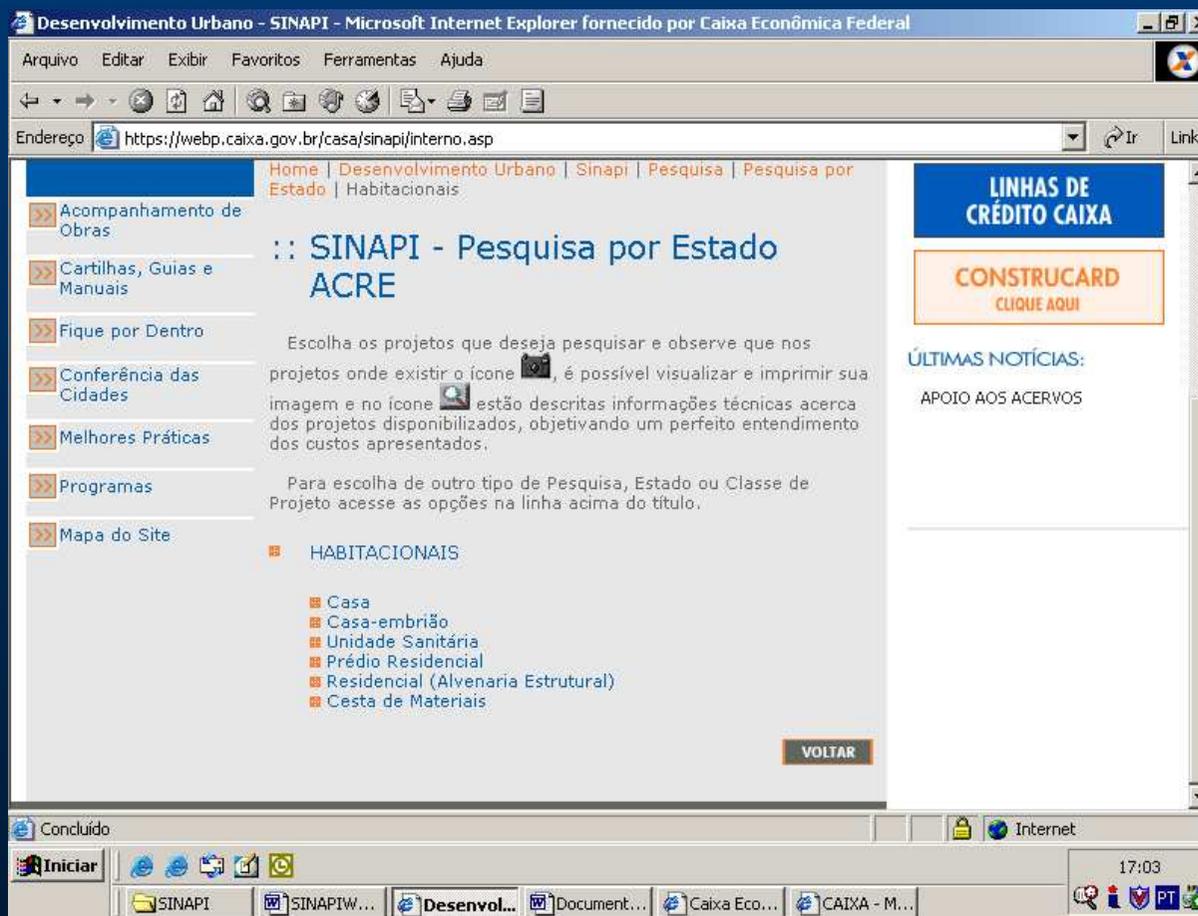
**Window 2: Search Results Page**  
 Title: CAIXA - SINAPI - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal  
 Content: "SINAPI - Pesquisa" header. A message instructs the user to click "Visualizar Resultado". Below, the search criteria are displayed: "Pesquisa por Região - Índices e Custos da Construção CENTRO OESTE". The "PERÍODO DE SELEÇÃO" section shows "Mes Inicial: Janeiro 2006" and "Mes Final: Março 2006". A "VISUALIZAR RESULTADO" button is present.

**Window 3: Results Page**  
 Title: Caixa Econômica Federal - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal  
 Content: "SINAPI - Pesquisa" header. Section: "ÍNDICES E CUSTOS DA CONSTRUÇÃO".  
 Metadata: Data de Preço: 03/2006, Emitido: 8/5/2006 às 18:15:06, Unidade Geográfica: CENTRO OESTE, Período de Pesquisa Selecionado: Janeiro/2006 a Março/2006.  
 Technical Info: BANCO NACIONAL DE REFERENCIA TÉCNICA, BDI: 0,00%, Enc. Soc. 1 122,82%, Série: CSI1, Sit. Série: Fechada, Classe PRJ: Edificacao, Índice Base SINAPI DEZ/98 = 100.  
 Table: "ÍNDICES E CUSTOS DA CONSTRUÇÃO" with columns: Meses, Número Índice, Custo Médio R\$/m², and Variação Percentual No Mês.

Meses	Número Índice	Custo Médio R\$/m²	Variação Percentual No Mês
01/01/2006	197,14	518,41	0,23
01/02/2006	197,48	519,31	0,17
01/03/2006	197,88	520,36	0,20

# SINAPI WEB

# Informações "Pesquisa – Estado – Classe de Projetos - Habitacionais"



## Opção "Pesquisa – Estado – Classe de Projetos – Habitacionais – Casa – Casa Isolada – Informações Técnicas"

**SINAPI - Pesquisa**

Informe o período de consulta e selecione os projetos que deseja, clique no botão "Visualizar Resultado" para visualizar o(s) resultado(s) da pesquisa escolhida. Você pode, ainda, modificar o critério inicial da sua pesquisa identificando um novo estado. Também é possível a mudança de Tipo de Projeto a partir da área "Nova pesquisa" na parte inferior desta tela, clicando no botão "Pesquisar".

**:: Pesquisa por Estado - Casa ACRE**

PERÍODO DE SELEÇÃO

Mês Inicial: **Março** 2006      Mês Final: **Março** 2006

Tipo	Código	Sigla	Características	Área	Detalhes
<input checked="" type="checkbox"/> Casa Isolada	0105	CP.1-2Q...40	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	40,65 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0100	CP.1-2Q...46	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	46,15	<b>Informações Técnicas</b>
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0110	CR.1-2Q...62	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	61,86 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0115	CR.1-3Q...104	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 3 quartos.	103,90 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0120	CR.1-4Q...122	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 4 quartos.	122,25 m <sup>2</sup>	

Ocorrência 1 a 5 de 08

# SINAPI WEB

## Opção "Pesquisa – Estado – Classe de Projetos – Habitacionais – Casa – Casa Isolada – Informações Técnicas"

CAIXA - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal

SINAPI - Pesquisa

Informe o período de consulta e selecione os projetos que deseja, clique no botão "Visualizar Resultado" para visualizar o(s) resultado(s) da pesquisa escolhida. Você pode, ainda, modificar o critério inicial da sua pesquisa identificando um novo estado. Também é possível a mudança de Tipo de Projeto a partir da área "Nova pesquisa" na parte inferior desta tela, clicando no botão "Pesquisar".

:: Pesquisa por Estado - Casa  
ACRE

PERÍODO DE SELEÇÃO

Mês Inicial: Março 2006    Mês Final: Março 2006

Tipo	Código	Sigla	Características	Área	Detalhes
<input checked="" type="checkbox"/> Casa Isolada	0105	CP.1-2Q...40	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	40,65 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0100	CP.1-2Q...46	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	46,15 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0110	CR.1-2Q...62	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	61,86 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0115	CR.1-3Q...104	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 3 quartos.	103,90 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0120	CR.1-4Q...122	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 4 quartos.	122,25 m <sup>2</sup>	

Ocorrência 1 a 5 de 08

CAIXA - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal

SINAPI - Pesquisa

Para o cálculo do orçamento final, dos Projetos Habitacionais sob consulta, deverão ser acrescidos ao CUSTO SINAPI os custos referentes aos itens abaixo relacionados, quando incidentes, para os quais o SINAPI, dadas as suas particularidades, não dispõe de informações mensalmente atualizadas.

- Elaboração de projetos e serviços topográficos.
- Mobilização e desmobilização de canteiro.
- Ligações definitivas de água, energia elétrica e esgoto sanitário, inclusive a hipótese de solução individual (fossa/sumidouro), quando for o caso.
- Fundações, exceto as rasas ou superficiais (já consideradas nos projetos de casas térreas e sobrados 2 pavimentos).
- Instalações provisórias de canteiro de obras (ligações provisórias de água, luz, telefone e esgoto; barracões; tapumes; placas de obras etc.).
- Equipamentos mecânicos e de combate a incêndio: elevadores, extintores etc.
- Complementos: ajardinamento e urbanização em geral, muros, arrimos, passeios, etc.
- Limpeza final da obra.
- BDI - Bonificação e Despesas Indiretas (administração central e local da obra; transporte e alimentação da pessoal; equipamentos de segurança: botas, luvas, capacetes etc.; máquinas e ferramentas; controles tecnológicos, licenças de obra, habite-se, certidões, impostos etc.).

Visualizar Resultado" para critério inicial da sua Projeto a partir da área

	Área	Detalhes
ame e 2	40,65 m <sup>2</sup>	
ame e 2	46,15 m <sup>2</sup>	
ame e 2	61,86 m <sup>2</sup>	
ame e 3	103,90 m <sup>2</sup>	
ame e 4	122,25 m <sup>2</sup>	

Ocorrência 1 a 5 de 08

# SINAPI WEB

## Opção "Pesquisa – Estado – Classe de Projetos – Habitacionais – Casa- Casa Isolada - Imagens

CAIXA - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal

**SINAPI - Pesquisa**

Informe o período de consulta e selecione os projetos que deseja, clique no botão "Visualizar Resultado" para visualizar o(s) resultado(s) da pesquisa escolhida. Você pode, ainda, modificar o critério inicial da sua pesquisa identificando um novo estado. Também é possível a mudança de Tipo de Projeto a partir da área "Nova pesquisa" na parte inferior desta tela, clicando no botão "Pesquisar".

**:: Pesquisa por Estado - Casa ACRE**

PERÍODO DE SELEÇÃO

Mês Inicial:      Mês Final:

Tipo	Código	Sigla	Características	Área	Detalhes
<input checked="" type="checkbox"/> Casa Isolada	0105	CP.1-2Q...40	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	40,65 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0100	CP.1-2Q...46	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	46,15 m <sup>2</sup>	Imagens
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0110	CR.1-2Q...62	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	61,86 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0115	CR.1-3Q...104	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 3 quartos.	103,90 m <sup>2</sup>	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0120	CR.1-4Q...122	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 4 quartos.	122,25 m <sup>2</sup>	

Ocorrência 1 a 5 de 08

17:26

Windows taskbar: Iniciar, SINAPI, SINAPIW..., Desenvol..., Document..., Caixa Eco..., CAIXA - ...

# SINAPI WEB

## Informações "Pesquisa – Estado – Classe de Projetos – Habitacionais – Casa – Casa Isolada – Imagens"

The screenshot shows a web browser window with the URL <https://webp.caixa.gov.br/casa/sinapi/plantas/105.pdf>. The main content is a floor plan titled "PLANTA BAIXA" with dimensions of 209,9 x 297 mm. The plan includes rooms such as "QUARTO 7,21 m²", "QUARTO 7,11 m²", "SALA 12,48 m²", and "BANHEIRO 4,59 m²". To the right of the plan, there is a sidebar with the CAIXA logo and a table of area details.

Visualizar Resultado" para  
critério inicial da sua  
Projeto a partir da área

	Área	Detalhes
ame e 2	40,65 m²	
ame e 2	46,15 m²	
ame e 2	61,86 m²	
ame e 3	103,90 m²	
ame e 4	122,25 m²	

Ocorrência 1 a 5 de 08

Windows taskbar shows: Iniciar, SINAPI, SINAPIW..., Desenvol..., Document..., Caixa Eco..., CAIXA - M..., https://...

# SINAPI WEB

## – Classe de Projetos – Habitacionais – Casa – Casa Isolada – Visualizar Resultado”

# Opção “Pesquisa – Estado

Informe o período de consulta e selecione os projetos que deseja, clique no botão "Visualizar Resultado" para visualizar o(s) resultado(s) da pesquisa escolhida. Você pode, ainda, modificar o critério inicial da sua pesquisa identificando um novo estado. Também é possível a mudança de Tipo de Projeto a partir da área "Nova pesquisa" na parte inferior desta tela, clicando no botão "Pesquisar".

**:: Pesquisa por Estado - Casa ACRE**

PERÍODO DE SELEÇÃO

Mês Inicial: Março 2006      Mês Final: Março 2006

Tipo	Código	Sigla	Características	Área	Detalhes
<input checked="" type="checkbox"/> Casa Isolada	0105	CP.1-2Q...40	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	40,65 m²	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0100	CP.1-2Q...46	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	46,15 m²	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0110	CR.1-2Q...62	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 2 quartos.	61,86 m²	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0115	CR.1-3Q...104	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 3 quartos.	103,90 m²	
<input type="checkbox"/> Casa Isolada	0120	CR.1-4Q...122	Isolada, 1 pavimento, com fundação baldrame e 4 quartos.	122,25 m²	

Ocorrência 1 a 5 de 08

PRIMEIRO   ANTERIOR   PRÓXIMO   ÚLTIMO

VISUALIZAR RESULTADO   Visualizar resultado

**SINAPI - Pesquisa**

**CUSTO UNITÁRIO / EVOLUÇÃO MENSAL**

Data de Preço: 03/2006      Emitido: 3/5/2006 às 17:20:55  
 Unidade Geográfica: **ACRE**  
 Período de Pesquisa Selecionado: **Março/2006 a Março/2006**

**Preços Medianos em R\$**

BANCO NACIONAL DE REFERENCIA TÉCNICA      BDI: 0,00%      Enc. Soc.: 122,82%  
 Série: CSI1      Sit. Série: Fechada      Classe PRJ: Edificacao

**CP.1-2Q...40**

CASA COM 1 PAVIMENTO, FUNDAÇÃO BALDRAME, COMPOSTA DE: SALA, 2 QUARTOS, CIRCULAÇÃO, BANHEIRO E COZINHA. ÁREA ÚTIL: 34,32M2.  
 Área construída: 40,65 m²

Meses	Padrão de Acabamento					
	NORMAL		BAIXO		MINIMO	
	Em R\$/m²	Varição Percentual No Mês	Em R\$/m²	Varição Percentual No Mês	Em R\$/m²	Varição Percentual No Mês
01/03/2006	577,92	0,25	428,34	0,04	356,58	0,07

Relatório 1 de 1

\*Conforme periodicidade definida pelo usuário.

PRIMEIRO   ANTERIOR   PRÓXIMO   ÚLTIMO

# **Módulo de Orçamentação**

## **(SINAPI-SIPCI)**

## SISTEMA DE ORÇAMENTAÇÃO



Habitação, Saneamento, Infra-estrutura Urbana, Rural e Equipamentos Diversos



Permite o cadastramento de projetos, atribuindo-se parâmetros específicos, para posterior orçamentação e geração de planilhas orçamentárias.

## **Objetivos do Sistema (SINAPI-SIPCI)**

- **Substituir com atualizações técnicas e tecnológicas o atual Sistema de Custos da Construção Civil da CAIXA – CSF;**
- **Atendimento aos técnicos da CAIXA e dos diversos órgãos públicos conveniados com a CAIXA, tais como o Tribunal de Contas da União, Ministério da Defesa, Ministério do Planejamento, Ministério Público Federal, dentre outros;**
- **Estar disponível na Internet, de modo a ser acessado em qualquer localidade do território nacional.**

**SINAPI-SIPCI****Conceitos**

## Gradualidade do Sistema

**INSUMOS**

Ex: cimento,  
areia,  
servente

**COMPOSIÇÕES  
DE SERVIÇOS**

Ex: Revestimento em  
Cerâmica "C"

**ORÇAMENTOS**

Ex: Casa 2Q-T-36M2

**AGRUPADOR**

Ex: Revestimentos  
Cerâmicos



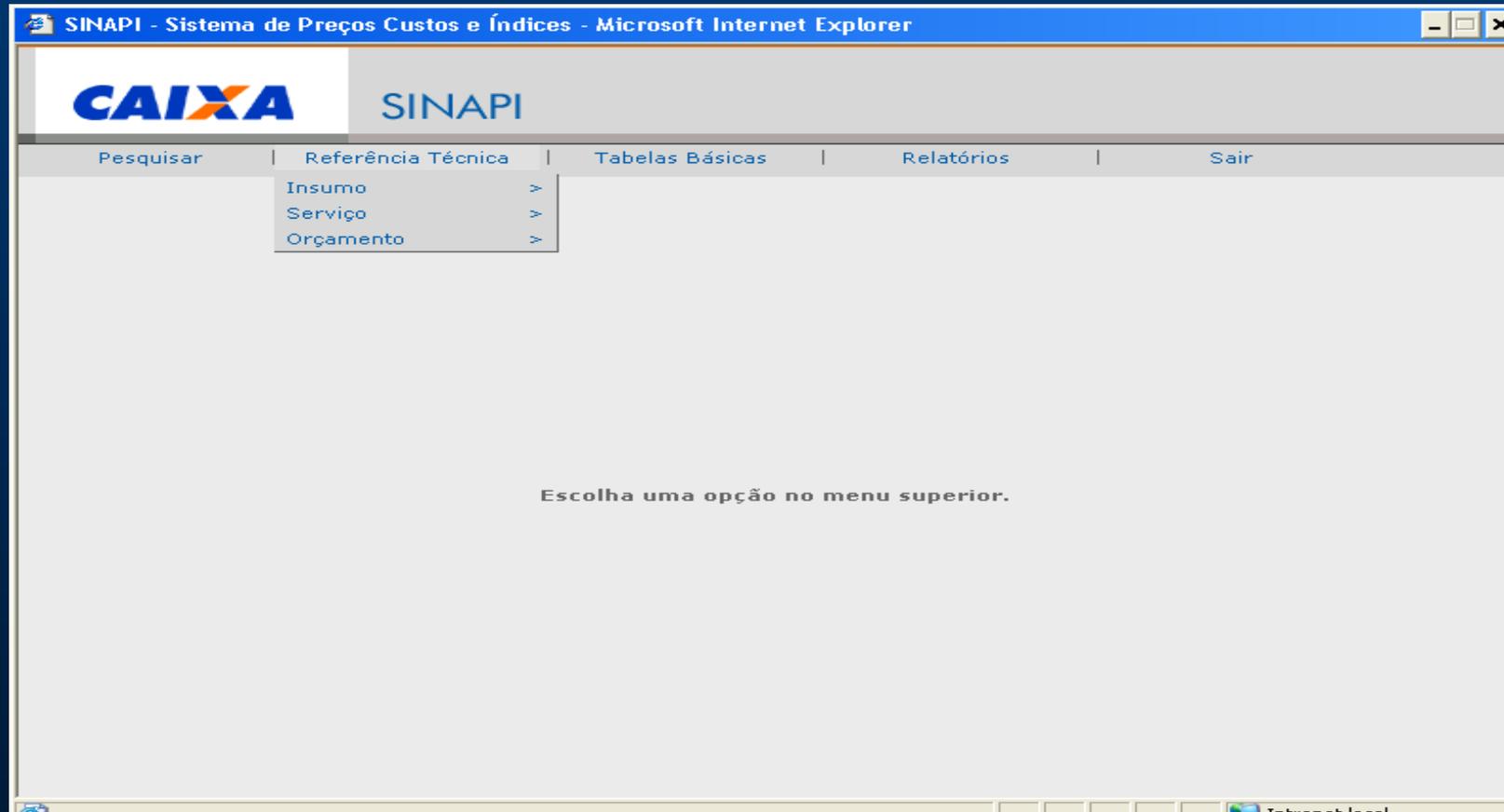
## SINAPI-SIPCI

## Funcionalidades

- **Criação e Manutenção** de Insumos, Composições de Serviços e Orçamentos Próprios.
- Opções de **pesquisa** através filtros, podendo combiná-los.
- Busca **seletiva** “nos resultados”.
- Ordenação dos **resultados** por Código ou Descrição.

# SIPCI (RT)

## Referência Técnica



# SIPCI

# Dados do

# Insumo

https://www.sipci.caixa.gov.br - SINAPI - Sistema de Preços Custos e Índices - Microsoft Internet Explorer

**CAIXA** SINAPI

Pesquisar | Referência Técnica | Relatórios | Sair

### :: Pesquisar

INSUMO

Selecione um item na lista para detalhar

Código	Descrição Básica	Unidade	Vínculo	Abrangência	Lo
IN 1	ACETILENO (CILINDRO DE 7 A 9KG)	KG	NACIONAL CAIXA	NACIONAL	RI
IN 2	OXIGENIO	M3	NACIONAL CAIXA	NACIONAL	RI
IN 3	ACIDO MURIATICO (SOLUCAO ACIDA)	L	NACIONAL CAIXA	NACIONAL	RI
IN 4	ACIDO MURIATICO	KG	NACIONAL CAIXA	NACIONAL	RI

Página: 1 / 482

Total pesquisado: 7229

NOVA PESQUISA

**DADOS DO INSUMO SELECIONADO**

Categoria: **REPRESENTADO**  
 Data Início de Vigência: 01/04/1997      Data Fim de Vigência:  
 Vínculo: NACIONAL CAIXA  
 Descrição: OXIGENIO  
 Abrangência: NACIONAL  
 Unidade: M3  
 Local: RIO DE JANEIRO  
 Preço Mediano: 10,21  
 Coeficiente: 0,5659600  
 Data Preço: 04/2006

Código: MATE.MDIV.2

Escolha a opção referente ao Insumo: MANUTENÇÃO/CONSULTA

http://cr7260ux034.corerj.caixa:8082 - SINAPI - Sistema de Preços Custos e Índices - Microsoft Internet Explorer

**CAIXA** SINAPI

Pesquisar | Referência Técnica | Tabelas Básicas | Relatórios | Sair

### :: Referência Técnica

INSUMO

- MAO DE OBRA
- MATERIAL
  - MATERIAIS DIVERSOS
    - ACO
      - ACO CONSTR. C
      - ACO P/CONSTR.

Selecione um item na lista para detalhar

Código	Descrição Básica	Unidade	Vínculo
IN x 27	ACO CA-50 5/8" (15,87 MM)	KG	NACIONAL CA
IN x 28	ACO CA-50 1" (25,40 MM)	KG	NACIONAL CA
IN x 29	ACO CA-50 7/8" (22,22 MM)	KG	NACIONAL CA
IN x 30	ACO CA-50 3/4" (19,05 MM)	KG	NACIONAL CA

Página: 1 / 2

LEGENDA IMPRIMIR

Total pesquisado: 19

---

#### DADOS DO INSUMO SELECIONADO

Categoria: **REPRESENTATIVO** Código: MATE.MDIV.27  
 Data Início de Vigência: 01/04/1997 Data Fim de Vigência:  
 Vínculo: NACIONAL CAIXA  
 Descrição: ACO CA-50 5/8" (15,87 MM)  
 Abrangência: NAC Usuário: P912358  
 Unidade: KG Preço Médio: 3,04/2006  
 Local:

Escolha a opção referente ao Insumo:

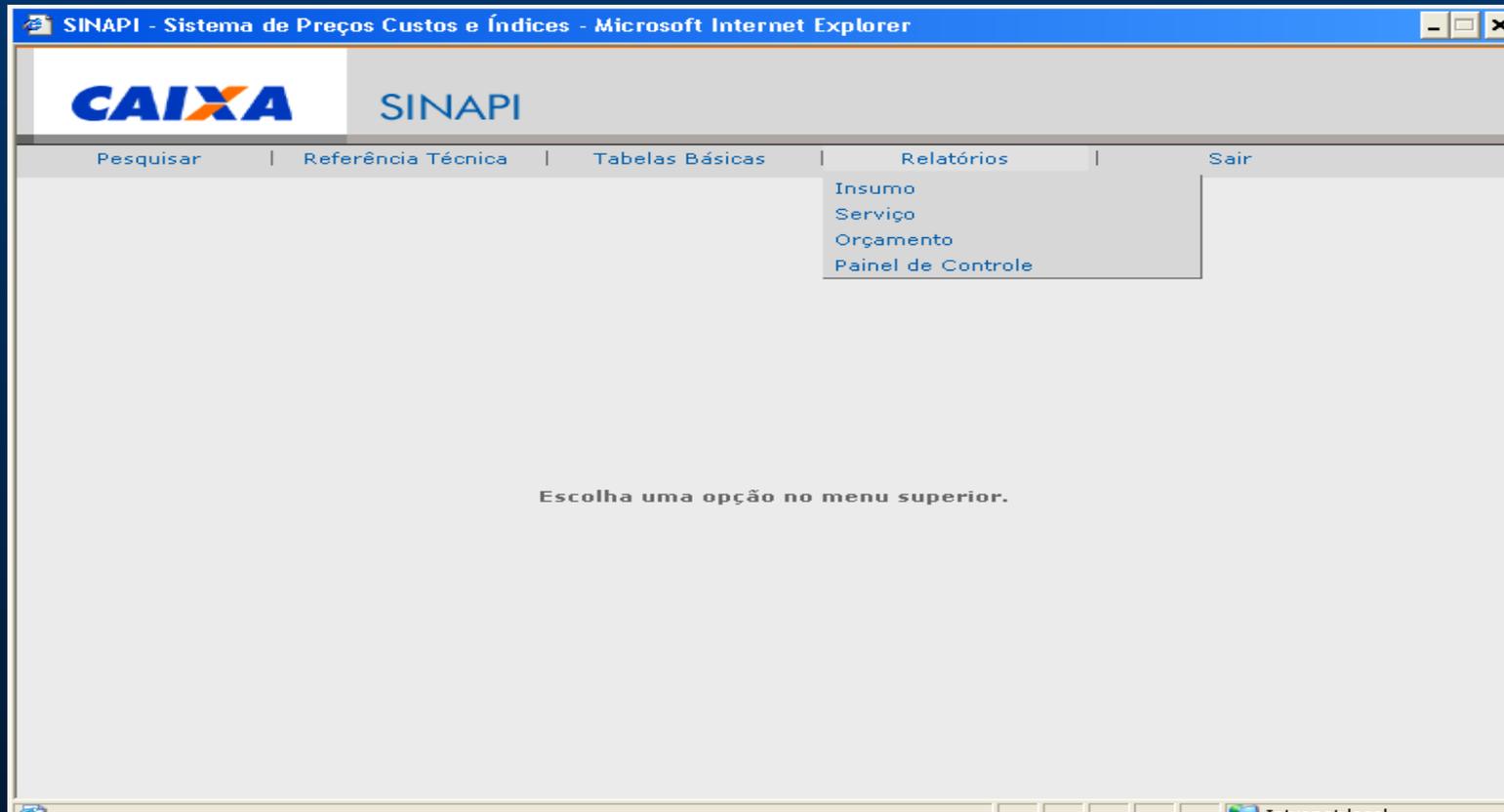
----- MANUTENÇÃO/CONSULTA -----  
 Visualizar Preço  
 Descrição  
 Visualizar Família  
**Classificação**  
 ----- MANUTENÇÃO/CONSULTA -----

OPERAÇÃO

SIPCI

➤ Informação é gerada no formato de relatório ou em PDF ou TXT.

Relatórios



**SIPCI** O usuário poderá optar por "Gerar" um novo relatório ou "Acessar" os relatórios já existentes.

The screenshot displays the SINAPI web application interface within a Microsoft Internet Explorer browser window. The title bar reads "SINAPI - Sistema de Preços Custos e Índices - Microsoft Internet Explorer". The page header includes the CAIXA logo and the text "SINAPI". A navigation menu contains the following items: "Pesquisar", "Referência Técnica", "Tabelas Básicas", "Relatórios", and "Sair". The main content area is titled "Relatórios" and "INSUMO". Below this, there is a section labeled "RELATÓRIOS DE INSUMO - CONSULTA". A table with the following data is displayed:

Descrição do Relatório
PCI.811.01 - Preços de Insumos
PCI.812.01 - Catálogo de Insumos
PCI.813.01 - Preços de Insumos por Família
PCI.814.01 - Catálogo de Insumos por Família
PCI.815.01 - Preços de Insumos Representativos
PCI.816.01 - Onde Usado de Insumos

At the bottom of the table, there is a pagination control showing "Página: 1 / 1" and "Total pesquisado: 6". Below the table, there are two buttons: "GERAR" and "ACESSAR". At the very bottom of the interface, there are two more buttons: "VOLTAR" and "SAIR".

http://sipci.caixa/NASApp/SIPCI/servlet/TopController - Microsoft Internet Explorer fornecido por Caixa Econômica Federal

CAIXA SINAPI - SISTEMA NACIONAL DE PESQUISA DE CUSTOS E ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO CIVIL 8 de 1449

\* Título não encontrado no arquivo de relatório \*

PCI.813.01 - PREÇOS DE INSUMO POR FAMÍLIA

CODIGO	DESCRIÇÃO DO INSUMO	UNIDADE CAT	PREÇO	COPY
ARRANDELA : 00000000 - NACIONAL				
LOCALIDADE : 00000210 - RIO DE JANEIRO PREÇO MEDIANO EM R\$ RMC. SOCIAL: 0,00				
INSTITUICAO : 00210070132212 - NACIONAL CAIXA				
FAMILIA: ACESSORIOS P/ PROTENSÃO, BAZOTE BORRACHA STCARTICOEIRO ETC (COD. 10970)				
00010971	RAINHA ACO GALV D = 100MM	M 2	95,77	17,46835
00010972	RAINHA ACO GALV D = 100MM	M 2	10,34	5,48101
00010973	RAINHA ACO GALV D = 40MM	M 2	17,80	6,82278
00010974	RAINHA ACO GALV D = 45MM	M 2	41,62	7,51266
00010975	RAINHA ACO GALV D = 50MM	M 2	54,07	9,75949
00010976	RAINHA ACO GALV D = 55MM	M 2	51,24	9,25316
00010977	RAINHA ACO GALV D = 60MM	M 2	60,11	10,85440
00010978	RAINHA ACO GALV D = 65MM	M 2	77,10	11,81772
00010979	RAINHA ACO GALV D = 65MM	M 2	88,82	16,03185
00010980	RAINHA METALICA PRETA D = 100MM	M 2	63,08	11,18608
00010981	RAINHA METALICA PRETA D = 100MM	M 2	19,64	1,54430
00010982	RAINHA METALICA PRETA D = 40MM	M 2	25,28	4,56129

6 de 1449

# **Aprimoramento Técnico do Sistema**

## **AÇÕES EM CURSO**

## Manutenção do Nível de Confiabilidade dos Resultados

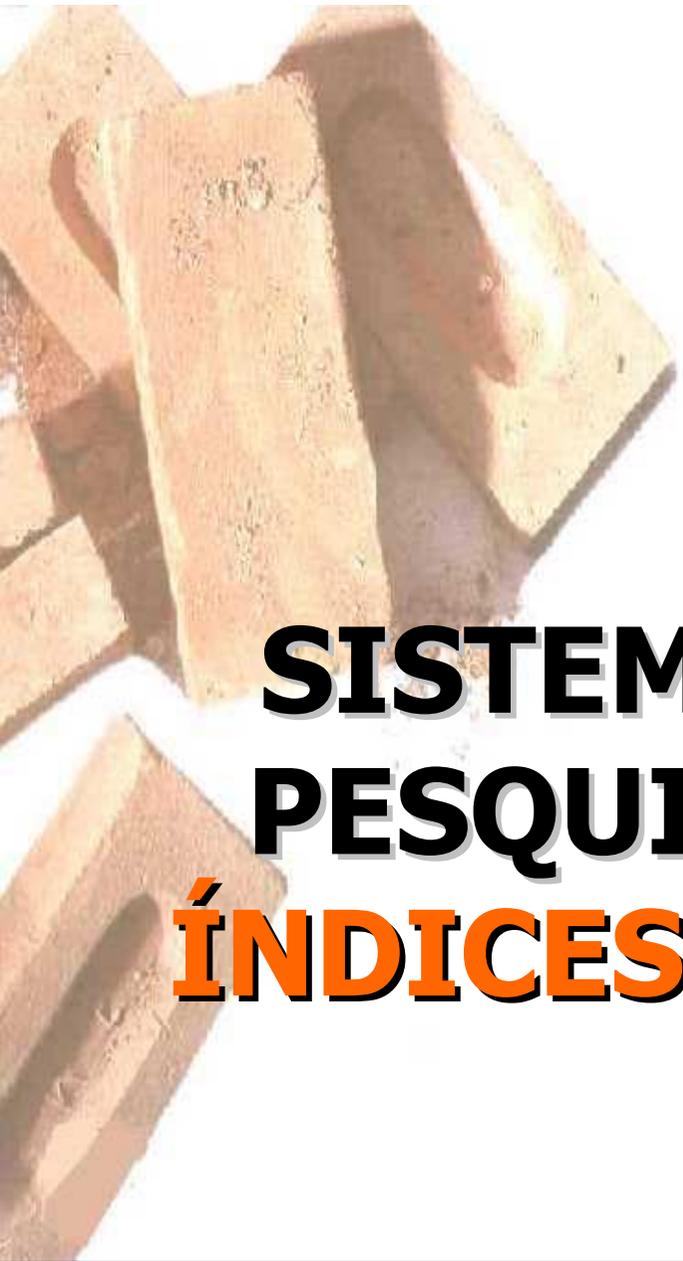
- **Contratação da Escola Politécnica da USP para aferição das composições de serviços cadastradas no sistema.**
  - ❖ 1ª etapa do trabalho englobando aproximadamente 4.000 composições (35% do universo) com prazo de execução estimado em 12 meses.
- **Criação de perfil próprio para acesso do IBGE ao SINAPI – SIPCI (Módulo de Orçamentação).**

## Banco de Dados

Referência Técnica	Módulo Custos e Índices	Módulo de Orçamentação
<b>Insumos</b>	<b>821</b>	<b>7.222</b>
<b>Composições de Serviços</b>	<b>1.172</b>	<b>40.321</b>
<b>Orçamentos</b>	<b>101</b>	<b>1.402</b>

## Ampliação do Elenco de Projetos Abrangidos ( § 2º da Lei nº 11.178 – LDO 2006 )

- **Parceria técnica com o DNIT** – integração dos sistemas SINAPI / SICRO ( CUSTOS DE OBRAS RODOVIÁRIAS );
- **Convênio com a INFRAERO** - cadastramento das composições de serviços ( CUSTOS DE OBRAS AEROPORTUÁRIAS );
- **Convênio com a DIRETORIA DE OBRAS DO EXÉRCITO** – cadastramento das composições de serviços ( CUSTOS DE OBRAS PESADAS );
- **Participação no CENTRAN - CENTRO DE EXCELÊNCIA EM ENGENHARIA DE TRANSPORTES** ( CUSTOS DE OBRAS FERROVIÁRIAS E AQUAVIÁRIAS );



# SINAPI

**SISTEMA NACIONAL DE  
PESQUISA DE CUSTOS E  
ÍNDICES DA CONSTRUÇÃO  
CIVIL**

# **Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI**

**25/08/2006**

# Tópicos da apresentação

- **Produção Mensal no IBGE**
  - Informações Gerais
  - Coleta
  - Apuração
  - Cálculo
  
- **Aprimoramentos**

# Informações Gerais

## Objetivos do SINAPI

Produção Mensal de Séries de Custos e Índices

⇒ Setor Habitação

Produção Mensal de Séries de Preços e Salários Medianos

⇒ Setor Habitação, Saneamento e Infra-estrutura

# Informações Gerais

## Módulos do Sistema:

**Custos e Índices** → Setor habitacional.

**Orçamentação** → Habitação, Saneamento e Infra-estrutura.

# Informações Gerais

## Abrangência geográfica

Desde a implantação o SINAPI tem abrangência nacional  
(27 capitais).

# Informações Gerais

## Resultados da produção mensal do IBGE

- Preços de materiais, equipamentos (venda e locação), salários, e serviços.
- Custos de projetos residenciais e comerciais.
- Custos e índices por Estado.
- Custos e índices Regionais.
- Custo e índice Nacional.

# Informações Gerais

## Aplicações

- Elaboração e avaliação de orçamentos
- Acompanhamento de custos
- Reajuste de contratos
- Adequação de materiais

# Informações Gerais

## Período da coleta

- De 1 a 15 de cada mês

## Data de divulgação

- Até o dia 10 do mês subsequente ao mês de referência

# Coleta de Preços e Salários

**Bases cadastrais**

**Instrumentos de coleta**

**Conceitos de preços e salários.**

## **Bases cadastrais:**

**A coleta é realizada a partir de dois cadastros:**

⇒ Cadastro de locais

⇒ Cadastro de insumos

# Cadastro de locais

É composto por:

- Estabelecimentos Comerciais e Industriais
- Representantes
- Prestadores de serviços
- Empresas construtoras
- Sindicatos

## Cadastro de locais

### **Inicialmente foi montado a partir da Pesquisa de Locais de Compra - PLC.**

- A PLC objetivou levantar, através de uma amostra de Empresas Construtoras, os principais fornecedores por segmentos de pesquisas, denominados grupos PLC.
- Os insumos são organizados em grupos PLC.  
Ex. material para pintura

## **Cadastro de locais**

**Atualmente sua principal fonte de formação é o Cadastro de Empresas do IBGE - CEMPRE**

### **Fontes complementares:**

- Cadastro de entidades empresariais.
- Revistas especializadas no setor da construção.
- Internet.
- Indicação das equipes de campo.

## **Amostra de locais**

### **Seleção da amostra - intencional**

- seleciona os locais mais representativos por segmentos.

### **Tamanho**

- cerca de 8.000 locais.

### **Preços coletados mensalmente**

- aproximadamente 65.000.

## Cadastro de Insumos

- Montado pela **CAIXA**, a partir das composições dos *serviços de engenharia*.
- *Compreende cerca de 7 200 insumos.*
- Está organizado em “**famílias homogêneas**”.

# Cadastro de insumos

## Famílias homogêneas:

- São grupamentos formados por insumos semelhantes quanto ao processo de fabricação e composição de sua matéria-prima.
- Supõe-se insumos com evolução de preços semelhantes.
- Para cada família é eleito um “**insumo representante**”, sendo os demais denominados “**insumos representados**”.

# Cadastro de insumos

## Famílias homogêneas:

- Os preços dos insumos representantes são coletados todo mês e dos insumos representados, são calculados através de coeficientes de representatividade e do preço mediano do insumo representante.
- Os coeficientes são fixados a partir das relações de preços do “insumo representante” da família com seus “representados”.

# Cadastro de insumos

## Famílias homogêneas:

- A geração e atualização dos coeficientes de representatividade é realizada pela pesquisa básica “Coleta Extensiva”.
- A Coleta Extensiva é realizada em ciclos semestrais continuamente.

# Cadastro de insumos

**Exemplo de família homogênea :**

<b>Caixa d'água de 1000 L – unid.</b>	<b>1,00000</b>
Caixa d'água de 750 L – unid.	0,83276
Caixa d'água de 500 L – unid.	0,48043
Caixa d'água de 200 L – unid.	0,30177
Caixa d'água de 100 L – unid.	0,17694

# Instrumentos de Coleta

## Catálogo de insumos:

Nele, os insumos são ilustrados, apresentadas suas principais características e aplicações, destacados os pontos essenciais para a coleta e dados exemplos de complementação.

# Instrumentos de Coleta

## Questionário de Coleta de Preços - QP

É o principal instrumento de coleta sendo emitido a partir dos cadastros de locais e de insumos, contendo:

- Os dados cadastrais do local (nome, razão social, CNPJ, endereço, telefone, etc.);
- As especificações dos insumos para coleta;
- Mensagens de coleta;
- Informações gerais e mensagens da COINP para os entrevistadores e informantes.

## Conceito de preço

Deve ser aquele:

- Para pagamento a vista;
- Considerando os descontos quando oferecidos;
- Incluindo os impostos (IPI, ICMS, etc.);
- Levando em conta o frete.

# Conceito de salário

## Deve ser aquele:

- Relativo ao salário bruto, não sendo subtraído qualquer desconto de responsabilidade do empregado (INSS, IRRF, etc.).
- Relativo ao piso da categoria na empresa.
- Não deve incluir os encargos sociais de responsabilidade do empregador (FGTS, PIS, etc.).

## Equipe de Campo

- 27 áreas regionais
- Ligadas por rede de computadores
- Comunicação constante
- Treinamento / reciclagem / supervisão de coleta
- Controle de qualidade
- Encontro nacional das equipes

# Apuração

A cargo das **Equipes de analistas de preços e salários**

## Os Analistas atuam:

- Na validação dos preços/salários medianos
- Na busca de informações conjunturais
- Na manutenção das bases cadastrais

# Apuração

- Crítica e imputação

Os dados são inicialmente submetido a um sistema de crítica e imputação.

## Apuração

- Relatório de análise contém preços e relativos de preços por UF, Grandes regiões e Brasil:
  - \_ Máximo e mínimo
  - \_ Mediana, média e quartis
  - \_ Índice de aproveitamento e CV
  - \_ Mensagens de campo

# Cálculo

## Cálculo do Custo Final

### 1ª etapa: custo por unidade de serviço

Insumos	Quantidades (A)	Pr./sal. (B)	A x B
Tijolo maciço	0,0159 milheiro		
Cimento	0,0284 saco (50kg)		
Areia	0,0077 m <sup>3</sup>		
Pedreiro	0,5999 hora		
Servente	0,6599 hora		

Total de A x B =  
custo serviço

# Cálculo

## Cálculo do Custo Final

### 2ª etapa: custo total de cada serviço

É calculado multiplicando-se o custo por unidade de serviço pela quantidade total do serviço no projeto.

Ex: custo de 1 m<sup>2</sup> de parede X área total de parede.

# Cálculo

## Cálculo do Custo Final

### 3ª etapa: custo final

É calculado somando-se os custos totais dos serviços executados para realização da construção.

# Cálculo

## Cálculo do Custo Final

Em forma esquemática, para cada projeto e em cada padrão de acabamento, temos:

**Coeficientes da composição x preços/salários**  
**= custo por unidade de serviço**

**Custo por unidade de serviço x quantidade total do serviço**  
**= custo total do serviço**

**Soma dos custos totais dos serviços**  
**= custo final da construção**

## Cálculo

### O que o SINAPI considera no cálculo dos custos:

- São consideradas apenas as despesas com materiais e mão-de-obra.
- Aos salários são acrescidos os encargos sociais de 122,82%.

# Cálculo

## O que o SINAPI não considera no cálculo dos custos (continua):

- Compra do terreno e execução dos projetos em geral
- Licenças, habite-se, certidões, seguros
- Administração da obra
- Financiamentos e lucro da construtora e incorporadora

# Cálculo

## O que o SINAPI não considera no cálculo dos custos (continuação):

- Instalações provisórias
- Ligações domiciliares de energia elétrica, água e esgoto
- Depreciações dos equipamentos
- Equipamentos mecânicos (elevadores, etc.) e de segurança
- Infra-estrutura urbana e fundações especiais

# Cálculo

## Custos dos projetos

No SINAPI (habitação) são calculados custos para 37 projetos sendo 33 residenciais e 4 comerciais.

Para o cálculo é seguida a seqüência apresentada anteriormente.

Estes projetos diferenciam-se basicamente pelo número de pavimentos e de dependências como salas, quartos, banheiros, etc.

# Cálculo

## Custos médios

### Custos estaduais:

São calculados a partir da média ponderada dos custos de 21 projetos residenciais no padrão normal de acabamento.

Os pesos dos projetos foram fixados a partir do Inquérito Mensal Sobre Edificações (IMSE) realizado pelo IBGE.

# Cálculo

## Custos médios

### Custos regionais:

São calculados a partir da média ponderada dos custos dos estados na Região.

Os pesos dos estados foram fixados a partir do crescimento populacional (Censo Demográfico).

# Cálculo

## Custos médios

### **Custo nacional:**

É calculado a partir da média ponderada dos custos regionais.

Os pesos das regiões foram fixados a partir do crescimento populacional (Censo Demográfico).

Os Índices são calculados a partir dos custos médios considerando a data base

$$I_{0,t} = \frac{\text{custo}_t}{\text{custo}_0}$$

ou

$$I. \text{ SINAPI }_{0,t} = \frac{\sum_i p_{i,t} \cdot q_{i,t}}{\sum_i p_{i,0} \cdot q_{i,0}} \longrightarrow \text{Índice de valor}$$

# Cálculo

## Índices

Fixando-se uma data-base são calculadas as séries de índices por:

- Estados
- Regiões
- Brasil (Índice Nacional da Construção Civil)

## Propostas de aprimoramentos

### Implantação de novas tecnologias na coleta, como:

- Uso de POKETS em substituição aos Questionários em papel;
- Sistema CALL CENTER na coleta e na atualização cadastral.

# Propostas de aprimoramentos

## Tratamento do componente Frete:

- Estimar o valor do frete, utilizando informações das Entidades de transporte e carga.
  - Matérias agregados
  - Máquinas e equipamentos pesados

# Propostas de aprimoramentos

## PLC continua

- Retomar a PLC como principal fonte cadastral, introduzindo novas tecnologias e novos procedimentos de coleta e apuração.

## Vantagens

- Delimitar o âmbito geográfico e setor de atividade econômica;
- Medir a importância de cada local por segmento de comercialização;

## **Aprimoramentos que dependem da atuação da caixa.**

- **Revisão dos projetos do setor habitação.**
- **Unificação dos módulos para efeito de atualização dos coeficientes de representatividade.**
- **Revisão das composições das famílias homogêneas.**
- **Retomar o levantamento das incidências dos projetos.**
- **Dinamizar o processo de atualização do banco de insumos (CAIXA / IBGE).**

## **Relatório do II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**

Código da Atividade nº 280

Tipo da Atividade: Palestra Confest

Título da Atividade: Sistema Nacional de Pesquisas de Índices da Construção Civil –SINAPI

Lotação dos Relatores: IBGE/DPE/COINP

E-mail: [celeste@ibge.gov.br](mailto:celeste@ibge.gov.br) e [mgina@ibge.gov.br](mailto:mgina@ibge.gov.br)

Telefone dos Relatores: 2142-0209

Data: 25 de agosto de 2006

Horário de início: 15:55 h

Horário de término: 17:00 h

Público presente estimado: 21 pessoas.

### **Coordenação**

Eulina Nunes dos Santos – IBGE/DPE/COINP

### **Palestrantes**

Ana Cecy Andrade Ramos Ferreira – Caixa Econômica Federal

José Carlos Geraldo dos Santos – IBGE/DPE/COINP

### **Relatores**

Celeste Cabral - IBGE/DPE/COINP

Maria Regina da Silva Ferreira– IBGE/DPE/COINP

### **15:55 h - Abertura com a Coordenadora Eulina Nunes**

Apresentou os expositores, José Carlos Geraldo - Chefe da Gerência de Revisão Processual/GEPRO e Ana Cecy Andrade Ramos Ferreira - Engenharia de Custos e Gestão pela Qualidade Total da Caixa Econômica. Fez uma rápida introdução sobre o que seria abordado, enfatizando a Construção do Sistema e aprimoramentos previstos ainda para este ano, em parceria com a Caixa Econômica, a fim de atender a dinâmica do mercado e a demanda de informações do sistema.

### **16:05 h - Apresentação de José Carlos Geraldo com auxílio do power point.**

Iniciou com uma breve apresentação dos objetivos do SINAPI. Mostrou a abrangência geográfica da Pesquisa e a aplicação da LDO/2003 - Lei que estabeleceu ao SINAPI delimitar os custos de execução de obras públicas e que, em função disso, passou a ter uma grande demanda nesta área, com um crescimento significativo no segmento de preços.

Comentou sobre:

- A periodicidade da coleta ( 01 a 15 de cada mês),
- a divulgação (até o dia 10 do mês subsequente ao mês da coleta).
- Coleta de preços e salários - como são definidos os produtos a serem coletados; como se realiza a coleta; os instrumentos utilizados; a montagem dos cadastros (insumos / locais) e os conceitos de preços e salários.

- Equipe de campo - Falou da estruturação das equipes; como são promovidos os Encontros Nacionais, treinamentos (pela equipe de análise), reciclagens, controle de qualidade e acompanhamentos de campo, assim como contatos para troca de informações.

## **Apuração**

Mostrou como acontece, em suas diversas etapas:

Inicialmente o sistema submete os dados a uma crítica baseada em fundamentos estatísticos, onde são eliminados os preços atípicos e imputados os ausentes.

Após a crítica, os analistas buscam informações conjunturais e técnicas para cada produto que analisam, para a manutenção e atualização das bases cadastrais.

Ressaltou que qualquer mudança, exclusão ou inclusão de insumos, só ocorre com a avaliação da Caixa.

Falou das etapas de cálculo do custo, até o cálculo do custo final de cada projeto. Para tanto, exemplificou um tipo de serviço, assim como o número e os tipos de projetos existentes.

## **Aprimoramentos**

O palestrante José Carlos formalizou que os aprimoramentos metodológicos são fundamentais para a manutenção da qualidade da pesquisa SINAPI, e apresentou os seguintes projetos:

- ⇒ **A implantação de novas tecnologias de coleta como:**
  - uso dos POCKETS em substituição aos questionários de papel;
  - utilização do sistema CALL CENTER na coleta e atualização cadastral.
- ⇒ Dar continuidade ao estudo da variável FRETE, para alguns insumos:
  - Pensa-se em uma estimativa do custo frete, através de pesquisas em Entidades de Transporte de cargas;
  - Planeja-se modificar as Unidades de Comercialização de alguns insumos, como facilitador da coleta do custo frete. Ex.: material agregado (areia, pedra, etc.), definindo como unidade de coleta “caminhão fechado”;
- ⇒ Retomar a Pesquisa de Locais de Compra - PLC, como pesquisa contínua para formação dos cadastros de informantes.
- Citou como vantagem o ganho de qualidade na definição da amostra de informantes, já que proporciona o levantamento dos locais de compra, utilizados pelas construtoras, e, ao mesmo tempo, define o âmbito geográfico e os setores de atividade econômica dos informantes.

**16:35 h** - Apresentação de Ana Cecy, com auxílio do power point.

Iniciou sua apresentação com um breve histórico da criação do índice para o setor de Habitação. Falou sobre a importância da coleta e o resultado final, reforçando as palavras do José Carlos, quanto às LDOs e o aumento da demanda por conta dos Órgãos Públicos. Sinalizou que por conta desta demanda necessitou de novas composições, feitas através de parcerias com meios acadêmicos (responsável pelas aferições, perfil específico). Enfatizou que toda a estruturação fica sob a chancela do IBGE (coleta de preços e salários) e a gestão e o processamento por conta da Caixa.

Apresentou a lista de usuários, destacando a importância e a integridade do Sistema.

Mostrou como funciona os módulos do sistema Sinapi.

- ⇒ **Custos e Índices** - gerado a partir do SINAPI habitação, atendendo à LDO/2006, que determina a disponibilização dos preços e os custos pela Internet (SINAPI WEB).
- ⇒ **Orçamentos** - Sistema que apoia a realização de um projeto específico. Disse ser um banco de dados adaptado que permite a composição de qualquer projeto que se deseje, atendendo, também, a usuários de pequeno porte, tais como: Prefeituras carentes, diretorias de escolas, etc., e que em breve a Caixa o estará disponibilizando em todas as localidades do Território Nacional (SINAPI SIPCI).

Apresentou o Sistema da Caixa, localizado no site: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)., mostrando passo a passo como funciona, que trata-se de uma navegação simples e auto-explicativa, tem uma busca de resultados que auxilia o usuário final, como, a possibilidade de emissão de relatórios de insumos e preços de insumos por família.

Sobre a parceria CAIXA x IBGE, falou dos atributos necessários para realização da Pesquisa, os insumos “atributos da CAIXA”; e os preços coletados “atributos que pertencem ao IBGE”. Formalizou que tudo começa com a coleta de preços, e que sem esta cumplicidade nada aconteceria.

### **Aprimoramentos**

- ⇒ Buscou meios acadêmicos contratando a Escola Politécnica da USP para aferir as composições, que foram indicadas pelos órgãos públicos, e não tinham o carimbo caixa.
- ⇒ Criação de um perfil próprio de acesso do IBGE ao sistema do SINAPI-SIPCI - módulo orçamentário que lhe permitirá ter melhor noção do trabalho.
- ⇒ Por determinação da LDO/2006, necessitou abrir parceria técnica com o DNIT, integrando os sistemas SINAPI/SICRO, para obter custos de obras rodoviárias.

- ⇒ Convênio com INFRAERO para cadastramento das composições de serviços, visando obter custos de obras aeroportuárias.
- ⇒ Convênio com a Diretoria de Obras do Exército para cadastramento das composições de serviço, visando obter custos de obras pesadas.
- ⇒ Participação no CENTRAN – Centro de Excelência em Engenharia de Transportes visando obter custos de obras ferroviárias e aquaviárias.

### **Perguntas e comentários**

**A técnica Rita de Cassia Moraes Sbano – IBGE/DPE/COINP/SNIPC**, fez elogios ao Sistema da Caixa e fez a seguinte pergunta:

- Gostaria de saber se em algum local do Sistema está registrado o nome do IBGE na parceria?

#### **Ana Cecy respondeu:**

- Não teria como colocar no Site o nome das duas empresas, mas que no link histórico fala desta parceria com mesmo destaque.

#### **Comentário do José Carlos** sobre o convênio CAIXA x IBGE.

- Por ser uma parceria técnica, a demora na assinatura do contrato vem causando atrasos em alguns segmentos que necessitam serem aprimorados, como:
  - Revisão dos projetos do setor habitação;
  - Unificação dos módulos para efeito de geração de coeficientes;
  - Revisão das composições das famílias homogêneas;
  - Retomar o levantamento das incidências dos projetos;
  - Integrar o processo de atualização do banco de insumos (CAIXA / IBGE), garantindo a integridade do banco de dados.

**O técnico Augusto Sérgio Lago – IBGE/DPE/COINP/GEPRO**, reforçou sobre a necessidade de haver uma sincronia entre os bancos de dados (CAIXA / IBGE).

#### **Ana Cecy respondeu:**

- Não será de imediato, mas que até o final do ano estarão ajustados, e que num segundo momento, irá funcionar da seguinte maneira: Atualizando lá na CAIXA, atualizará aqui no IBGE.

### **16:58 h - Fechamento com a Coordenadora Eulina Nunes.**

Agradeceu a presença de todos, assegurando que os trabalhos não terminaram naquele momento.



**Diretoria de  
Pesquisas**  
Coordenação de Índices de  
Preços - COINP

# **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**

---

***Programa de Comparações Internacionais  
PCI***

***2003/2004/2005***

Data 16/08/06

O PCI é considerado o maior e mais completo projeto estatístico do mundo

Iniciou em 2003, após um intervalo de 8 anos, com nova versão decorrente de discussões e preparações intensas

# OBJETIVO

- Comparar os Produtos Internos Brutos (PIB's) de mais de 100 países, com base em metodologia de Paridade do Poder de Compra (PPC)
- A metodologia da PPC visa comparar os PIB's em dólar que sofrem influência das taxas de câmbio dos países

# ALÉM DE COMPARAR OS PIB'S DOS PAÍSES

- Monitorar gastos com saúde, educação, comparando tamanhos das economias

- responder a pergunta:

Viver no país A é mais barato ou mais caro que no país B?

- Além de macro políticas internacionais, exportações, importações, etc

Permite estabelecer qual a proporção de uma cesta padrão de bens e serviços se pode comprar com uma unidade de moeda nacional

Trata-se de um programa existente nos países mais desenvolvidos como os do EUROSTAT e OCD

Os países participantes no projeto constituem-se em parceiros e beneficiários do programa

# ABORDA OS TEMAS

- Consumo
- Bens de Capital (construção civil e máquinas e equipamentos)
- Gastos do Governo

# DESENVOLVIMENTO

- IBGE em cooperação Técnica com o Banco Mundial, a Comissão Econômica dos países da América Latina e o Caribe - CEPAL e o Statistics Canadá

# INICIATIVA

- ONU e Banco Mundial

# COORDENAÇÃO

- CEPAL e Statistics Canadá

# COMPROMISSO

Internacional assumido pelo  
**IBGE**

# REGIÕES DO MUNDO

## Representadas

⇒ África

⇒ Ásia e Pacífico

⇒ América Latina (México, Comunidades  
Andinas, Mercosul e  
Chile)

⇒ Europa

⇒ Estados Unidos

⇒ Canadá

# PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DO IBGE

⇒ Trata-se de Meta que envolve a COINP (preços) e a CONAC (ponderações) da Diretoria de Pesquisas - DPE.

# REGIÕES PESQUISADAS

Apenas 6 regiões foram envolvidas nesta coleta:

- ⇒ Rio de Janeiro
- ⇒ Porto Alegre
- ⇒ São Paulo
- ⇒ Belém
- ⇒ Salvador (só alimentação)
- ⇒ Goiânia (só alimentação)

# REGIÕES PESQUISADAS

- ⇒ Entretanto, foram criados procedimentos para melhor representar os preços médios nacionais
- ⇒ Para cada país, os pesos de cada cidade/região foram obtidos a partir dos padrões de gastos do domicílio regional, da estimativa do PIB regional ou de uma combinação de ambos

# COLETA

- ⇒ Após pesquisa-piloto realizada em outubro de 2004, os preços foram coletados em todos os países nos meses de março, junho, setembro e novembro de 2005
- ⇒ No caso dos sazonais foram coletados no trimestre em que estavam disponíveis no mercado
- ⇒ Os preços das Taxas Escolares, por exemplo, foram determinados somente uma vez tendo em vista provável estabilidade ao longo do ano

# ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS

Para definir as descrições utilizou-se fotografias digitais dos produtos e serviços e respectivos locais de compra

# ACOMPANHAMENTO DO TRABALHO

Reuniões técnicas foram realizadas ao longo de todo o período de coleta e instruções específicas foram recebidas por correio eletrônico

# VALIDAÇÃO DOS PREÇOS

⇒ Equipes de análise do SNIPC

⇒ Gerência de Projetos Especiais e Documentação (GPE)

⇒ Statistics Canadá (arquivo em Excel com preço, marca, quantidade, gramagem, etc.)

# VALIDAÇÃO DOS PREÇOS

- ⇒ Tablas de QUARANTA - análises dos CVs dos produtos ou serviços da cesta
- ⇒ Diagnósticos de YURI DIKHANOV - análise do promédio para cada produto ou serviço

# DESTAQUES

- ⇒ O IBGE está representando o governo brasileiro neste projeto internacional
- ⇒ O Brasil tem importância crescente no cenário internacional
- ⇒ O Brasil é o maior país da América Latina

# POR ISSO

Foi o Brasil o país escolhido como elo da  
América Latina com o mundo chamado de  
PAÍS ANEL

# POR QUE?

⇒ Pelo reconhecimento internacional do padrão de qualidade do IBGE

Tanto para o país quanto para as organizações internacionais é importante conhecer o nível de riqueza ou pobreza para permitir uma melhor distribuição dos recursos financeiros de forma a apoiar programas de desenvolvimento

Vale ressaltar que o Brasil, com Território de 8,5 milhões de Km<sup>2</sup> e aproximadamente 187 milhões de habitantes, o maior país da América Latina, tem mostrado importância crescente no cenário internacional.

Assim, estatísticas de alta qualidade, calculadas com métodos reconhecidos são essenciais

# DIVULGAÇÃO

## 1ª ETAPA DO PCI

Foi sediada no IBGE em 28/06/06 com os resultados das coletas de outubro de 2004, maio, junho, setembro e novembro de 2005

Nesta 1ª etapa foi divulgado estudo de 10 países da América do Sul

- Argentina
- Bolívia
- Brasil
- Chile
- Colombia
- Equador
- Peru
- Paraguai
- Uruguai
- Venezuela

# METODOLOGIA DE CÁLCULO

⇒ Todas as estatísticas expressas em valores monetários foram convertidas na moeda-base utilizando-se Taxas de Câmbio de mercado

# METODOLOGIA DE CÁLCULO

⇒ Paridades de Poder de Compra - alternativa mais rigorosa do que as taxas de câmbio de mercado para se obter comparações internacionais robustas

# METODOLOGIA DE CÁLCULO

⇒ Para o consumidor, a PPC é a taxa de câmbio entre duas moedas A e B que torna indiferente o fato de a compra de uma cesta ser feita com uma moeda ou outra

# METODOLOGIA DE CÁLCULO

⇒ As PPC`s no PCI são calculadas não só para o consumo, mas também para outros componentes do PIB - investimentos em máquinas e equipamentos, construção residencial ou não, despesas governamentais com bens e serviços, entre outros

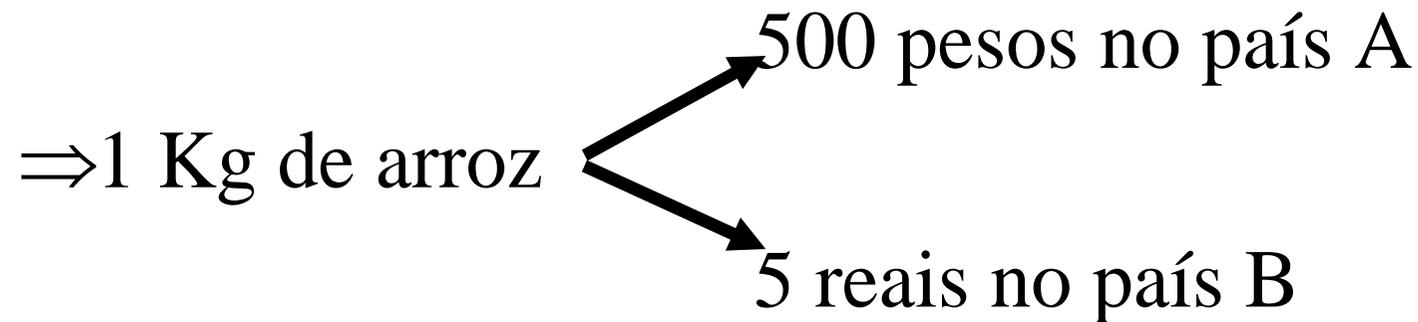
# METODOLOGIA DE CÁLCULO

⇒ As PPC`s permitem comparações de agregados macroeconômicos sem que sejam distorcidas por flutuações nas taxas de câmbio

⇒ A PPC elementar

Ao nível mais básico, a paridade de poder de compra é a razão de preços para a mesma quantidade de um produto específico em dois países, com preços expressos na moeda de cada país;

# METODOLOGIA DE CÁLCULO



$$\begin{aligned} \text{A PPC entre o país A e o país B} &= \\ &= 500 : 5 = 100 \end{aligned}$$

ou seja, 1 real de gasto em arroz no país B compra a mesma quantidade e qualidade de arroz que 100 pesos no país A

A paridade de troca de arroz para o país B comparada ao A é 100

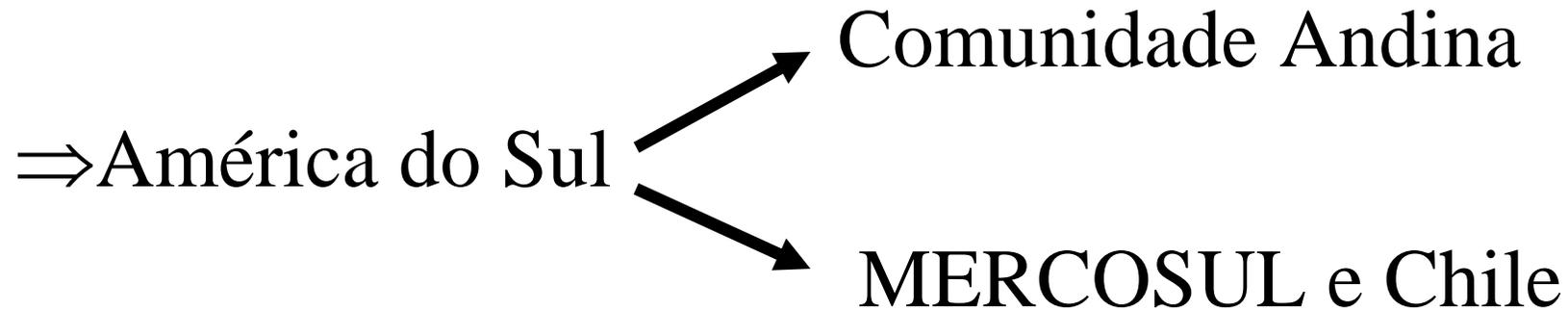
# METODOLOGIA DE CÁLCULO

⇒ Seleccionou-se produtos comparáveis e que garantem representatividade

Por exemplo: País onde a maior parte da população é vegetariana, comparou-se a carne de cordeiro equivalente a carne bovina

⇒ As PPC`s foram agregadas a níveis mais elevados de acordo com seu peso nas despesas do PIB de cada país

# PROCESSO DE CÁLCULO NA AMÉRICA DO SUL



2 cestas de consumo

Foram escolhidos produtos comparáveis entre países e representativos dos mercados nacionais

# NÚMERO DE ITENS BÁSICOS E PRODUTOS NA CESTA SUL-AMERICANA

⇒ A cesta final de consumo → 580 produtos  
referentes a 88 dos 110 itens básicos  
estabelecidos para o mundo

## NÚMERO DE ITENS BÁSICOS E PRODUTOS NA CESTA SUL-AMERICANA

CATEGORIA	ITENS BÁSICOS	PRODUTOS
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>580</b>
<b>Alimentação e Bebidas Não-Alcoólicas</b>	<b>29</b>	<b>147</b>
<b>Bebidas Alcoólicas e Fumo</b>	<b>4</b>	<b>8</b>
<b>Roupas e Calçados</b>	<b>5</b>	<b>136</b>
<b>Habitação, Água, Eletricidade, Gás e Outros Combustíveis</b>	<b>6</b>	<b>20</b>
<b>Mobiliário, Equipamento e Manutenção Residencial</b>	<b>10</b>	<b>77</b>
<b>Saúde</b>	<b>7</b>	<b>51</b>
<b>Transporte</b>	<b>9</b>	<b>33</b>
<b>Comunicação</b>	<b>3</b>	<b>8</b>
<b>Recreação e Cultura</b>	<b>8</b>	<b>54</b>
<b>Educação</b>	<b>1</b>	<b>10</b>
<b>Restaurantes e Hotéis</b>	<b>2</b>	<b>14</b>
<b>Bens e Serviços Diversos</b>	<b>4</b>	<b>22</b>

# NÚMERO DE ITENS BÁSICOS E PRODUTOS NA CESTA SUL- AMERICANA

⇒ Comunidade Andina pesquisou 450 produtos  
→  
e MERCOSUL e Chile 524

Nenhum país pesquisou todos os produtos da cesta

# Cobertura Geográfica

⇒ A maioria dos países participantes coletou preços apenas nas cidades mais importantes principalmente porque, além de concentrarem uma grande proporção de população total, são responsáveis por uma parcela maior de todas as transações do comércio varejista

**COBERTURA GEOGRÁFICA EM % DE  
POPULAÇÃO URBANA, POR PAÍS**

PAÍS	CIDADES	COBERTURA EM % DE POPULAÇÃO URBANA
Argentina	Grande Buenos Aires	39,7
Bolívia	Cochabamba, El Alto, La Paz, Santa Cruz	76,5
Brasil	Belém, Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo	27,0
Chile	Antofagasta, Concepción, Coquimbo, Iquique, La Serena, Puerto Montt, Quilpue, Santiago, Talcahuano, Temuco, Valdivia, Valparaíso, Viña M.	54,6
Colômbia	Baranquilla, Bogotá, Cali, Medellín	39,2
Equador	Guayaquil, Quito	45,1
Peru	Arequipa, Huancayo, Iquitos, Lima, Trujillo	43,0
Paraguai	Asunción	55,0
Uruguai	Montevideo, Paysandú, Las Piedras, Puerto Maldonado, Tacuarembó	42,5
Venezuela	Grande Caracas (estimativa)	18,0

Entretanto, a coleta nas cidades maiores não anulou a influência das menores porque foram criados procedimentos para melhor representar os preços médios nacionais

# RESULTADOS EM DESTAQUE

## CONSUMO DOMÉSTICO

*per capita*

País	Consumo Doméstico <i>per capita</i>
Argentina	161,3
Chile	148,0
Uruguai	143,5
Venezuela	108,7
Peru	91,6
Brasil	90,5
Equador	88,5
Colômbia	84,1
Paraguai	69,8
Bolívia	52,7

Nota: Média Regional = 100

Brasil em sexto lugar

# RESULTADOS EM DESTAQUE

## NÍVEIS DE PREÇOS COMPARATIVOS

País	Índice do nível de Preços
Chile	117,7
Brasil	114,2
Uruguai	108,0
Venezuela	101,3
Peru	85,8
Equador	85,7
Colômbia	85,3
Argentina	77,5
Paraguai	57,4
Bolívia	53,8

Nota: Média Regional = 100

Brasil é o segundo mais caro

# RESULTADOS EM DESTAQUE

ONDE É RELATIVAMENTE BARATO (E CARO) PARA COMPRAR  
DETERMINADOS PRODUTOS

Produtos	Relativamente barato	Relativamente caro
Carne	Paraguai, Argentina	Chile, Uruguai
Café	Brasil	Chile, Uruguai, Peru
Eletrodomésticos	Chile, Colômbia, Uruguai, Venezuela	Brasil
Produtos farmacêuticos	Chile, Equador, Peru	Uruguai, Brasil
Veículos automotores	Chile, Argentina	Colômbia, Bolívia, Equador
Telefone	Argentina, Paraguai	Chile, Brasil
Livros, periódicos	Argentina, Bolívia	Brasil, Chile, Venezuela
Equipamento de vídeo	Chile, Colômbia, Peru	Argentina, Uruguai, Brasil
Restaurantes	Brasil, Bolívia, Colômbia, Paraguai	Argentina, Chile, Uruguai

No Brasil, café e restaurantes é o que custa mais barato



**Diretoria de  
Pesquisas**  
Coordenação de Índices de  
Preços - COINP

# **Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor**

***Programa de Comparações  
Internacionais  
PCI  
País Anel***

Data 16/08/06

Em fevereiro de 2006 realizou-se Reunião  
com técnica da CEPAL

⇒ para definição dos produtos ou serviços a  
serem pesquisados

⇒ apresentação do catálogo de produtos com  
fotos

Coleta foi realizada em julho de 2006

apenas em São Paulo, que foi a região

escolhida para representar o Brasil

Em abril

Foram analisados os produtos (SP) para alguns ajustes nas especificações, definições de tipo de local, etc

Foram cadastrados todos os produtos em  
sistema paralelo ao do SNIPC

Foi criado um sistema de crítica  
automatizada para preços específicos -  
PCI Anel

Os preços serão enviados em arquivo Excel

semelhante ao do PCI 1ª etapa

Em setembro um técnico do  
Statistics Canadá ou CEPAL estará no IBGE  
para auxiliar na análise final das informações

# PASSOS FUTUROS

Planejamento

⇒ 2007

Coleta

⇒ 2008

Publicação

⇒ 2009

## II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais Econômicas e Territoriais

### Relatório de Atividade

Código 281 – PALESTRA - Preços ao Consumidor: PCI – Programa de Comparações Internacionais

Relatora: Fátima Thereza Sannuto Louro DPE/COINP

Email: [flouro@ibge.gov.br](mailto:flouro@ibge.gov.br)

Tel.: 2142 0141

Data: 22/08/2006

Início: 11: 00 Término: 11:52 Tradução: Inglês

Público Estimado: 23

Oradora: Rita de Cassia Moraes Sbano - Gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor SNIPC – DPE/COINP

Recurso: Explicação oral com auxílio de apresentação em Power Point

Email: [rsbano@ibge.gov.br](mailto:rsbano@ibge.gov.br)

A Coordenadora de Índices de Preços, Eulina Nunes fez a abertura com uma breve apresentação sobre a palestra que seria apresentada a seguir.

Enfaticou a comparação de preços entre os países e o objetivo do projeto.

Como o Brasil participa do projeto e desde 2005 o IBGE realiza a coleta para o trabalho em questão.

Apresentou o tema da palestra e a sua oradora, Rita de Cassia Moraes Sbano.

Solicitou que a participação dos ouvintes com solicitação de respostas às dúvidas sobre o tema apresentado fossem efetuadas no final da apresentação.

A oradora Rita de Cassia iniciou sua explicação do projeto que iniciou em 2003, auxiliada por uma apresentação em power-point para melhor orientação, o qual segue me anexo.

O PCI

Objetivos

Compromisso do IBGE

Porque as regiões foram escolhidas

Cumprir compromissos no tempo dificultou o trabalho com as 11 áreas do índice, por isso foram 6 regiões com maiores pesos no IPCA como critério de escolha que representa mais ou menos as cestas de consumo do Brasil como um todo.

Atendendo os prazos

Distinção das cestas

Representação do IBGE junto ao governo federal...

Abertura para perguntas

Funcionário da CEPAL, Salvador, falou muito rapidamente e em espanhol, o que dificultou o acompanhamento para registro pela relatora.

Denominou sua atuação no momento como uma reflexão sobre o projeto, sua importância, resultados sob a ótica da CEPAL.

Informou sobre a proposta de ampliação do projeto para América Central e Caribe e que a idéia é retomar os trabalhos com projetos institucionalizados...

Importância do IBGE na continuidade dos trabalhos.

Gélio (CONAC)

Passou posição dos trabalhos pela CONAC.

Bens de Capital serão divulgados em dezembro de 2006.

Trabalho de comparação internacional vai mais além do que a comparação internacional de preços.

Está sendo estendido com a mesma metodologia.

Vai mais além porque nos permite comparação entre os países dos gastos de alimentação etc...

O projeto permite abertura de novas frentes importantes de forma mais robusta.

Funcionário CEPAL novamente pediu a palavra quando comentou resultados Banco Mundial – são resultados de equações econométricas.

Os resultados que Banco Mundial divulgou não foram frutos de consenso pelas equipes técnicas envolvidas.

Não houve transparência na divulgação dos resultados.

Utilização dos resultados.

# Uso de estatísticas na elaboração de políticas de desenvolvimento agropecuario na América Latina

II Encontro Nacional de Produtores e Usuários  
de Informações Sociais, Econômicas e  
Territoriais

Rio de Janeiro, Agosto 2006



UNITED NATIONS

ECLAC

# Quem somos

- Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas. Sediada em Santiago, Chile
- Unidade de Desenvolvimento Agrícola: Responsável por analisar o setor agropecuario e a zona rural da região, estudando sua evolução recente em termos de estrutura e comportamento.
- Também por sugerir políticas para o desenvolvimento do mundo agrícola e rural nos âmbitos produtivo e socioeconômico, considerando igualmente a necessidade de preservação dos recursos naturais.

# Principais temas de interesse de desenvolvimento agrícola

- Uso da terra
- Estrutura de propriedade da terra
- Tecnologia utilizada, custos y rendimentos
- Inserção nos mercados y preços recebidos
- Tipos de trabalhadores agrícolas (assalariado, conta própria, não remunerado)
- Flutuações do emprego ao longo do ano
- Emprego rural não agrícola
- Estrutura dos assentamentos (nucleados, dispersos)
- Estrutura demográfica (sexo, idade) e migração
- Localização, distâncias y custos de transação
- Pobreza e necessidades básicas insatisfeitas
- Impactos das mudanças nas políticas (macro, setorial, comercial, etc)

# Ênfase recente no desenvolvimento local

- A localização do território no espaço geográfico, e da população no território, não se tomava em consideração até recentemente nas políticas de desenvolvimento. Tampouco a distância aos mercados era considerada como uma variável relevante.
- Mas a localização parece ser um dos fatores determinantes não apenas dos custos de transporte e transação mas também dos custos de fatores, o tipo de atividade, a rentabilidade, o valor agregado, o tamanho da empresa, os vínculos com outras atividades, etc
- Na América Latina, a baixa densidade da população tem enormes consequências sobre as possibilidades de desenvolvimento: às grandes distâncias se associa uma infraestrutura deficiente e a relativa imobilidade/dispersão dos recursos naturais.

# Mudanças na agricultura e nas áreas rurais: novas demandas

- Importantes mudanças na estrutura agropecuária, na importância do setor e na composição das áreas rurais.
- Essas mudanças vêm sendo acompanhadas por uma demanda crescente sobre as estatísticas, no sentido de permitir a comparação entre países (globalização) e regiões e de mensurar a responsabilidade no uso dos recursos públicos (avaliação das políticas)

# Limitações dos dados para atender às novas demandas

- Inadequação de algumas definições (ex: rural vs urbano)
- Longos períodos intercensais
- Invisibilidade dos grupos pouco representados
- Falta de representatividade aos níveis geográficos locais
- Falta de possibilidades de desagregação útil por tipos de agentes econômicos e sociais
- Falta de informação detalhada para formulação e avaliação de políticas

# **Exemplos de uso de dados com objetivos de política e principais desafios**

# Exemplo 1: cálculo da população rural

- Não existe uma definição universal de *rural*, tampouco definições oficiais compartilhadas por todos os países, mesmo os considerar-se as economias de uma mesma região ou bloco.
- As definições utilizadas variam de maneira significativa entre os países, seja porque estes preferem alternativamente critérios estatísticos ou geográficos, ou simplesmente porque os limites quantitativos, sempre arbitrários, divergem de um país a outro.
- Em muitos países essa definição sequer existe. Na maioria dos casos, rural corresponde a uma categoria “residual”.

La diferencia de “rural” aplicando la definición de la OCDE de 150 habitantes/km<sup>2</sup> y las definiciones de cada país son grandes.

Para la región en su conjunto, la proporción de la población rural en el total casi se duplica (de 23% a 42%).

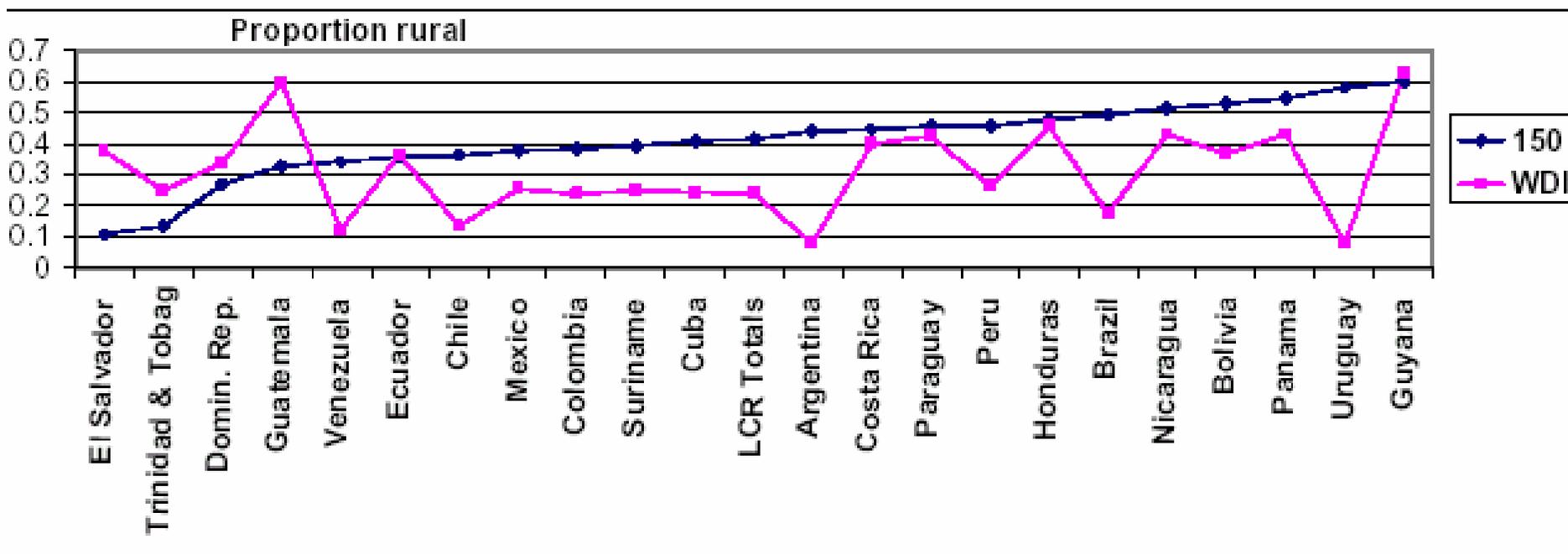


Figure 6: Census measures of rurality compared to definition based on <150 person/km<sup>2</sup> and >1 hr travel time criteria (GPW 3)

(WDI: World Development Indicators, data for 2002)

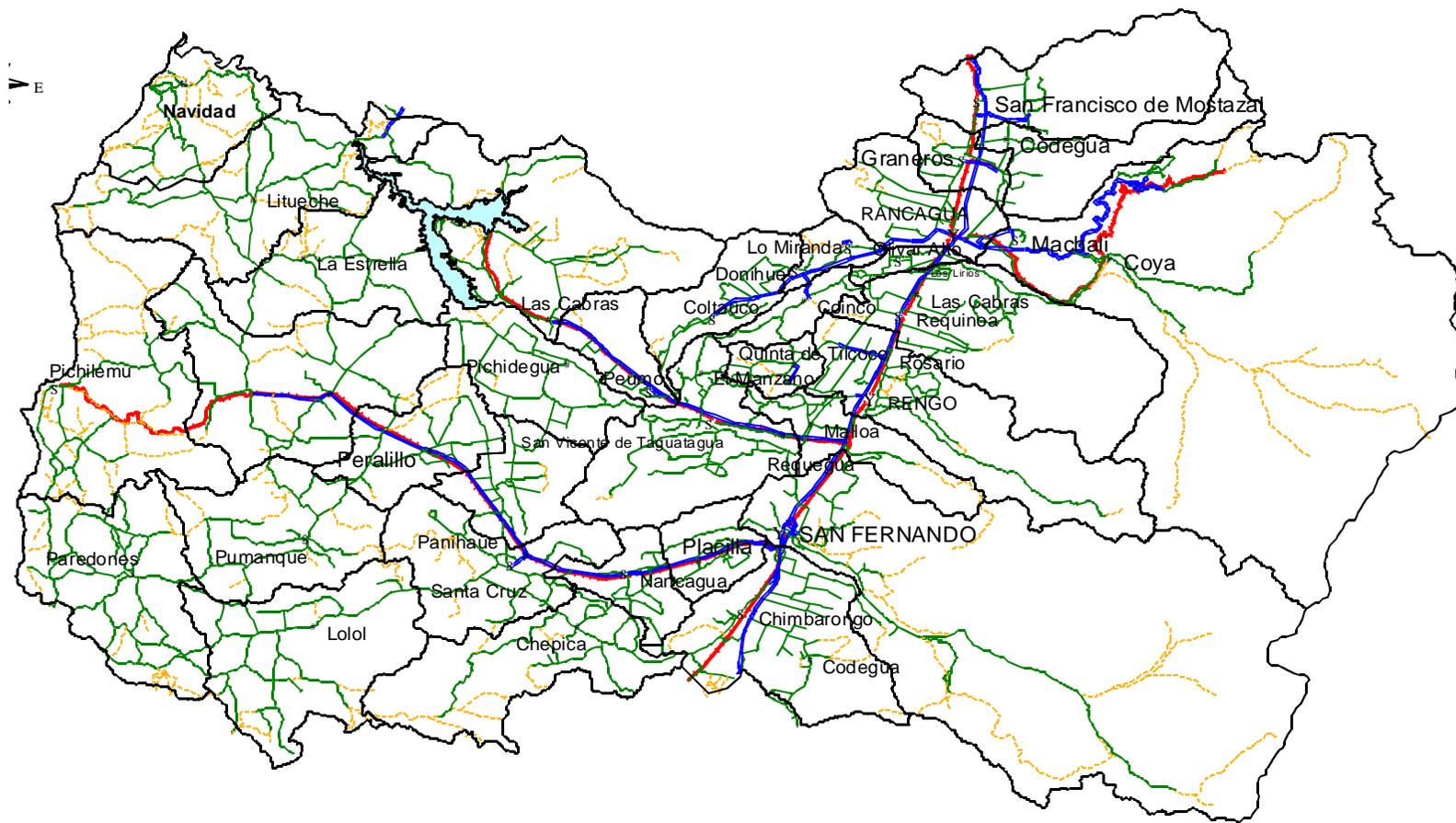
Fuente: Chomitz en *Beyond the city: the rural contribution to Development*, Banco Mundial, 2005



## Exemplo 2: cálculo da pobreza rural

- Combate à pobreza rural como forma de atacar a pobreza em geral.
- Não existe um único método para medir a pobreza, mas sim uma maior disponibilidade de dados para medidas monetárias frente a outros enfoques.
- Não está isenta de juízos e elementos subjetivos.
- Desafios: separação rural-urbana, auto-consumo, custos de transação, ERNA

# Human settlements and road network of the 6th region



Human settlements with:

100'000-250'000 inhabitants, Regional capital

25'000-100'000

10'000-25'000 inhabitants

Road network

-  Footpaths and tracks
-  Railway
-  Principal paved roads

---

---

## Poor rural households in the districts of the 6th region

---

---

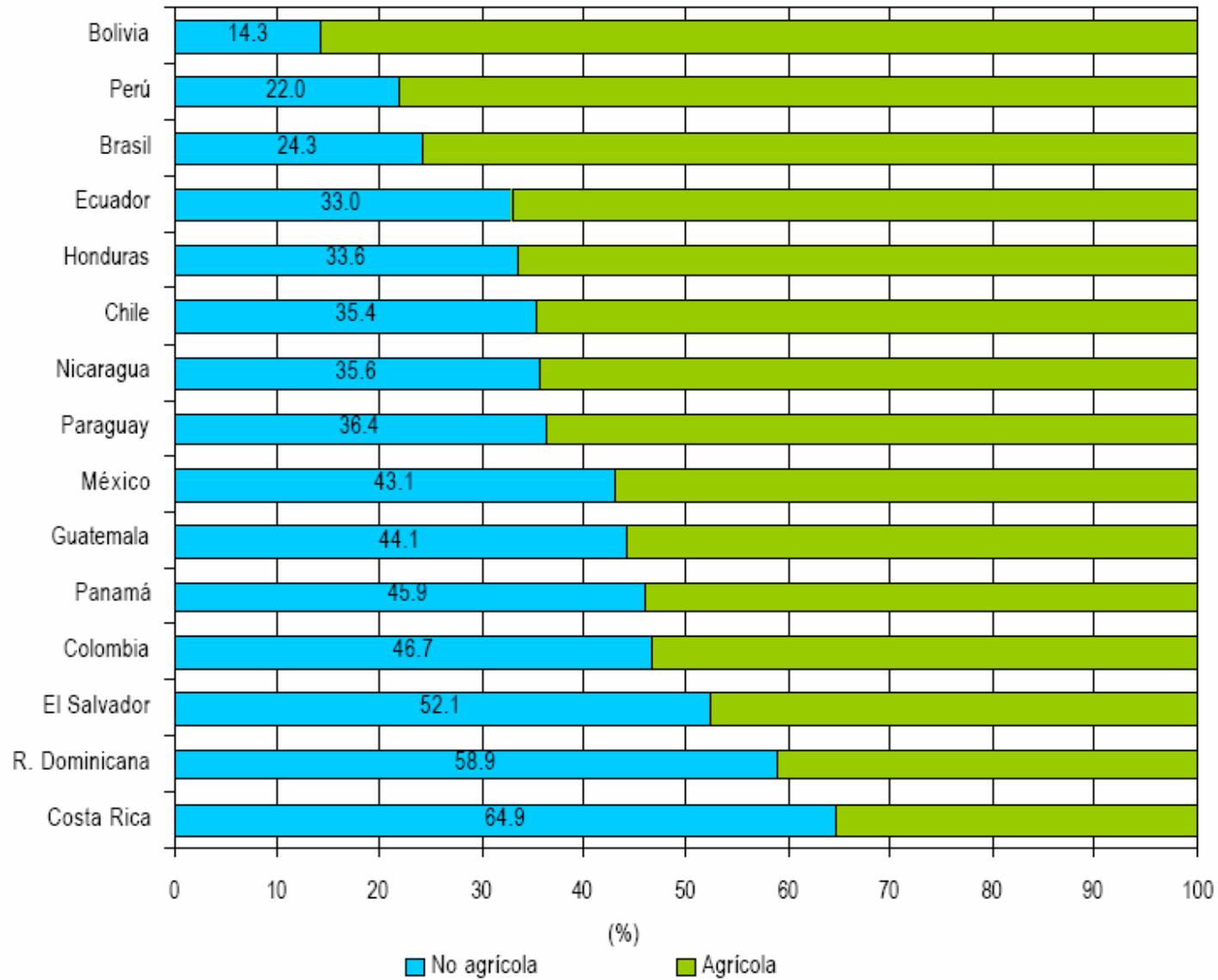


of poor households among rural households  
at least one unsatisfied basic need)

3%

Primi, A. (2002): "The costs of distance: rural poverty through a territorial perspective", Tesis de Maestría en Cooperación y Desarrollo, Universidad de Pavia, Italia.

**GRAFICO 5. EMPLEO RURAL AGRÍCOLA Y NO AGRÍCOLA. OCUPACION DE RESIDENTES RURALES EN ACTIVIDADES AGRICOLAS Y NO AGRICOLAS. PAISES DE AMERICA LATINA. EN TORNO A 2001. (%)**



Fuente: Köbrich (2005) en base al banco de datos de encuestas de hogares (Badehog) de CEPAL

# Exemplo 3: Agricultura ampliada

- Processo de modernização da agricultura exige um enfoque amplo, que considere os inúmeros vínculos com setores conexos
- Matrizes insumo-producto: agregação, supostos e estimações, frequência
- Temas de política pública para o setor agroalimentario: não se referem apenas à agricultura mas à toda a cadeia de produção (tb insumos) e distribuição

# Resultados do estudo do B.Mundial "Beyond the city"

Participação  
agricultura/ PIB

8% (Cepal)

12% (BM)

Participação agricultura  
ampliada/PIB

22% (BM)

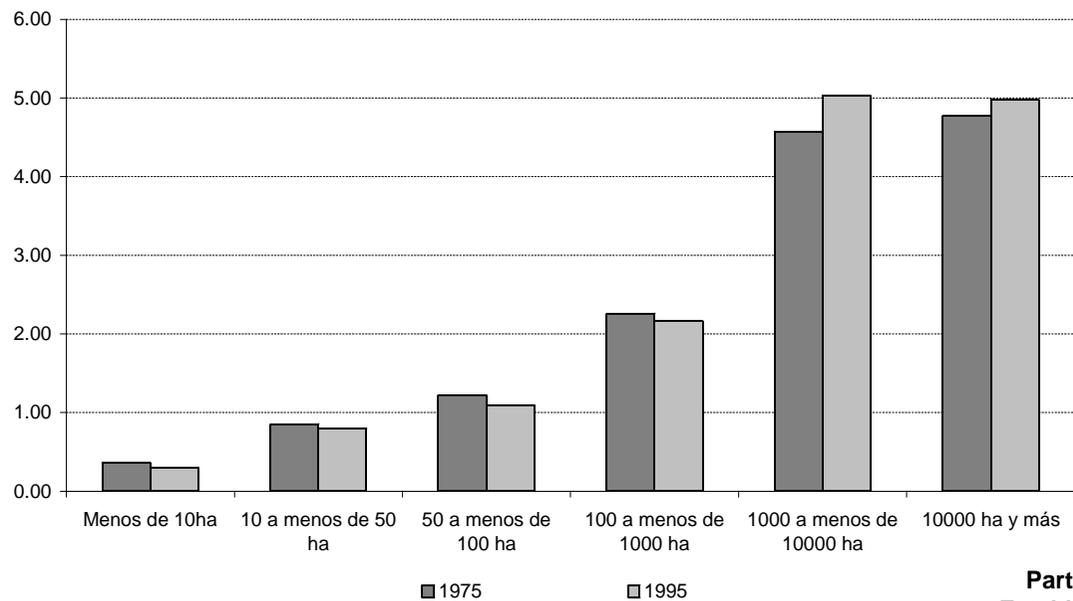
- Forte impacto positivo do crescimento da agricultura sobre outros setores (o contrário não ocorre), devido aos vínculos produtivos
- O bias das políticas públicas deveria ser pro-rural e não pro-urbano
- Alta taxa de rentabilidade social da P&D agro
- O crescimento agrícola tende a ser mais pro-pobres

# Exemplo 4: Heterogeneidade da estrutura agropecuária

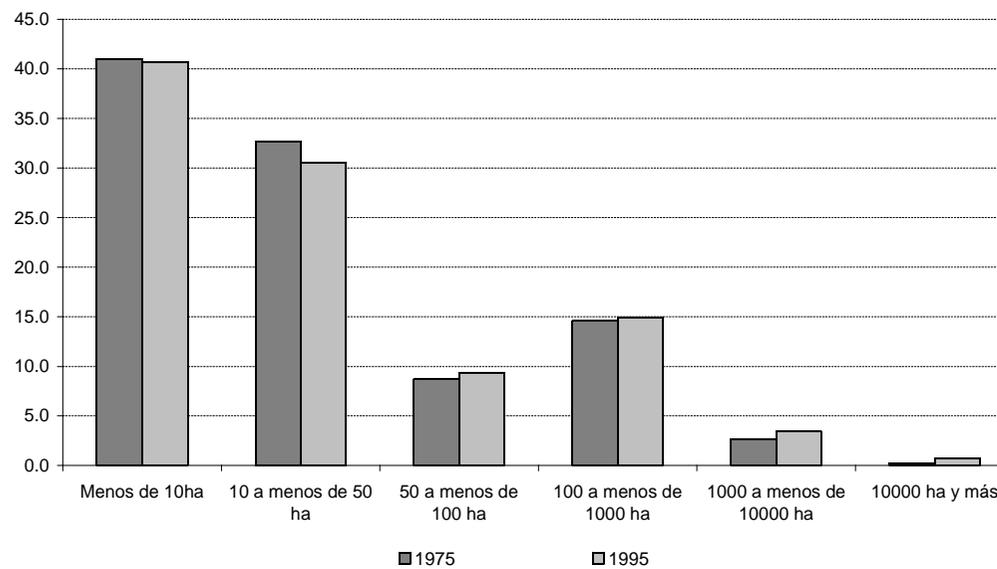
- Heterogeneidade ao interior de cada país e, especialmente, nas áreas rurais: se expressa em seus recursos naturais, na configuração da estrutura produtiva, em seus agentes sociais, nas formas de organização, nas práticas culturais, nas estratégias que as famílias usam para obter receitas, y também na variedade de “pobrezas” existentes.
- É necessário abordar esta complexidade tanto desde seus distintos componentes como desde enfoques que permitam conhecê-la em toda sua extensão.

# Brasil, censos agropecuarios 1975 y 1995

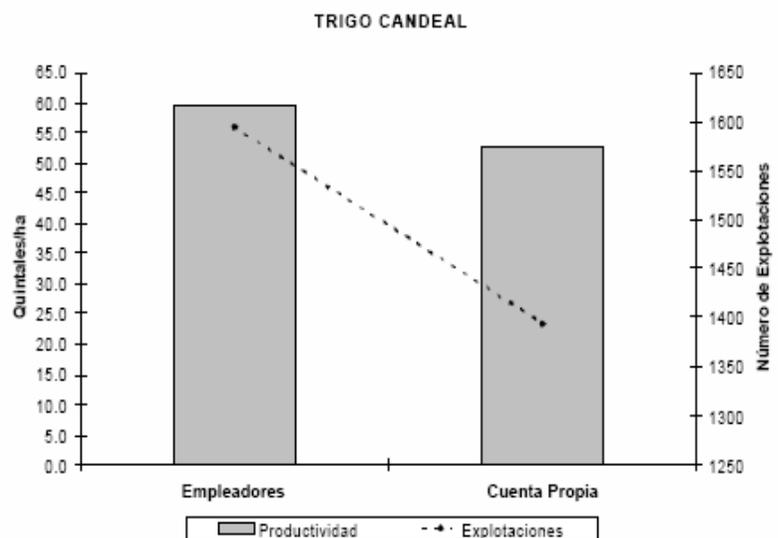
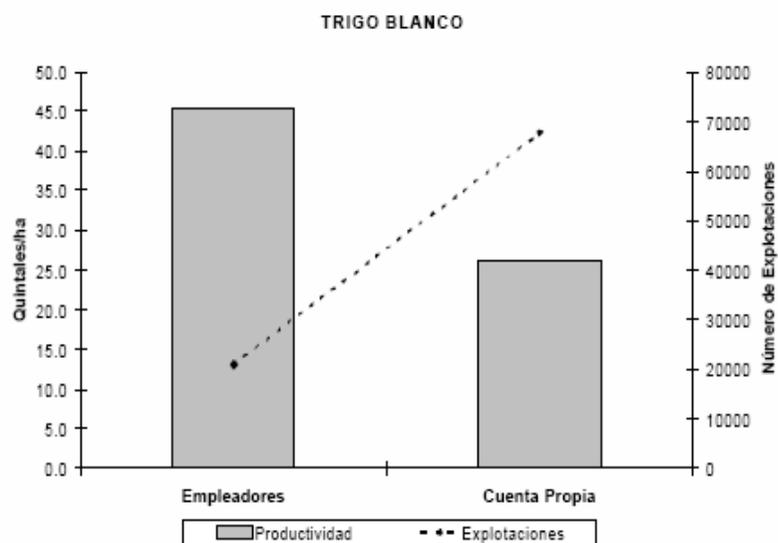
**Productividad Laboral (Valor de la Producción / Personal Ocupado)  
por Grupos de Área del Establecimiento  
Total de los Establecimientos = 1**



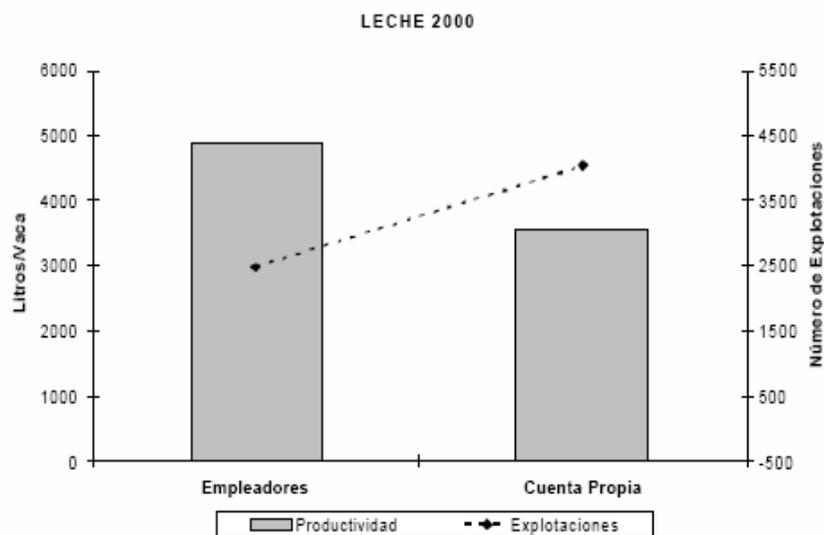
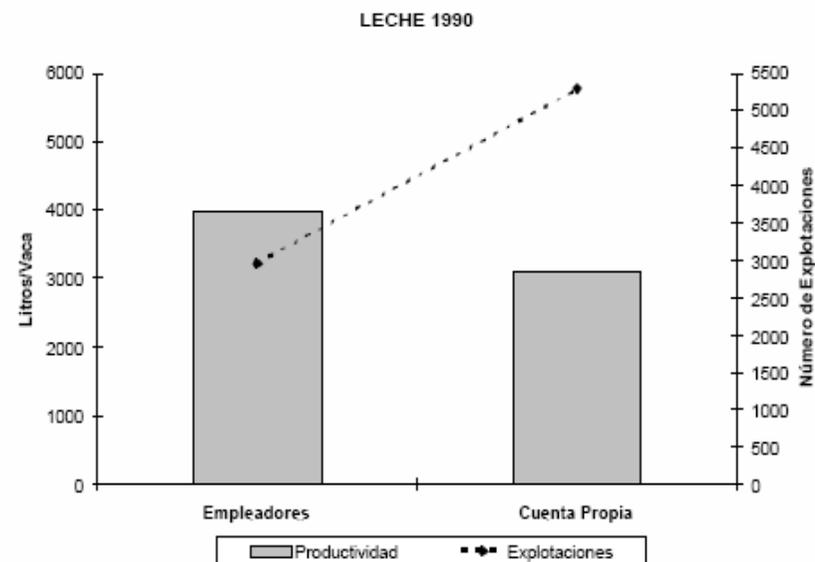
**Participación del Personal Ocupado por Grupos de Área de los  
Establecimientos en el Total de Personal Ocupado en la Agricultura  
(%)**



**GRAFICO 15. PRODUCTIVIDAD DE PRODUCTORES DE TRIGO. CHILE 1997**



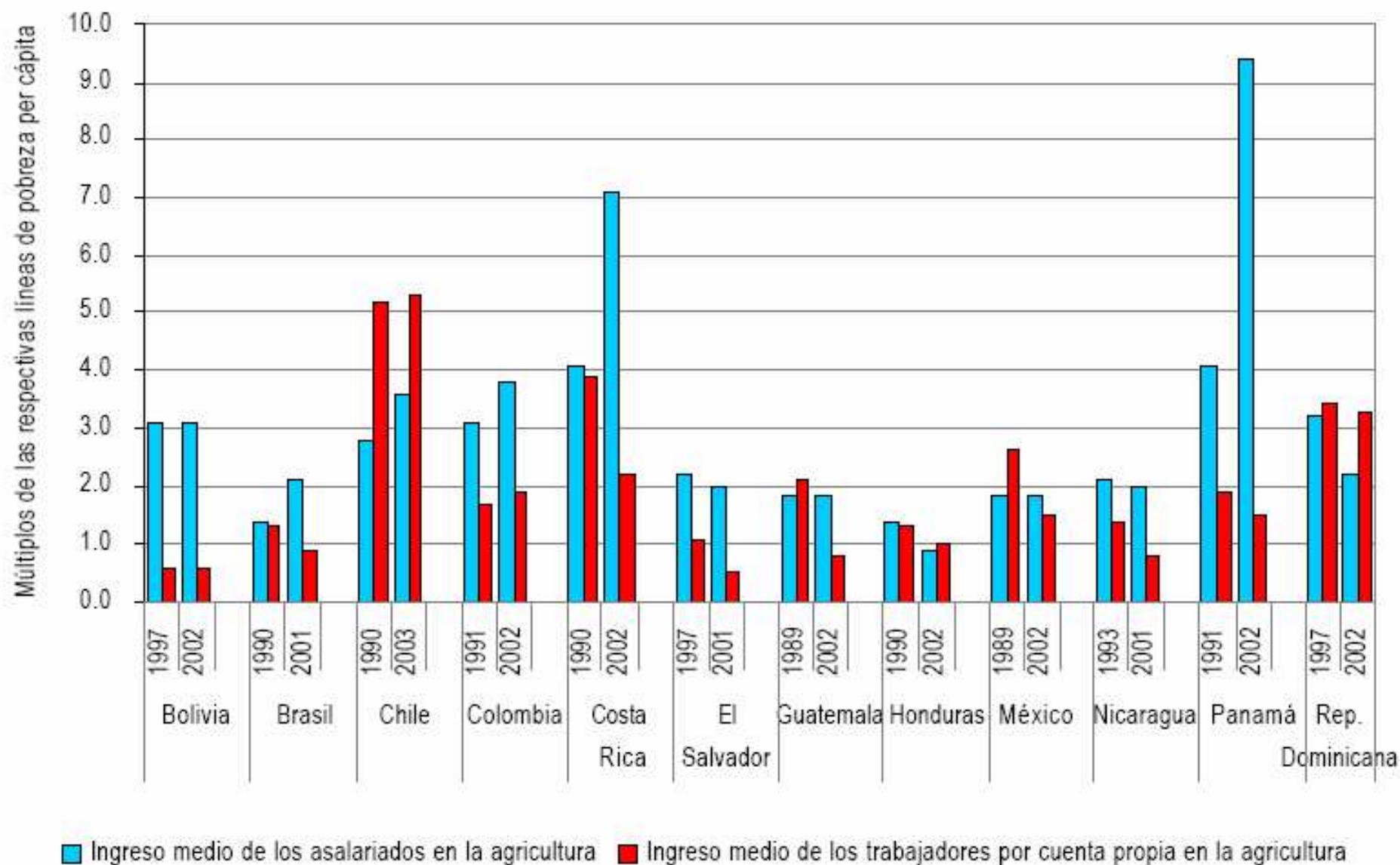
**GRAFICO 16. PRODUCTIVIDAD DE PRODUCTORES DE LECHE. PARAGUAY 1990, 2000**



Fuente: Unidad de Desarrollo Agrícola - CEPAL, en base a : Censo agropecuario 1997, Chile.

Fuente: Unidad de Desarrollo Agrícola - CEPAL, en base a : Censos agropecuarios 1990, 2000 Paraguay

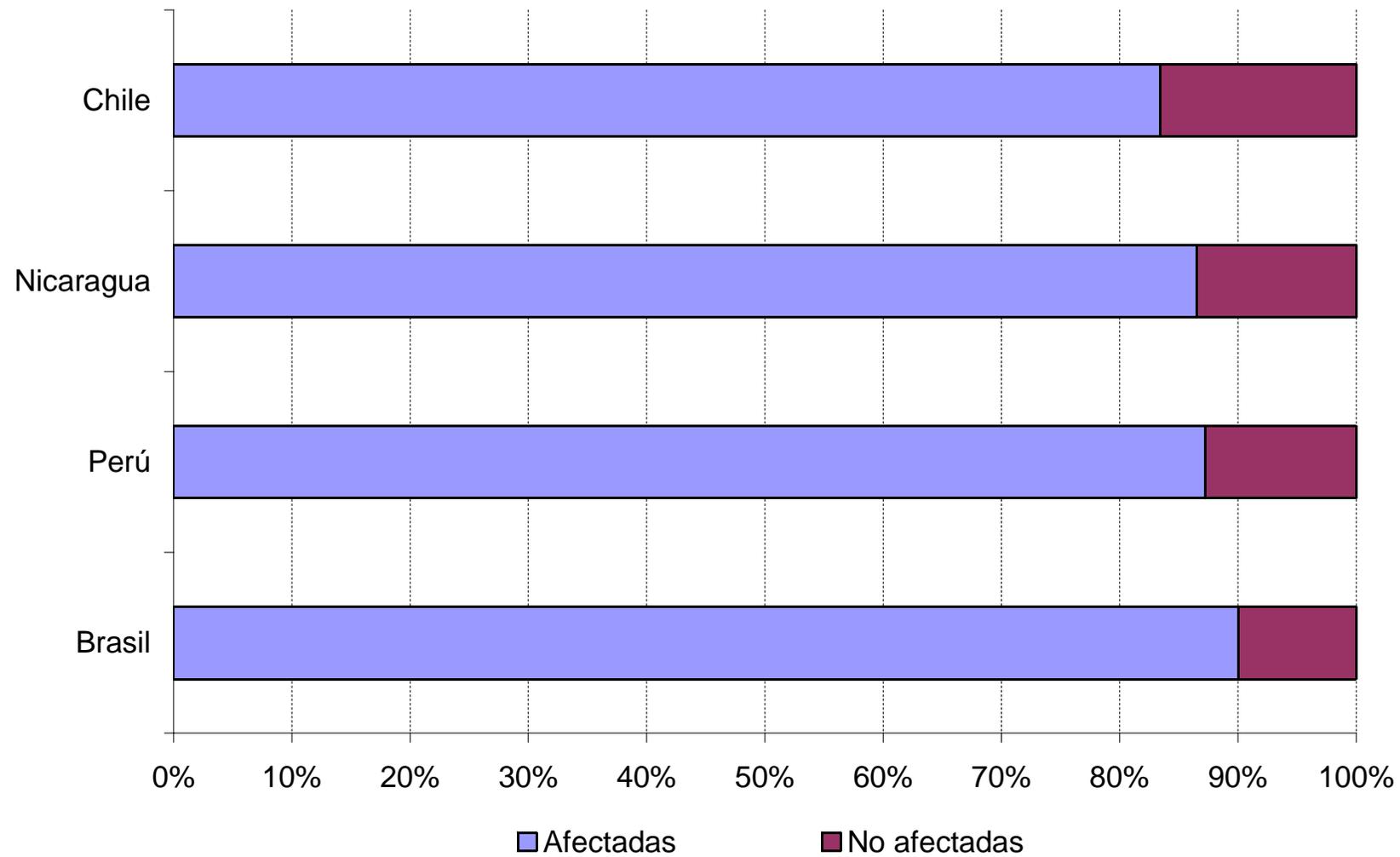
**GRAFICO 13. ZONAS RURALES DE AMERICA LATINA: CAMBIOS EN LOS INGRESOS MEDIOS DE LOS TRABAJADORES OCUPADOS EN LA AGRICULTURA, SEGUN INSERCIÓN LABORAL, 1990-2003**



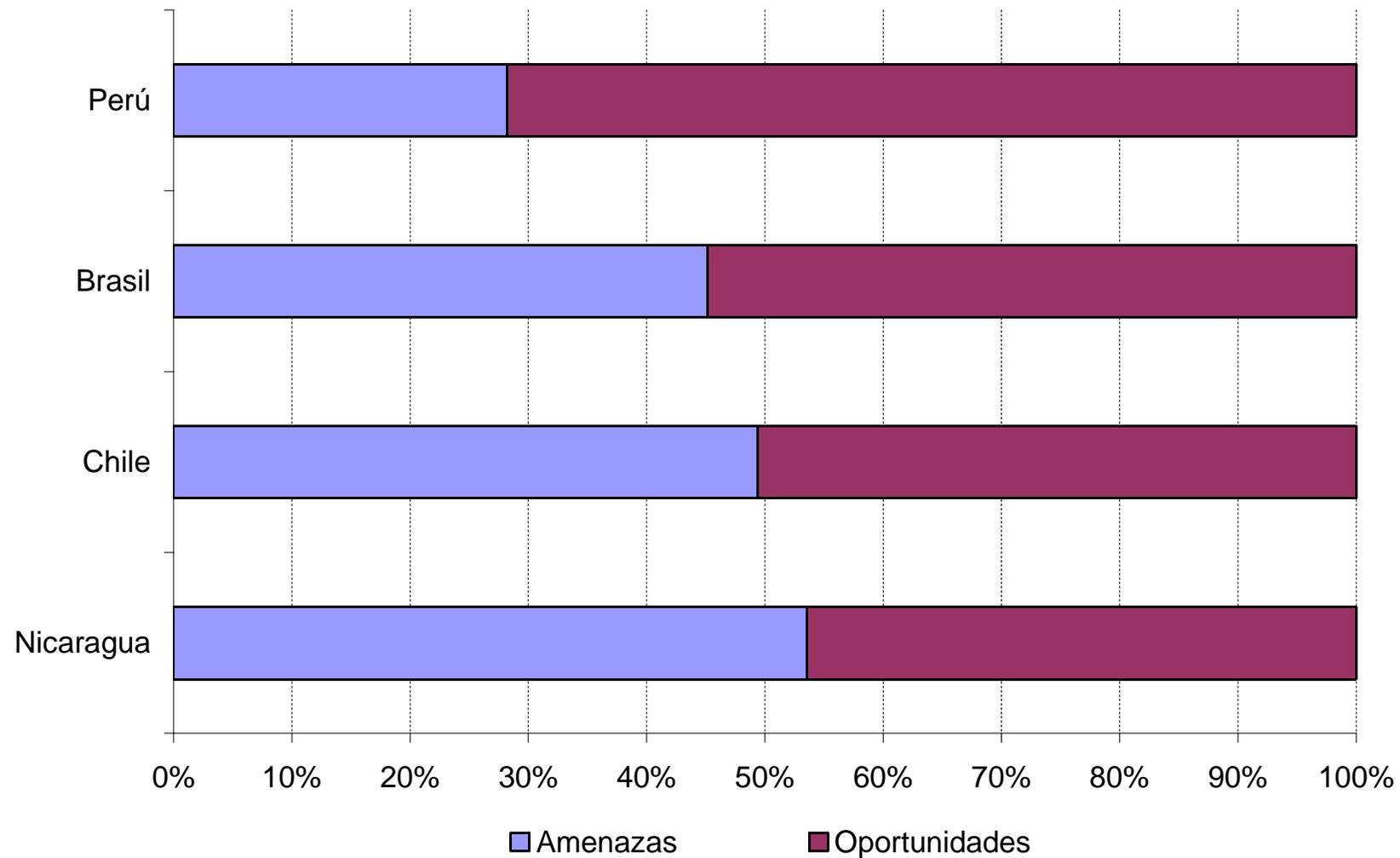
# Exemplo 5: Avaliação de impactos do livre comércio

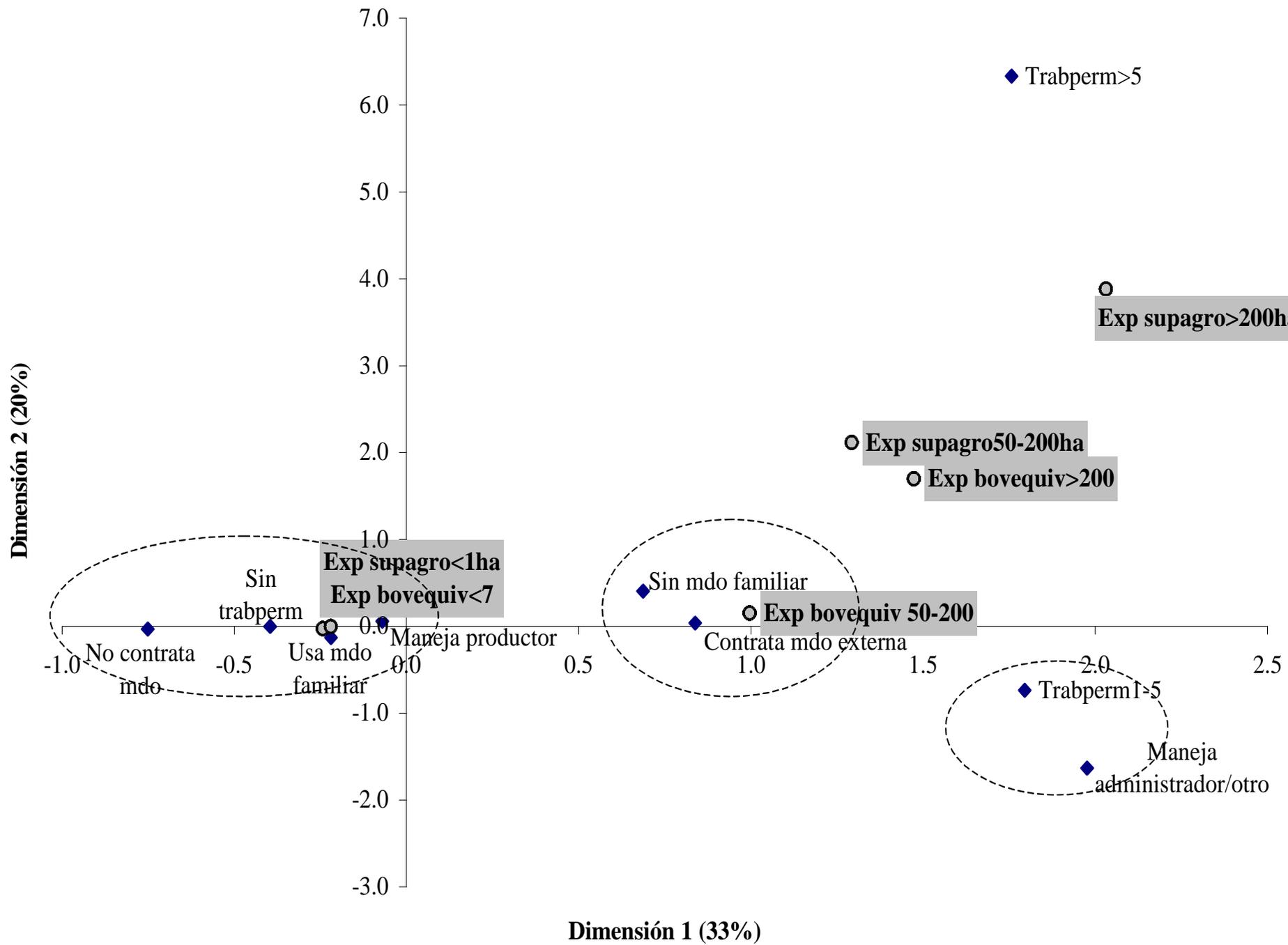
- Estabelecimentos produtores de produtos identificados como oportunidades ou ameaças da liberalização: pelo menos 10% do valor da produção ou da superfície cultivada/stock de animais
- Competitividade potencial: Formalidade (titulação, crédito, educação); Tecnologia (irrigação, maquinária, insumos); Mão de Obra (contratação permanentes)

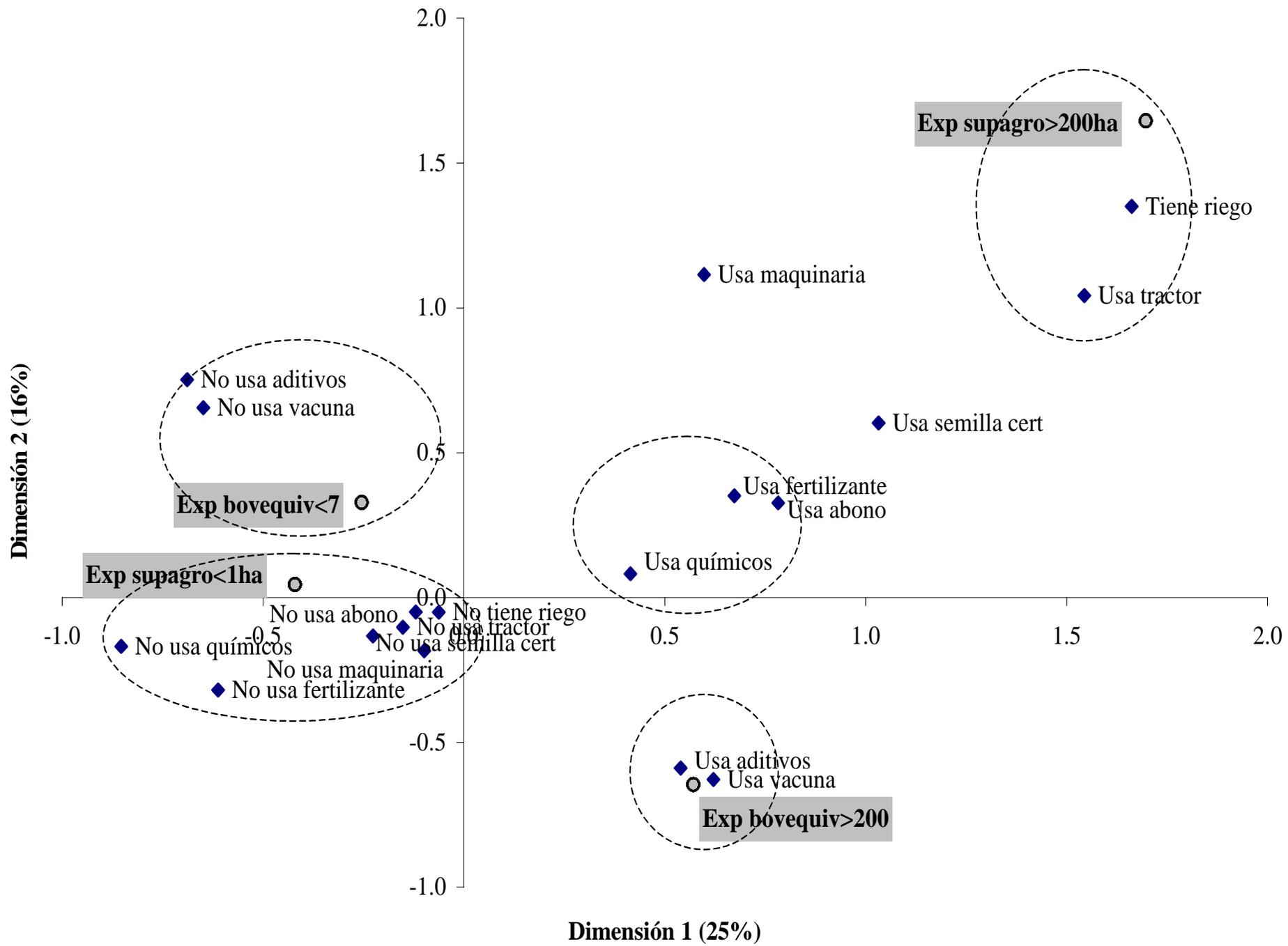
## EXPLORACIONES AFECTADAS POR LA LIBERALIZACIÓN



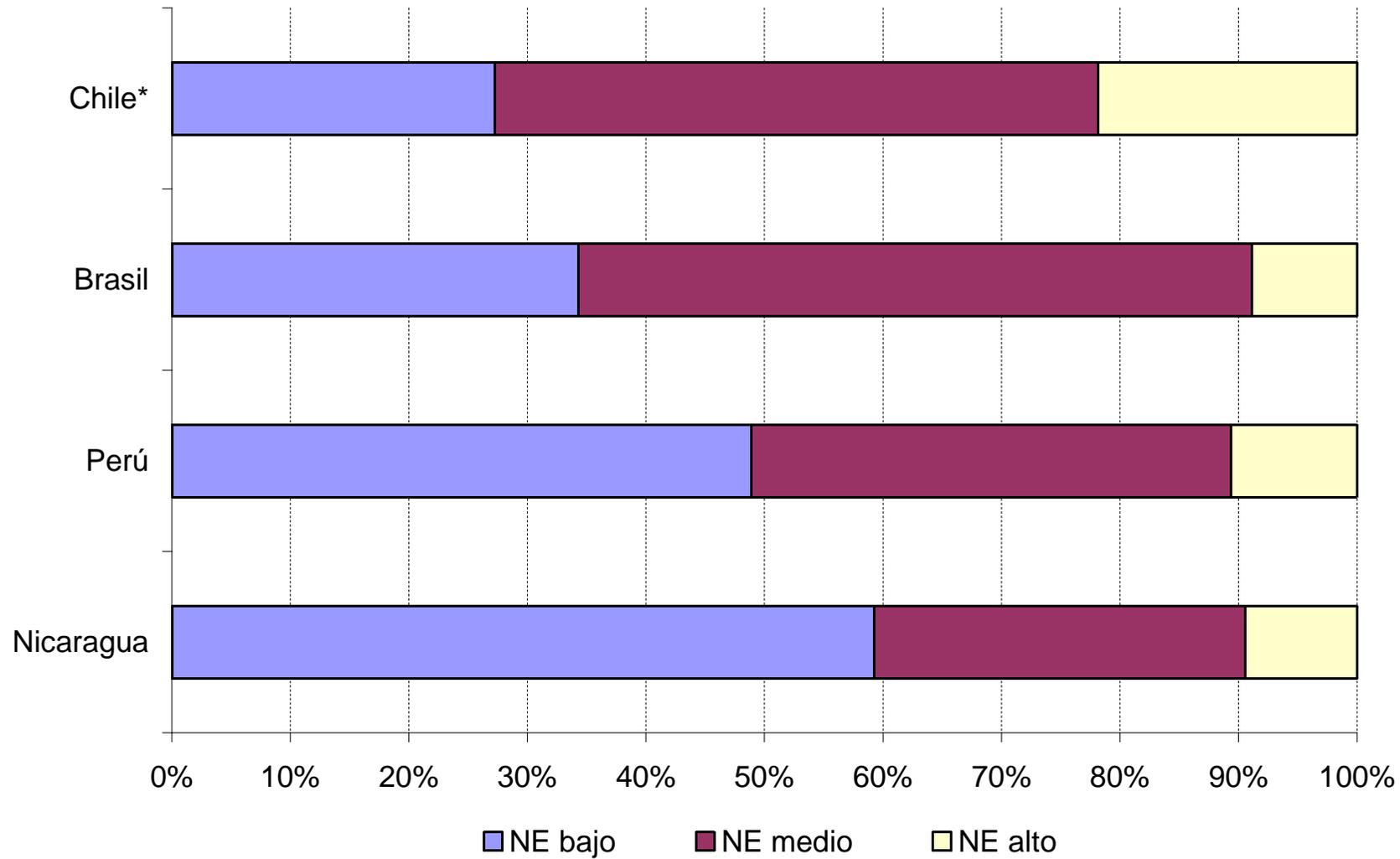
## EXPLORACIONES AFECTADAS POR LA LIBERALIZACIÓN



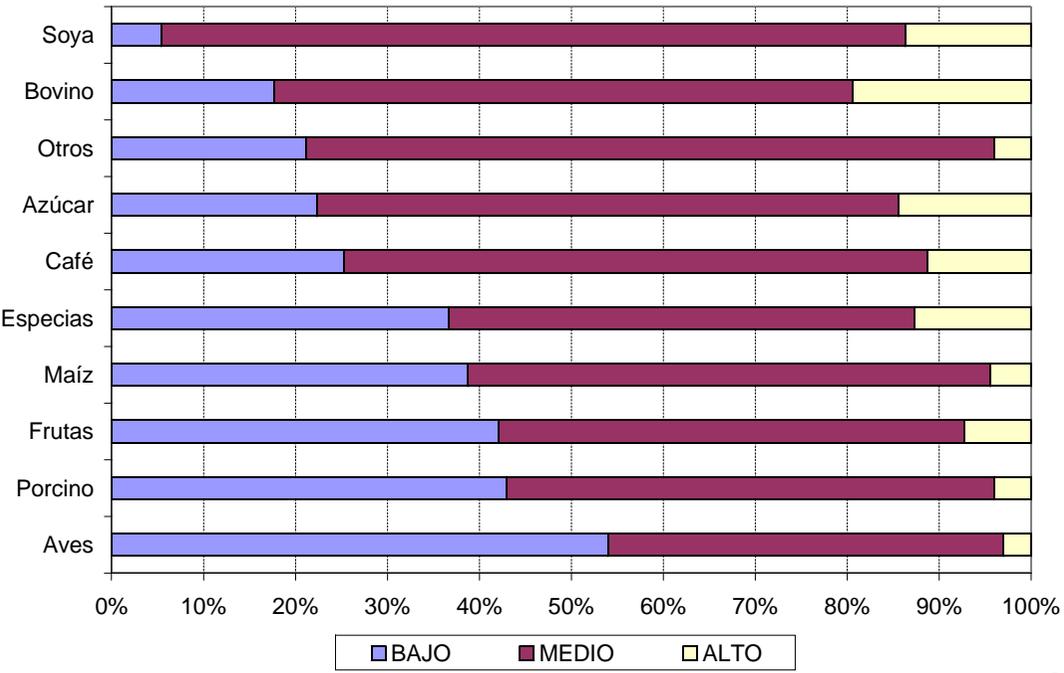




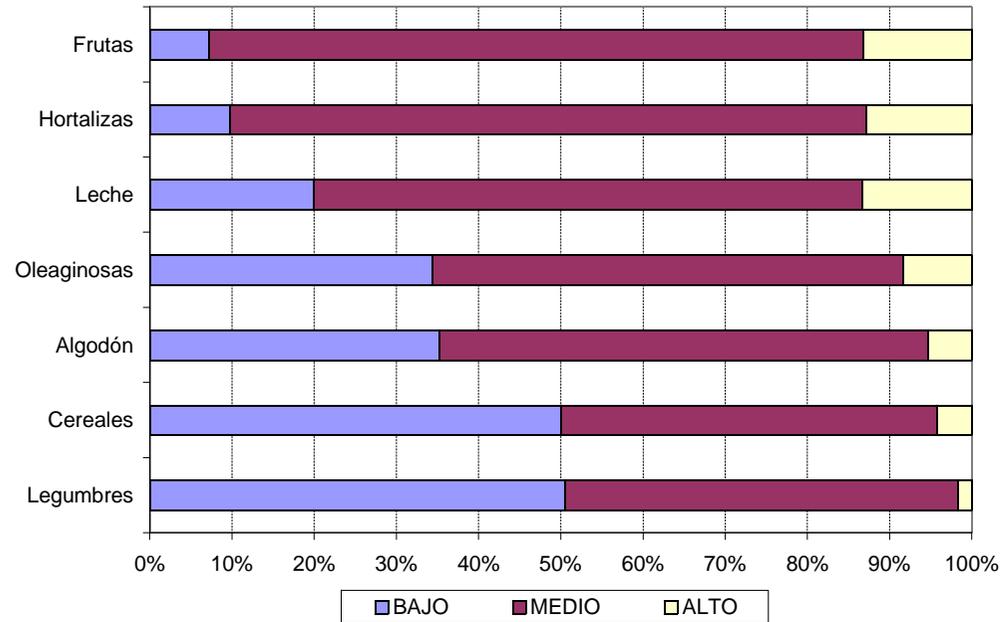
## TOTAL DE EXPLOTACIONES POR NIVEL EMPRESARIAL



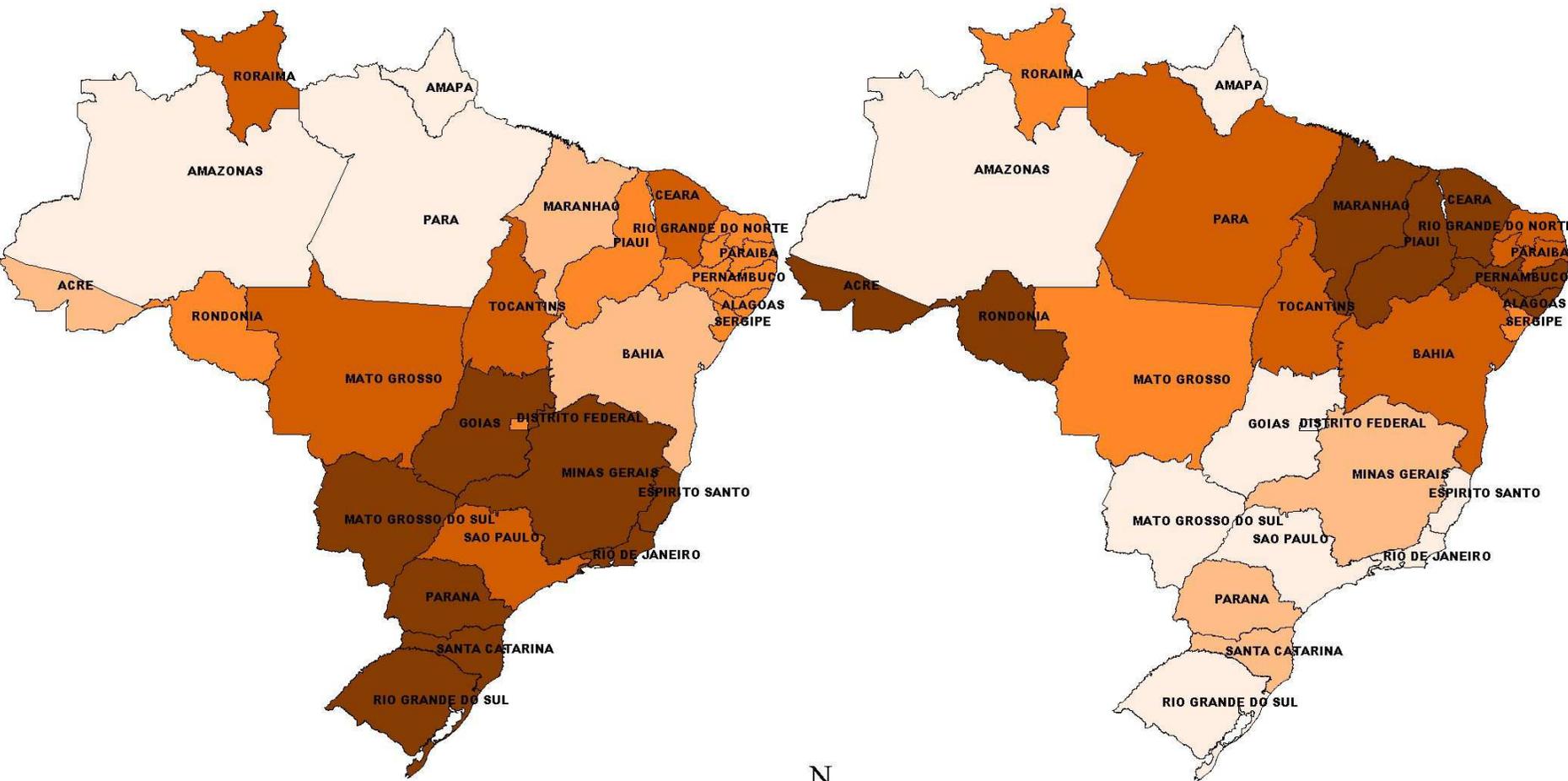
### CLASIFICACIÓN DE PRODUCTORES - BRASIL OPORTUNIDADES



### CLASIFICACIÓN DE PRODUCTORES - BRASIL AMENAZAS



# Brasil: Intensidad de oportunidades y amenazas por Unidades de la Federación. 1995-1996



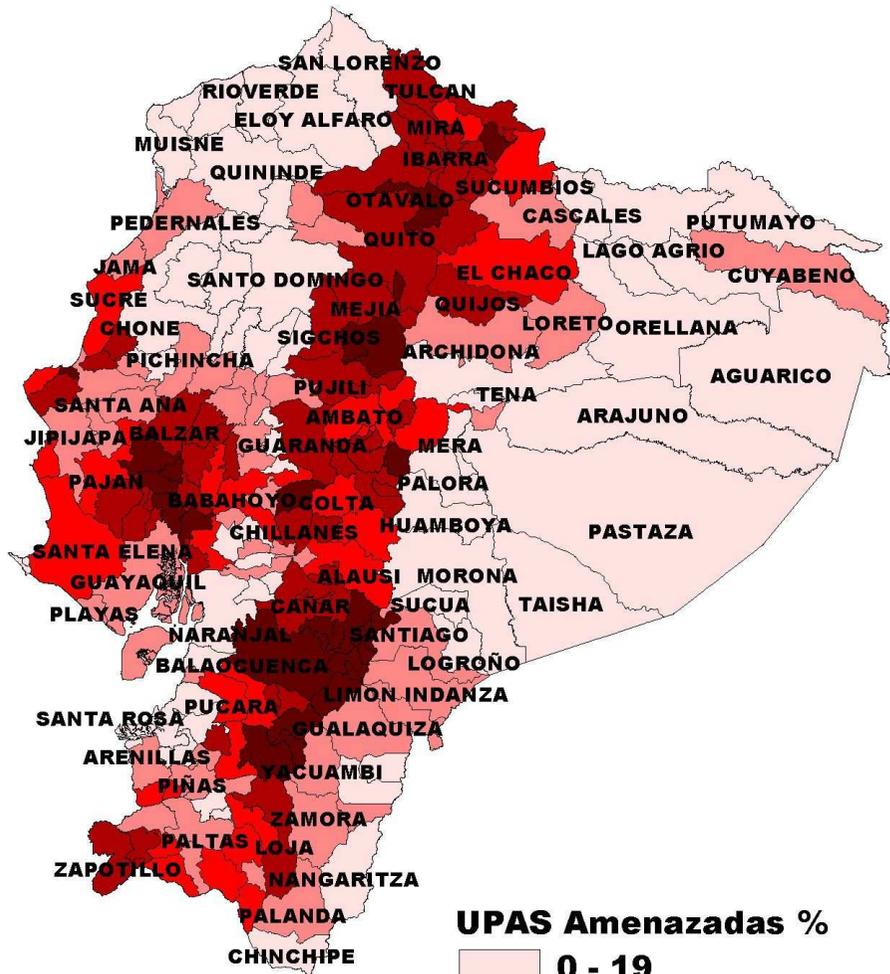
## Intensidad oport. medio-alto



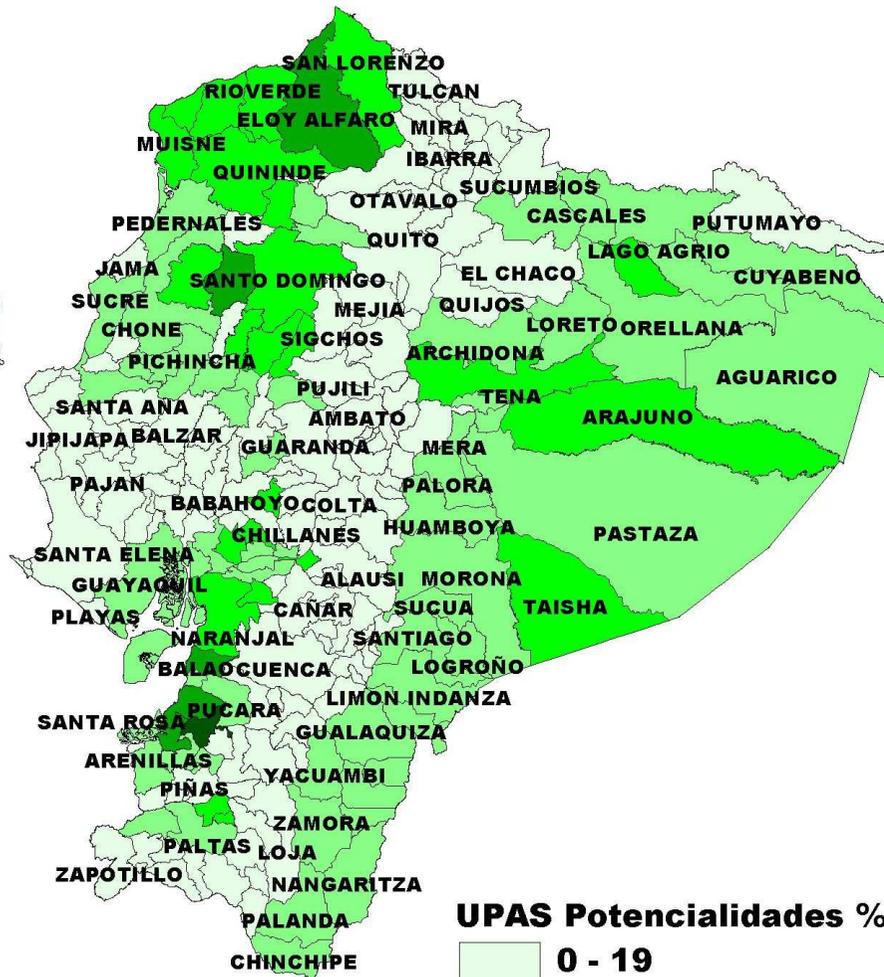
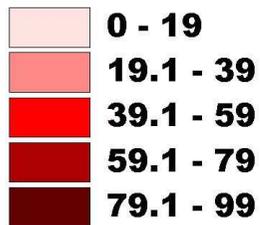
## Intensidad amen. bajo



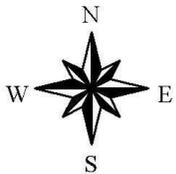
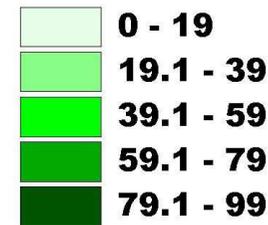
# Porcentajes de UPAS asociadas a productos con Amenazas y Potencialidades por Canton, según existencia de cultivos, Ecuador



**UPAS Amenazadas %**



**UPAS Potencialidades %**



# Explotaciones ligadas a los “productos-amenazados” con un nivel de gestión bajo/total

## Acceso a los mercados

Accesibilidad a ciudades de más de 10,000 habitantes

